

Revista da Graduação

Vol. 6

No. 1

2013

10

Seção: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Título: “EM DEFESA DA PAZ”: A CRISE DO CANAL E A PARTICIPAÇÃO DO BATALHÃO SUEZ E SEUS CONTINGENTES GAÚCHOS A SERVIÇO DA ONU NO ORIENTE MÉDIO (1957-1967)

Autor: JOEL ZANATTA

Este trabalho está publicado na Revista da Graduação.

ISSN 1983-1374

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/13784>

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

JOEL ZANATTA

**“EM DEFESA DA PAZ”: A CRISE DO CANAL E A PARTICIPAÇÃO DO
BATALHÃO SUEZ E SEUS CONTINGENTES GAÚCHOS A SERVIÇO DA ONU
NO ORIENTE MÉDIO (1957-1967)**

Porto Alegre

2012

JOEL ZANATTA

**“EM DEFESA DA PAZ”: A CRISE DO CANAL E A PARTICIPAÇÃO DO
BATALHÃO SUEZ E SEUS CONTINGENTES GAÚCHOS A SERVIÇO DA ONU
NO ORIENTE MÉDIO (1957-1967)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em História pela Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Porto Alegre

2012

JOEL ZANATTA

**“EM DEFESA DA PAZ”: A CRISE DO CANAL E A PARTICIPAÇÃO DO
BATALHÃO SUEZ E SEUS CONTINGENTES GAÚCHOS A SERVIÇO DA ONU
NO ORIENTE MÉDIO (1957-1967)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em História pela Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. René Ernaini Gertz - PUCRS (orientador)

Prof.^a Dr.^a Cláudia Musa Fay - PUCRS

Prof. Dr. Helder V. Gordim da Silveira - PUCRS

Porto Alegre

2012

*À paciência e à compreensão da
Ana Paula, companheira e testemunha,
desde o início, da caminhada pela busca da
realização deste sonho chamado História.*

*Ao Alexandre Arthur e ao recém-
chegado Victor Augusto, meus filhos e
alegrias da casa, a quem peço desculpas
pela ausência e falta de tempo.*

*Ao meu pai Faustino, que cedo nos
deixou; e à minha mãe Anilde, que soube
conduzir com mão firme seus filhos pelo
bom caminho e dos quais hoje se orgulha.*

*A vocês dedico este trabalho com
amor e carinho.*

AGRADECIMENTOS

Antes de dar início aos agradecimentos, sinto-me na necessidade de escrever algumas linhas que sintetizam minha satisfação ao atingir a realização deste, que há muito se tornou um dos meus objetivos de vida. Foi muito antes de iniciar o Curso de História na PUCRS que despertou em mim o gosto e o interesse por esta ciência. Já desde os primeiros anos nos bancos escolares, tive a graça de cultivar o salutar hábito da leitura, muito graças aos livros de História.

Modestamente e à minha maneira, sempre busquei tornar-me uma espécie de “autodidata” quando o assunto é História, muito antes ainda do ingresso acadêmico. “Devorar” livros de História é mais do que um hobby. É quase uma necessidade a qual pretendo satisfazer continuamente.

Os anos passaram. O adolescente virou homem. Mas o apreço pelas descobertas proporcionadas pela História e seus personagens só tendeu a crescer e se aprimorar, com o passar do tempo. Tamanho apreço que as grandes figuras históricas serviram de inspiração e deram nome aos meus filhos: o Alexandre Arthur e o Victor Augusto, nomes fortes e “históricos”.

Preciso agradecer, respeitosamente, ao trabalho, cujos frutos me proporcionaram a condição de realizar o sonho antigo de cursar a ciência de Clio. Embora com alguns poucos anos de atraso, mas que valeram a espera.

Também não posso deixar de fazer menção à Professora Isoldi, que ainda no início da vida escolar me serviu de referência para aprender a encarar a História como fonte inesgotável de conhecimento.

Mais recentemente, já na PUCRS, tornei-me admirador de duas figuras que, embora não mais estejam na instituição, para mim significam muito. Deixo um muito obrigado respeitoso e com admiração aos professores Janete Silveira Abrão e Arnaldo Walter Doberstein, pela competência e disciplina na maneira com que transmitem seu conhecimento e pela paixão demonstrada pela História.

Um agradecimento especial vai ao amigo Fernando Cordeiro, veterano do 11º Contingente do Batalhão Suez, parceiro de inúmeras conversas, que acabaram por servir de inspiração à realização do trabalho sobre o Batalhão Suez, e fonte riquíssima de informações pessoais e materiais. Do mesmo modo, não posso deixar de mencionar os Srs. Norberto Soares Paiva (20º), José Ignácio Vieira (20º), Alfredo Marcelino dos Santos Filho (5º) e Amâncio Aranha Pinto Dias (5º), representantes da

Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez no Rio Grande do Sul (ABIBS-RS), que gentilmente me atenderam para uma longa conversa, e foram inestimáveis fontes de histórias e relatos pessoais a respeito de suas participações como integrantes da FENU. Um obrigado vai também ao Renato Bohusch, do Arquivo Fotográfico do jornal Correio do Povo, cujas dezenas de fotografias disponibilizadas do Canal e do Batalhão Suez foram de grande valia para o trabalho.

Reconheço de todo coração à paciência, disponibilidade, compreensão e competência do caríssimo Professor René Ernaini Gertz, não apenas orientador deste trabalho, mas um amigo que fiz nas dependências da PUCRS ao longo dos últimos anos. Do alto de seu conhecimento intelectual e acadêmico, sua simplicidade e humildade são marcas a servir de exemplo para todos, inclusive para muitos de seus pares. Ao Professor René, sem o qual os passos do presente trabalho teriam sido bem mais tortuosos, reitero minha gratidão.

Finalmente, um agradecimento todo especial é endereçado à minha família que, desde 2006, ao ingressar na PUCRS, dividiu comigo todos os momentos, tendo paciência pela ausência e falta de tempo, sem esmorecer, num apoio contínuo e impulsionante. Fica também registrado o reconhecimento aos meus primos e sócios, Paulo e Adalberto, cujo desprendimento e apoio se refletiram no âmbito profissional, muitas vezes prolongando suas jornadas de trabalho e “segurando as pontas”, para que eu pudesse estar em sala de aula concretizando meu objetivo.

Encerro louvando a Deus, à família e ao meu pai (in memoriam): as forças motrizes que mantiveram a engrenagem funcionando para que fosse possível atingir a realização de um velho desejo.

Os palestinos estão na Palestina porque esta é a sua terra, e a única terra natal do povo palestino [...]. Os judeus israelenses estão em Israel porque não há nenhum outro país no mundo a que os judeus, como povo, poderiam chamar seu lar. Como indivíduos, sim, mas não como povo, não como nação. Os judeus foram expulsos da Europa, exatamente da mesma forma que os palestinos foram inicialmente expulsos da Palestina e, em seguida, dos países árabes. Os palestinos tentaram, involuntariamente, viver em outros países árabes. Foram rejeitados, às vezes até humilhados e perseguidos, pela chamada 'família árabe'. Tomaram conhecimento, da maneira mais dolorosa, de sua 'palestinidade', pois não eram desejados como libaneses, como sírios, como egípcios ou como iraquianos. Eles tiveram de aprender, pelo caminho mais difícil, que são palestinos e este é o único país em que eles podem segurar-se.

O que precisamos é de um compromisso doloroso. Porque ambos os povos amam o país, porque judeus israelenses e árabes palestinos tem raízes históricas e emocionais profundas, diferentes, mas profundas, no país [...]. Se há algo a esperar, isso é um divórcio justo e razoável entre Israel e Palestina. E os divórcios nunca são felizes, mesmo quando são justos. Especialmente esse

divórcio específico, que será um divórcio bastante engraçado, porque as duas partes que se divorciam ficarão definitivamente no mesmo apartamento. Ninguém vai se mudar. Como este é muito pequeno, será preciso decidir quem fica com o quarto A e quem fica com o quarto B, e o que se fará em relação à sala de estar [...]. Muito inconveniente. Mas melhor do que o inferno vivo que todos estão enfrentando agora naquele país amado. Palestinos que são diariamente oprimidos, assediados, humilhados, que passam privações por causa do cruel governo militar israelense. O povo israelense que é diariamente aterrorizado por ataques terroristas impiedosos e indiscriminados contra civis, homens, mulheres, crianças, adolescentes, consumidores num shopping. Qualquer coisa é preferível a isto! Sim, um divórcio razoável.

Amós Oz. *Contra o Fanatismo.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 36-7.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a primeira Força de Paz formada pela ONU, constituída a partir da crise estabelecida em 1956, na região do Canal de Suez, no Egito, governado pelo então presidente Gamal Abdel Nasser, cuja nacionalização do Canal fomentou a chamada *Crise de Suez*, ou *Guerra de Suez*. Criada pela ONU, a *UNEF (United Nations Emergency Force)*, em português, FENU (Força de Emergência das Nações Unidas), marca um ponto decisivo na história das experiências internacionais diplomáticas e militares, em Missões de Paz, do Exército Brasileiro. O Rio Grande do Sul, sempre historicamente, um forte componente militar da Federação, desempenhou seu papel no destacamento e fornecimento de três dos vinte contingentes militares para a composição do Batalhão de Infantaria denominado Batalhão Suez, cujos efetivos foram formados, integralmente, nas unidades militares gaúchas, e enviados pelo Brasil como parte integrante da FENU, abrangendo o período de janeiro de 1957 até julho de 1967. A partir deste fato, e à luz das informações obtidas, pretende montar um mosaico dessa importante, curiosa, e até, para muitos, desconhecida e pouco valorizada página da história militar brasileira e gaúcha nas missões internacionais de vigilância e pacificação. Para tanto, faz uma análise empírica dos antecedentes históricos daquela região do Oriente Médio; bem como do papel mediador da ONU na questão diplomática; e a participação brasileira, por meio de seus efetivos, notadamente os gaúchos do 5º, 13º e 20º Contingentes para lá despachados. Também se remete a jornais e periódicos da época e recentes, acerca da repercussão junto à imprensa e à opinião pública sobre o envio e retorno das tropas; assim como faz referência à criação da Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez, em Porto Alegre, sob a ótica da oralidade, da identidade e da memória individual e/ou coletiva, partindo de dados, documentos, experiências, opiniões, entrevistas e impressões pessoais colhidas ao longo da realização do trabalho.

Palavras-chave: Batalhão Suez. ONU. Missão de Paz. FENU. *UNEF*. Exército Brasileiro. Contingente. Rio Grande do Sul. História militar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa geopolítico do Oriente Médio predominante desde o início do século XX.....	18
Figura 2: Membros do grupo dos “Oficiais Livres”.....	30
Figura 3: A represa de Assuan, terminada em 1970, com financiamento e auxílio técnico soviético.....	32
Figura 4: Fotografia da operação de limpeza de minas no Canal de Suez, com apoio de helicóptero.....	35
Figura 5: Operações israelenses na Campanha do Sinai, em 1956.....	38
Figura 6: Soldados da FENU, com a bandeira da ONU, vigiam o Canal de Suez em 1967.....	47
Figura 7: Os primeiros soldados “boinas azuis” das Forças de Paz da ONU (FENU) chegam a Port Said, no Egito, a fim de restaurar a ordem na região, durante a Crise de Suez, em 1956.....	50
Figura 8: Entrada da sede do “Campo Brasil”, onde ficava aquartelado o Batalhão Suez, nas proximidades de Rafah, na Faixa de Gaza.....	59
Figura 9: Embarque do “Destacamento Precursor” em aeronave <i>Douglas</i> , dos EUA, em 9 jan. 1957.....	62
Figura 10: Capa do “Manual do Expedicionário”, com instruções e informações aos soldados.....	65
Figura 11: Soldado brasileiro do Batalhão Suez sobre a Linha de Demarcação do Armistício (LDA).....	66
Figura 12: Cabo Adalberto Ilha de Macedo, 20º Contingente, morto na Missão.....	74
Quadro 1: Efetivos da FENU que chegaram na Faixa de Gaza em 1957.	53

LISTA DE SIGLAS

ABFIPONU - Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz da ONU.

ABIBS-RS - Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez do RS.

ADL - *Armistice Demarcation Line*.

ANP - Autoridade Nacional Palestina.

Cia Cmdo Sv - Companhia de Comando e Serviços.

Cia de Fzl - Companhia de Fuzileiros.

DANOR - Batalhão único formado por Dinamarca (**DAN**mark) e Noruega (**NOR**way).

EB - Exército Brasileiro.

FDI - Forças de Defesa de Israel.

FEB - Força Expedicionária Brasileira.

FENU - Força de Emergência das Nações Unidas.

FNM - Fábrica Nacional de Motores.

GBOEX - Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército.

GC - Grupo de Combate.

LDA - Linha de Demarcação do Armistício.

MiG - **Mikoyan-Gurevich** (avião de caça soviético e o nome de seu fabricante).

MINUSTAH - *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*.

NTrT - Navio de Transporte de Tropas.

OLP - Organização para a Libertação da Palestina.

ONU - Organização das Nações Unidas.

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte.

PE - Polícia do Exército.

PO's - Postos de Observação.

QRE - Quadro dos Radiotelegrafistas do Exército.

RAU - República Árabe Unida.

RI - Regimento de Infantaria.

SS - **Schutzstaffeln**, ou Tropa de Proteção (organização paramilitar nazista).

UNEF - *United Nations Emergency Force*.

UNTSO - *United Nations Truce Supervision Organization*, em português, Organização das Nações Unidas para Supervisão da Trégua.

UNWRA - *United Nations Relief and Works Agency for Palestinian Refugees in the Near East*, em português, Agência da ONU para os Refugiados Palestinos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. COLONIALISMO EUROPEU, SIONISMO JUDAICO E NACIONALISMO ÁRABE: O CHOQUE DE INTERESSES DESNUDADO EM SUEZ	17
2.1 O QUE SE ENTENDE POR ORIENTE MÉDIO	17
2.2 DO SIONISMO À CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL	20
2.3 EGITO: DO COLONIALISMO BRITÂNICO AO AUGES DO NACIONALISMO COM NASSER	24
3. NASSER, O “LEILÃO” DE ASSUAN E A NACIONALIZAÇÃO DO CANAL DE SUEZ: O ESTOPIM PARA A CRISE DE 1956 E A ENTRADA EM CENA DA ONU	29
3.1 A QUESTÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA REPRESA DE ASSUAN CULMINA NA NACIONALIZAÇÃO DO CANAL DE SUEZ	30
3.2 O CANAL DA DISCÓRDIA E A “GUERRA DE SUEZ” EM 1956.....	34
4. A CRIAÇÃO DA FENU PELAS NAÇÕES UNIDAS, A CONJUNTURA NACIONAL BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DO BATALHÃO SUEZ	42
4.1 A FENU I: PRIMEIRA FORÇA DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS (1957-1967)	45
4.2 A COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, CONTROLE E FINANCIAMENTO DA FENU	49
4.3 O BATALHÃO SUEZ COMO PARTE DOS PROJETOS DE “PRESTÍGIO INTERNACIONAL” DO BRASIL NO GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-60).....	53
5. O BATALHÃO SUEZ EM OPERAÇÃO: NUANCES DE UMA LONGA JORNADA NO DESERTO ESCALDANTE, E O DRAMA DE UMA MEMÓRIA ESQUECIDA...	56
5.1 A MOBILIZAÇÃO, O PLANEJAMENTO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO BATALHÃO	57
5.2 REQUISITOS, ORIENTAÇÕES E CURIOSIDADES SOBRE O BATALHÃO SUEZ	63

5.3 SOMBRA E ÁGUA FRESCA: O DIA-A-DIA DA MISSÃO E OS MOMENTOS DE LAZER.....	65
5.4 OS GAÚCHOS DO 5º, DO 13º E DO 20º CONTINGENTES DO BATALHÃO SUEZ EM AÇÃO	68
5.5 OS GUARDIÕES DE UMA MEMÓRIA ESQUECIDA.....	74
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS.....	81
ANEXOS.....	85
ANEXO A.....	85
ANEXO B.....	87
ANEXO C.....	88
ANEXO D.....	89
ANEXO E.....	90
ANEXO F.....	92
ANEXO G.....	93
ANEXO H.....	94
ANEXO I.....	96
ANEXO J.....	97

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre o Batalhão Suez pode, eventualmente, soar estranho, mesmo para alguns dos próprios militares, ou quem sabe até para muitos deles. O que dizer então do público em geral, exceção feita àqueles aficionados à História, ou ainda, mais especificamente, à História Militar. Simplesmente pelo fato de que a história do Batalhão Suez é pouquíssimo conhecida, pesquisada ou explorada, mesmo na caserna.

A quase inexistente bibliografia sobre o tema se resume a um punhado de livros, com relatos de caráter jornalístico, literário e memorialista, e um ou outro trabalho acadêmico mais elaborado, como uma tese e uma dissertação que aqui serão referidas ao longo do trabalho. Quanto aos livros, há uma grande incidência daqueles livretos constituídos por edição própria, escritos e elaborados a partir das narrativas de lembranças dos ex-integrantes que estiveram em algum momento ativos no Batalhão Suez, no período em que o mesmo esteve em vigência, entre os anos de 1957 e 1967.

Tais lembranças ou recordações, compiladas e organizadas de maneira particular e autônoma, em geral, são distribuídas a parentes e amigos, constituindo-se em livros de memórias, pouco acrescentando cientificamente ao assunto. Servem mais para trazer à tona os fatos e acontecimentos vividos no passado, acrescidos do charme elegante de ter sido “no estrangeiro”, no mais puro estilo nostálgico do “recordar é viver”. Soma-se a isso a idade avançada dos indivíduos e, em consequência disso, faz com que suas lembranças sejam cada vez menos transmitidas.

Segundo o historiador Henry Rousso, a “memória constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros”.¹ É claro, há de se ter a compreensão dessa realidade, pelo simples fato de que a maioria dos militares que integraram o Batalhão Suez ainda se encontra viva. Afinal, os fatos ocorridos há mais de cinquenta anos nas areias escaldantes do Deserto do Sinai, no distante Oriente Médio, são, do ponto de vista da linha de tempo histórico, ainda muito recentes. Mas alguém pode justificar que eventos semelhantes na história recente de ações dessa natureza são muito mais lembrados e consolidados como fatos históricos relevantes na memória da população em geral.

¹ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs.) **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 95.

O que não deixa de ser uma verdade, pois não há como comparar a instantaneidade e eficiência da imprensa e seus aparatos de comunicação, em suas diversas mídias, praticamente em tempo real, existentes nos dias atuais; com a tecnologia de comunicação que existia nas décadas de 50 e 60, demorada e com notável atraso no tempo de difusão das notícias e fatos ocorridos. Como exemplo recente, seguindo os moldes na linha do tema proposto, tem-se a Missão da ONU para a estabilização no Haiti, oficialmente denominada *MINUSTAH*, cuja sigla deriva do francês *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*. Esta muito mais conhecida, comentada, divulgada, lembrada e estudada em relação à Missão na qual se inseriu o Batalhão Suez, fruto exatamente da modernidade de sua cobertura pelos meios de comunicação.

Contudo, se por um lado há certo lamento pela escassez teórica que envolve o tema Batalhão Suez, tal lacuna bibliográfica pode ser preenchida, e ainda há tempo para tanto, a partir do auxílio das memórias ainda vívidas na lembrança daqueles que foram testemunhas oculares, *in loco*, da atuação da unidade. E que se constituem ainda, quem sabe, na maior e melhor fonte primária para coleta de dados: os próprios militares “boinas azuis”; os homens que participaram da Missão de Paz da ONU, constituindo-se numa “memória histórica”², como definiu Maurice Halbwachs, onde praticamente toda a memória produzida por uma associação de veteranos, por exemplo, estará vinculada ao grupo social mais amplo ao qual pertencem os indivíduos, formando-se, desta maneira, o que Halbwachs denominou de memória social.

Certamente, visões romanceadas dos fatos acontecidos são uma constante naqueles livretos a pouco aqui exemplificados. Mas a satisfação do *ego* corre paralela ao sentimento do orgulho de ter estado lá, de ter participado de algo que tenha entrado para a História. Nesse caso, acrescente-se uma particularidade característica da carreira militar: o orgulho latente de SER militar, da disciplina, da hierarquia, da farda, da insígnia, da unidade a que se pertence, da defesa intransigente de um ideal. Em última instância, o sentimento patriótico e nacionalista do cumprimento do dever e em defesa da Pátria. Aqui se vislumbra a força da disciplina militar, com sua ação e agressividade naturais, mas a serviço da paz e do entendimento.

Exemplo da referência acima é a entrevista, por mim realizada, em abril de 2011, com o Coronel da Reserva do Exército Fernando Vilhena Cordeiro, cuja gravação encontra-se arquivada no Laboratório de História Oral da PUCRS, e que,

² HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 60.

oportunamente, será referida ao longo deste trabalho. Nela, fica claro o entusiasmo no cumprimento do dever imposto pela Missão de Paz, reforçado ainda mais pela aberta disposição em compartilhar fatos e acontecimentos confidenciais, quem sabe, pela primeira vez, em mais de meio século.

Talvez, mais do que entusiasmo, empolgação seja a palavra correta que melhor se encaixa nas descrições de quem aprecia um veterano a contar suas histórias de terra, mar e areia. Ou seria de guerra, sombra e água fresca?

Gostaria de deixar claro que a última frase do parágrafo acima não possui, de forma nenhuma, cunho pejorativo ou intuito de ironizar, ofender, menosprezar ou desrespeitar o Batalhão Suez como unidade militar, ou a qualquer um de seus ex-integrantes. Pelo contrário, objetiva valorizar e dar ênfase a um tema cuja história ainda é deveras desconhecida pelo grande público, e merecedora de uma melhor compreensão.

“*Em defesa da paz*” é um Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de História que não possui a pretensão de ser definitivo sobre o assunto, mas, sim, trazer ao conhecimento do público informações que proporcionem um mínimo de conhecimento acerca da missão desempenhada pelo Batalhão Suez brasileiro, integrando a Força de Emergência das Nações Unidas, com vinte contingentes, no período entre 1957 e 1967, no Oriente Médio.

Embora a temática do trabalho não tenha disposto de uma grande variedade ou quantidade de fontes bibliográficas que pudessem servir de referência de pesquisa, foi justamente esse impedimento parcial que acabou por se transformar em impulso para a pesquisa, à medida que a escassa produção bibliográfica denota certo “esquecimento” em relação ao tema e suas implicações. Assim, busquei utilizar documentos de tipologias variadas e suportes distintos, numa espécie de garimpagem das possibilidades de análise e até mesmo da produção das fontes. Deparei-me com fontes escritas e orais, material iconográfico, como desenhos, fotografias, mapas, símbolos, comemorações, discursos, acervos, monumentos públicos (no caso de Porto Alegre, somente no papel, ainda a ser construído), dentre outras formas de expressar a memória do Batalhão Suez.

As siglas *UNEF* (*United Nations Emergency Force*), em inglês, e *FENU* (Força de Emergência das Nações Unidas) são comumente encontradas nas obras relacionadas ao tema, embora se refiram ao mesmo objeto. Exemplos distintos são os livros *A Força de Emergência da ONU*, de Gabriella Rosner, e *Seis Dias de*

Guerra, de Michael B. Oren. Na primeira, o tradutor preferiu utilizar o termo FENU em toda a obra. Já no segundo, na tradução para o português, o termo *UNEF*, em inglês, foi preservado. No presente trabalho, optei pelo uso uniforme da sigla em português, por uma questão de praticidade e objetividade.

O trabalho divide-se em quatro capítulos distintos, abordando diferentes momentos na conjuntura que culminou com a presença do Batalhão Suez em terras do Oriente. O primeiro capítulo traça um panorama entre o colonialismo europeu, o sionismo judaico e o nacionalismo árabe, como forças, ao mesmo tempo, conjuntas e dissonantes, mas que acabaram forjando o Oriente Médio que conhecemos hoje.

No segundo capítulo, é feita uma análise da conjuntura egípcia, a partir do surgimento político de seu líder da época, Nasser, e da crise gerada pela nacionalização do Canal de Suez, ocasionando a interferência da ONU com a criação da FENU, dentro do contexto mundial da Guerra Fria.

A partir do terceiro capítulo, a FENU, criada pela ONU para servir de anteparo à crise desencadeada por Nasser, é avaliada em sua composição, organização e controle, bem como é abordada a questão da participação brasileira e seu interesse em fazer parte do jogo diplomático internacional, no qual o Batalhão Suez seria o principal instrumento dessa pretensão.

Por fim, o quarto e mais longo capítulo traça um perfil do Batalhão Suez, desde a sua criação, sua convocação, seu envio, sua atuação e seu retorno ao Brasil. Todas as nuances dessa “aventura”, os três contingentes gaúchos e a questão da memória, pouco lembrada dos veteranos, são abordadas.

Espero, a partir desse trabalho, com o olhar do historiador, recuperar alguns fragmentos da vivência dos indivíduos que fizeram parte da história do Batalhão Suez. Para tanto, avaliei como imprescindível realizar um pequeno recuo na História, a fim de estabelecer um pano de fundo com alguns antecedentes históricos, que levaram milhares de militares brasileiros às tórridas e milenarmente famosas areias do Oriente Médio, ao longo de uma década.

2. COLONIALISMO EUROPEU, SIONISMO JUDAICO E NACIONALISMO ÁRABE: O CHOQUE DE INTERESSES DESNUDADO EM SUEZ

“As opções militares e políticas falharam miseravelmente no Oriente Médio”.

MAGNOLI, Demétrio (org.). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2006, p. 450.

Para que se compreenda o desenrolar dos acontecimentos ocorridos em torno da crise do Canal de Suez, a partir de 1956, e as conseqüências dela decorridas (tendo como ápice a criação da FENU, pela ONU, no mesmo ano), é preciso que se leve em conta as nuances delicadas de uma região historicamente conflagrada e centro de disputas milenares, marcadas em grande parte por fatores religiosos e políticos. Não cabe aqui realizar uma retrospectiva histórica que remonte aos tempos bíblicos - esse não é o objetivo do presente trabalho -, mas sim arrolar alguns fatos historicamente mais recentes e relevantes na formação dos dois principais atores desse recorte histórico, e que servem para dar o embasamento necessário à compreensão dos eventos desenrolados nessa região do Oriente Médio em que o brasileiro Batalhão Suez se fez presente, via Missão de Paz das Nações Unidas, ao longo de sua existência de dez anos, entre 1957 e 1967.

De um lado, partindo do colonialismo britânico até a consolidação de um Egito nacionalista em 1922, que culminará no nacionalismo árabe de Nasser e suas conseqüências; de outro, desde a difusão das idéias sionistas de formação de um Estado judeu, até a criação oficial, em 1948, do Estado de Israel. Esse preâmbulo histórico é de importância fundamental para uma melhor compreensão dos fatos que se desenrolaram a partir da nacionalização unilateral do canal de Suez, pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, em 26 de julho de 1956.

2.1 O QUE SE ENTENDE POR ORIENTE MÉDIO

Aquilo que ocorreu e ainda ocorre no Oriente Médio, afeta pessoas de todo o planeta, de uma maneira incomparável. Por causa do petróleo, aquilo que acontece ali pode gerar profundos impactos econômicos, e seus conflitos tendem a envolver outras partes do mundo, tanto pela intervenção de potências externas quanto pela difusão de violência para outras regiões. Porém, as raízes da importância global do

O Oriente Médio são mais profundas que o petróleo, a estratégia ou o conflito político.³ É o berço do Judaísmo, do Cristianismo e do Islamismo, no qual Jerusalém é a capital sagrada, nesta geografia religiosa. Por conseguinte, é uma região onde espiritualidade e política andam juntas.

Com base naquilo que descrevem os manuais e os atlas geográficos, entende-se por Oriente Médio a região situada no encontro dos continentes africano, asiático e europeu. Entretanto, a definição de sua abrangência é arbitrária e variada, já que se originou do termo britânico *Middle East*, “flagrantemente europeu e reconhecivelmente imperial”.⁴ Mas a concepção predominante a partir do início do século XX, “em termos geopolíticos, é a que inclui Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Catar, Bahrein, Kuwait, Irã, Iraque, Síria, Jordânia, Líbano, Egito, Israel e Palestina [ou os territórios da Autoridade Nacional Palestina]”.⁵

Figura 1: Mapa geopolítico do Oriente Médio predominante desde o início do século XX.



Fonte: Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>>, no link “Mapas”. Acesso em 11 de agosto de 2012.

³ “A expressão Oriente Médio é recente criação de cunho técnico e é marcada pela nítida influência militar. Foi selecionada em 1902 para designar a área entre a Arábia e a Índia, tendo como centro, do ponto de vista da estratégia naval, o Golfo Pérsico. É uma denominação que identifica o momento preciso em que os interesses petrolíferos entraram definida e definitivamente no planejamento estratégico dos estados-maiores das grandes potências. Faz parte do mapa-múndi desenhado pelo imperialismo no despontar do século XX”. Camargo apud AXCEL RUD, Isaac. **O Oriente Médio**. São Paulo/Campinas: Atual/Unicamp, 1985, p. 6. Citado por MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 425.

⁴ SMITH, Dan. **O Atlas do Oriente Médio**. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008, p. 8.

⁵ ARRAES FILHO, Manuel Ricardo. **História, memória e deserto: os soldados brasileiros no Batalhão Suez (1957-1967)**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense, 2009, 293 f, p. 36.

Essa região tem sido moldada pela interação de fatores históricos, culturais e contemporâneos cruciais, como o Islamismo, o Império Otomano⁶, o colonialismo europeu, a fundação de Israel como Estado independente, o petróleo e a influência norte-americana. Aquilo que resulta da junção de tais fatores coloca o Oriente Médio numa série de desafios econômicos, políticos, estratégicos e sociais estreitamente relacionados.

No curioso e instigante texto do livro *O Crime Ocidental*, a autora francesa Viviane Forrester aborda de forma exasperadamente crítica o papel dos Estados Unidos e da Europa, ao colocá-los como grandes culpados pelo conflito do Oriente Médio. Para ela, árabes e judeus enfrentaram o abandono consciente da Europa e dos Estados Unidos, e foram lançados em situação de conflito, em que palestinos e israelenses não são vítimas uns dos outros, mas de uma história prolongada, marcada por excessos de um Ocidente que, embora às vezes revele sentimento de culpa, não é capaz de se livrar de seus antigos preconceitos em relação aos dois povos.

De acordo com Forrester, embora as potências ocidentais continuem a se apresentar como árbitros, são diretamente responsáveis pela tragédia:

Os palestinos, os israelenses, sabem eles – e o sabemos nós? – a que ponto são estranhos à sua história atual, ao seu próprio presente? A que ponto são vítimas, não um do outro, mas um e outro de uma história que se diz resolvida, suspensa, mas continuamente reativada, e que os tem empurrado a conflitos que não são reais na sua origem e que são, além disso, intermináveis? Uma história européia em que eles não foram, nenhum deles, nem os carrascos nem os culpados. Os árabes, estes ficaram com o fardo, a punição por um desastre que lhes era alheio; os judeus, vítimas desse desastre, encorajados, senão acuados no papel de intrusos, nem viram que, voluntários ou vencedores, tinham sido colocados em quarentena. [...]. Aí estão eles se agredindo, entrematando-se, judeus e árabes, depois palestinos e israelenses, sob a vista de um Ocidente condescendente, livre, que se apresenta como árbitro dessas hostilidades.⁷

É claro que a História nos mostra também que nessa região houve uma notável sucessão de dominadores externos ao longo do tempo, passando pelos gregos, romanos, persas e árabes, chegando então ao colonialismo europeu britânico e francês, a partir de meados do século XIX. Para entender o Oriente Médio de hoje, é importante compreender como ele se formou. O conflito árabe-

⁶ O Império Otomano foi um Estado imperial que existiu entre 1299 e 1922, e que no seu auge compreendia a Anatólia (atual Turquia), o Oriente Médio, parte do norte da África e do sudeste europeu.

⁷ FORRESTER, Viviane. *O Crime Ocidental*. São Paulo: UNESP, 2006, p. 19.

israelense é, talvez, uma das mais complexas situações da História Contemporânea, por envolver tamanha diversidade de motivos e questões.

2.2 DO SIONISMO À CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

O moderno Estado de Israel se origina no movimento político do Sionismo, palavra derivada de Sion, uma das colinas da cidade de Jerusalém, cujo termo foi cunhado em 1885, pelo escritor judeu Nathan Birnbaum, e pregava a criação de um país em que os judeus vivessem livres e sem perseguições. Estruturou-se, a partir das manifestações revolucionárias na Rússia czarista do final do século XIX que resultaram em *pogroms*, “expediente comumente utilizado para canalizar a cólera popular para ações de anti-semitismo”⁸, e que geraram milhares de refugiados na *aliya*⁹ emigrando para a Palestina histórica.

O movimento político foi chefiado, inicialmente, por Leon Pinsker, propondo a criação de uma nacionalidade judaica, para um povo judaico, habitando um território judaico. No entanto, alguns escritores judeus se opuseram à idéia de um espaço nacional, defendendo apenas um renascimento espiritual do judaísmo, conhecido como sionismo religioso. Ironicamente, o conjunto desse renascimento cultural despertou o fortalecimento de uma consciência nacional judaica, dando sustentáculo ao sionismo político.

“Sionismo” é um termo nebuloso e emotivo que teve diferentes significados para diferentes pessoas, mas no fundo representa uma abordagem radical das eternas perguntas sobre a identidade judaica e o lugar dos judeus entre as nações. Para os sionistas, os judeus não são uma comunidade religiosa nem uma ampla associação de minorias étnicas em diversos países, mas um só povo com seu próprio lar; já não uma única e indefinível exceção à regra, mas um povo normal em pé de igualdade com os demais povos do mundo. O sionismo é uma das tentativas extremas de descobrir uma fórmula simples para resolver as complexidades do problema judeu.¹⁰

“Se a alma do Sionismo estava no Ocidente, sua musculatura estava no Oriente”.¹¹ O responsável por sedimentar a idéia política sionista foi Theodor Herzl

⁸ SOARES, Jurandir. **Israel x Palestina**: as raízes do ódio. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991, p. 22.

⁹ *Aliya*, como é também chamada em hebraico a emigração para a Palestina. In: MAGNOLI, op. cit., 2006, p. 427.

¹⁰ GRANDES CIVILIZAÇÕES DO PASSADO. **Povo Judeu**. Barcelona: Folio, 2007, p. 131.

¹¹ Idem, p. 131.

(1860-1904), um jornalista judeu húngaro assimilado, que vivia em Viena, capital do Império Austro-Húngaro. Influenciado pelo *Affair Dreyfus*, ou caso Dreyfus (1894-1906), no qual um judeu - Alfred Dreyfus -, capitão do Exército francês, foi, em 1894, acusado injustamente de traição, expulso, humilhado, condenado, enviado para o desterro, e cujo julgamento consolidou a idéia de que o judaísmo representava um perigo na Europa. Herzl escreveu, em 1896, o livro *Der Judenstaat* (O Estado Judeu), defendendo a necessidade da criação de um Estado nacional judaico como resposta ao recrudescimento do anti-semitismo virulento na Europa Central e Oriental.

O Sionismo, na verdade, inscreve-se no quadro dos nacionalismos europeus do século XIX. Nesse viés, é interessante a afirmação de Michael Oren:

A introdução do Sionismo eletrizou o ambiente do Oriente Médio, transformando uma região já altamente instável em um turbilhão político e social propício à eclosão de uma guerra regional. Por trivial que pareça, podemos dizer que sem Sionismo não haveria Estado de Israel e sem Israel não haveria contexto para um conflito abrangente.¹²

Em 1897, em Basiléia, na Suíça, no Primeiro Congresso Sionista, foi aprovada a idéia da formação de um Estado judeu na Palestina, alavancando ainda mais a emigração, com levas de judeus se instalando maciçamente na região. A partir de então, Herzl movimentou-se politicamente nesse sentido, em encontros com o *Kaiser* alemão Guilherme II, o sultão otomano Abdul Hamid, e tentando a ajuda britânica para convencer o Egito a permitir que os judeus se estabelecessem no Sinai. Todos os pedidos foram negados.

Com a morte de Herzl, em 1904, o movimento sionista passou a ser chefiado por Chaim Weizmann, um judeu russo que emigrara para a Inglaterra e prosseguiu a ação política, transferindo a sede de Viena para Londres, mantendo encontros freqüentes com políticos ingleses, como Lloyd George, Winston Churchill, Arthur James Balfour, Edmund Rothschild, entre outros. O apoio inglês era fundamental para alcançar os objetivos sionistas.

Em 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a região da Palestina passa ao domínio britânico, após a queda dos otomanos. Em 1916, no *Acordo Sykes-Picot*¹³, britânicos e franceses prevêm a divisão do Oriente Médio em esferas de influência entre ambos. A *Declaração Balfour*, em dois de novembro de

¹² OREN, Michael B. **Seis Dias de Guerra**. Junho de 1967 e a Formação do Moderno Oriente Médio. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 22.

¹³ Acordo secreto entre a França e a Grã-Bretanha assinado em 1916, que dividia o Oriente Médio em zonas de influência francesa e britânica.

1917, é o principal divisor de águas para os interesses sionistas. Nela, o chanceler britânico Arthur Balfour expressava o apoio do Governo de Sua Majestade Britânica ao projeto sionista, e “via com simpatia o estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para o povo judeu, e envidará seus melhores esforços no sentido de facilitar a consecução desse objetivo”.¹⁴

Esse ato fomentou ainda mais a emigração judaica, e era o prenúncio do retorno definitivo ao território de onde tinham sido expulsos há quase dois milênios. O espectro político que rondava a região “dava às pessoas um sentido de causa comum sem importar sua procedência nem as crenças políticas ou religiosas”.¹⁵ Outro fator que intensificou ainda mais a emigração foi a perseguição aos judeus pelos nazistas, com a ascensão de Adolf Hitler, em 1933, na Alemanha, e o recrudescimento de leis raciais no país germânico.

Quando, em 1937, a Liga das Nações concedeu um mandato aos britânicos para administrar uma Palestina já mergulhada em revoltas contra sua ocupação e a maciça imigração judaica, a situação já estava quase fora de controle. A administração britânica não conseguiu conciliar os oponentes palestinos e judeus. Como última tentativa de paz, duas comissões régias britânicas propuseram um plano de partilha da Palestina, em setembro de 1937, que criaria um Estado judeu e um Estado palestino, porém, rejeitado por ambas as partes.

Em 1939, tem início a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a retirada do apoio britânico ao projeto sionista para contar com o apoio árabe contra a Alemanha nazista. Com o fim da guerra, a Comissão Anglo-Americana na Palestina propõe, em 1946, a continuidade do mandato britânico, o que foi rejeitado pela Organização Sionista Mundial, exigindo a criação do Estado judeu. Segundo Magnoli,

o problema foi transferido para a recém-fundada Organização das Nações Unidas (ONU). Em [28 de] novembro de 1947, a Assembléia Geral da ONU, presidida pelo brasileiro Osvaldo Aranha, votou a Resolução 181, sobre a partilha da Palestina, estabelecendo a criação de um Estado judeu ao lado de um Estado palestino. A resolução, aprovada por 33 votos (incluindo Estados Unidos e União Soviética) contra 13 e 10 abstenções, dava ao futuro Estado judeu, que tinha 30% da população, 53,5% do território, e ao Estado Palestino, com 70% da população, 45,4% das terras. Pela proposta, Jerusalém ficaria sob controle internacional.¹⁶

¹⁴ SOARES, op. cit., 1991, p. 24.

¹⁵ GRANDES CIVILIZAÇÕES DO PASSADO. **Israel**. Barcelona: Folio, 2006, p. 88.

¹⁶ MAGNOLI, op. cit., 2006, p. 431. Dados disponíveis também em: <<http://www.uno.org>>.

Com isso, a violência entre os dois povos explodiu, antecipando a retirada britânica, que se declarou incapaz de mediar os conflitos, de outubro para abril de 1948. Em 14 de maio do mesmo ano, David Ben-Gurion, do Partido Trabalhista e fundador do *Haganá*¹⁷, proclamou a criação do Estado de Israel, declarando sua independência e tornando-se seu Primeiro-Ministro. No dia seguinte, uma coalizão de forças árabes regulares de Egito, Síria, Jordânia, Líbano e Iraque, reforçadas pelas forças paramilitares palestinas e pelo Exército Árabe de Libertação, comandado pela Liga Árabe, contrários à criação do Estado Judeu, atacam em conjunto suas fronteiras. A Primeira Guerra Árabe-Israelense¹⁸, como ficou conhecida, terminou, oficialmente, em 20 de julho de 1949, com a vitória de Israel e a assinatura do último acordo, entre Síria e Israel, que passou a controlar 75% do território da Palestina, ou seja, aumentando em um terço aquilo que lhe fora determinado pela ONU. A Resolução 194 da ONU reconheceu o direito de os refugiados palestinos retornarem a seus lares ou serem indenizados, mas Israel sempre se recusou a aceitá-la. No período entre 1948-49, estima-se que cerca de 720 mil palestinos tornaram-se refugiados, mudando-se para acampamentos precários e insalubres. E um número similar de judeus viu-se forçado a abandonar os países árabes vizinhos e refugiar-se nas fronteiras do recém-criado “lar nacional dos judeus”.

Na interpretação de Michael Oren, “o Acordo Geral de Armistício firmado entre Israel e Egito, Jordânia, Líbano e Síria no primeiro semestre de 1949, influenciou profundamente as relações árabe-israelenses durante os dezenove anos seguintes”.¹⁹ Embora os atritos existentes entre árabes palestinos e colonos judeus residentes na região que hoje compreende os territórios de Israel e da Autoridade

¹⁷ *Haganah*, defesa, em hebraico, era a denominação de um dos grupos armados israelenses, possuindo poderoso arsenal bélico e bastante severo na conquista de territórios e na ofensiva contra os árabes. Era uma espécie de exército “secreto” de Israel, com mais de 35 mil homens fortemente armados, embrião daquilo que se tornariam depois as FDI (Forças de Defesa de Israel), ou a denominação do conjunto de suas Forças Armadas. Para saber mais ver em NOLIN, Thierry. **A Haganah**. O Exército Secreto de Israel. Paris: Ulisseia, 1973; ou ainda MARDOR, Munya. **Haganah**. O Exército Secreto de Israel. Lisboa: Portugalia, 1957. Pode ser também encontrada a sigla *TSAHAL*, uma expressão abreviada, formada pelas palavras *Tsava* (exército), *Hagana* (defesa) e *Leisrael* (Israel). Sobre esse detalhe ver LARTÉGUY, Jean. **As muralhas de Israel**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1968, p. 8.

¹⁸ A denominação Guerra Árabe-Israelense é comumente usada entre os árabes para se referirem aos conflitos armados com o Estado de Israel: a Primeira Guerra Árabe-Israelense ou Guerra de Independência (para os judeus) foi em 1948-49; a Segunda Guerra Árabe-Israelense ou Guerra dos Seis Dias e Campanha do Sinai (para os judeus) foi em 1967; e a Terceira Guerra Árabe-Israelense ou Guerra do Yom Kippur (para os judeus) ocorreu em 1973.

¹⁹ OREN, op. cit., 2004, p. 27.

Nacional Palestina (ANP)²⁰ ocorram desde o início do século XX, efetivamente as disputas tomaram um caráter de guerra a partir da criação, pela ONU, do Estado de Israel, em 1948, à revelia dos interesses dos palestinos lá residentes e das nações árabes do Oriente Médio. Os árabes da Palestina costumam designar 1948, o ano de fundação de Israel, como a época do *al-nakba*, ou o desastre.²¹

Dentro desse contexto, Forrester afirma que “o gesto das Nações Unidas reconhecendo o Estado de Israel visava [...] uma chance para o Ocidente poder manifestar o seu arrependimento através de terceiros”²², após as atrocidades cometidas contra os judeus no Holocausto²³ perpetrado pelos nazistas. Em síntese, uma espécie de *mea culpa* das potências ocidentais. A partir daí, as peças começariam a se movimentar no tabuleiro do xadrez político em que se transformava o Oriente Médio. Os anos seguintes demonstrariam que o árido solo do deserto seria um terreno fértil para um novo *front* da Guerra Fria.

2.3 EGITO: DO COLONIALISMO BRITÂNICO AO AUGÉ DO NACIONALISMO COM NASSER

A história política marcou o Egito ao longo dos séculos, com uma variação singular de dominação estrangeira como pouco se verificou em outras regiões do mundo. Ela iniciou com os gregos, romanos, persas, árabes - que, com Saladino, introduzem o Islamismo durante as Cruzadas e permitem a presença de judeus em Jerusalém -, passa pelos turcos otomanos de 1517 até 1917, além de uma breve ocupação das tropas de Napoleão Bonaparte, em fins do século XVIII. Foi a ocupação britânica a partir do final do século XIX que legou ao país alguns requintes

²⁰ A Autoridade Nacional Palestina é uma unidade política com autoridade sobre territórios palestinos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, surgida dos Acordos de Oslo (1993), e estabelecida em 1994, como sucessora da OLP (Organização para a Libertação da Palestina). Teve como primeiro presidente Yasser Arafat, até sua morte em 2004. Seu sucessor, até os dias atuais, é Mahmoud Abbas.

²¹ SCALERCIO, Márcio. **Oriente Médio**. Uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 143.

²² FORRESTER, op. cit., 2006, p. 63.

²³ Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o termo Holocausto (com inicial maiúscula) foi utilizado especificamente para se referir ao extermínio de milhões de pessoas que faziam parte de grupos politicamente indesejados pelo então regime nazista fundado por Adolf Hitler. Mais tarde, no correr do julgamento dos responsáveis por esse extermínio, o termo foi sendo aos poucos adotado somente para se referir ao massacre dos judeus durante o regime nazista. Atualmente, o termo Holocausto é novamente utilizado para descrever as grandes tragédias, sejam elas ocorridas antes ou depois da Segunda Guerra Mundial.

da influência européia; mas, em síntese, o Egito sempre se debateu contra a dominação estrangeira, conseguindo somente em 1922 sua independência.

O longo declínio do Império Otomano abriu as portas para que o crescente poderio europeu adentrasse o Oriente Médio. No começo, a pressão foi quase imperceptível, como exigia a estratégia européia de, sem enfraquecer os otomanos, ir aos poucos ganhando frações de suas fabulosas riquezas. Graças a uma combinação de presença militar e de tratados com elites locais, espalhou-se a teia da influência e do controle europeus.

O sistema de controle adotado variava conforme o lugar. Um tratado de proteção podia ser interpretado de forma a dar à potência externa o controle decisivo sobre os assuntos internos de um Estado. A condição de protetorado precedia a ocupação militar direta ou resultava dela. Após a ocupação francesa da Argélia, em 1830, também no Egito as aberturas para empresas estrangeiras deram maiores incentivos à intervenção britânica. Conforme Albert Hourani,

o Egito entrou cedo na era da estrada de ferro, da década de 1850 em diante. Realizou-se outra grande obra pública: o canal de Suez, construído basicamente com capital francês e egípcio e com mão-de-obra egípcia, foi aberto em 1869. Sua inauguração foi uma das grandes ocasiões do século.²⁴

Em 1882, sob o pretexto de que o governo títere do Egito estava em revolta contra a autoridade legítima e que a ordem se desintegrara, os britânicos desencadearam um bombardeio em Alexandria, seguido pelo desembarque de tropas na zona do canal, cujo “verdadeiro motivo foi aquele instinto para o poder que tem os estados num período de expansão, reforçado pelos porta-vozes dos interesses financeiros europeus”²⁵, apenas corroborando a idéia de que os interesses econômicos e estratégicos da Grã-Bretanha na região se intensificavam, e, de quebra, dava ao mais vasto império do mundo rápido acesso à Índia e às possessões asiáticas, através do canal de Suez, item que será abordado de maneira mais específica mais adiante.

Eric Hobsbawm afirma que “dentre os países metropolitanos, foi obviamente para a Grã-Bretanha que o imperialismo teve maior importância”²⁶, explicando que “a

²⁴ HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia da Letras, 2006, p. 372-3.

²⁵ Idem, 2006, p. 374.

²⁶ HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. 13.ed. revista. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 124.

essa altura torna-se difícil separar os motivos econômicos para a aquisição de territórios coloniais da ação política necessária para esse fim”.²⁷

Após a Primeira Guerra Mundial, a força decisiva anticolonialista no nacionalismo egípcio era o movimento *Al-Wafd al-Misri* (“a Delegação Egípcia”)²⁸, que travou negociações com os britânicos em meio à agitação que persistia no Egito, até que, em 1922, lhes é concedida independência formal, com uma monarquia constitucional, sob o reinado de Fuhad I, pró-britânico. Entretanto, estes mantiveram o controle sobre o canal de Suez e sobre as instituições governamentais cruciais. Com a morte de Fuhad, em 1936, seu filho Faruk assume o trono, em meio a uma difícil situação econômica. Contudo, a monarquia somente enfrentaria protestos mais violentos alguns anos depois, em face do despertar nacionalista contra o domínio europeu, mas também pelas derrotas para as forças israelenses em 1948-49, como consequência da partilha da Palestina e da criação do Estado de Israel pelas Nações Unidas.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um ultimato britânico ao rei do Egito o obrigou a pedir ao Partido *Wafd* que formasse um governo. Conforme Hourani,

nesse momento crítico da [segunda] guerra [mundial], pareceu desejável à Grã-Bretanha ter um governo egípcio que pudesse controlar o país e estivesse mais disposto a cooperar com a Grã-Bretanha que o rei e os que o cercavam.²⁹

Enquanto o mundo árabe buscava ficar independente do antigo domínio e influência coloniais, alguns pensadores e políticos árabes imaginavam um objetivo mais amplo que a independência deste ou daquele Estado, visando a uma unidade pan-árabe.

Duas conferências, realizadas em Alexandria, em 1944, e no Cairo, em 1945, resultaram na criação da Liga dos Estados Árabes³⁰, ou simplesmente Liga Árabe, como ficou mais conhecida. Quando as Nações Unidas foram formadas, em 1945, os estados árabes independentes tornaram-se membros. “O Egito também teve um

²⁷ Idem, 2009, p. 113.

²⁸ O *Wafd*, literalmente, Delegação, era o Partido nacionalista do Egito, cujo nome deriva da delegação que se propunha ir a Londres em 1918 para discutir o *status* do país depois da Grande Guerra (Primeira Guerra Mundial) e reivindicar sua independência. Foi dissolvido após a revolução de 1952, mas reconstituído em 1978, como partido oposicionista.

²⁹ HOURANI, op. cit., 2006, p. 465.

³⁰ A Liga Árabe reunia sete Estados que tinham “certa liberdade de ação”: Egito, Síria, Líbano, Transjordânia (atual Jordânia), Iraque, Arábia Saudita e Iêmen; junto com um representante dos árabes palestinos, e deixando-se a porta aberta para outros estados árabes entrarem caso se tornassem independentes, o que era requisito.

importante papel na Segunda Guerra Mundial e o partido *Wafd* se manteve fiel aos interesses aliados, apesar do rei [Faruk] ser favorável à causa alemã”.³¹

Como descreve Hourani, em 1951 explode uma séria luta, entre forças britânicas e guerrilheiros egípcios,

e em janeiro de 1952 isso detonou um movimento popular no Cairo em que instalações ligadas à presença britânica foram destruídas; o colapso da ordem, por sua vez, deu a oportunidade para a tomada do poder, em julho de 1952, por uma sociedade secreta de oficiais egípcios de patente média, a princípio uma liderança corporativa e depois sob o domínio de Gamal ‘Abd al-Nasser (1918-70). O rompimento com o passado, que ia se mostrar em muitas esferas, foi simbolizado pela deposição do rei e a proclamação de uma república no Egito.³²

A vez do Egito, portanto, viera em 1952. A deposição do rei se deu por conta de um golpe do autodenominado grupo dos “Oficiais Livres”³³, comandados pelo general Muhammad Naguib, que, um ano depois, veio a ser deposto pelo verdadeiro homem forte do regime, “o entusiástico e pretensamente moderado Gamal Abdel Nasser”.³⁴

O discurso do nacionalismo pan-árabe tinha profundo apelo para um expressivo número de árabes. Para muitos deles, a ousadia e a determinação política e estratégica de Nasser³⁵ contrastavam de modo nítido e encorajador com a cautela e o conservadorismo das lideranças tradicionais do mundo árabe. Até mesmo para os israelenses, segundo Michael Oren,

ali estava um homem com quem os israelenses acreditavam poder negociar. (...). Mas a posição fundamental do Egito não mudara: a paz era impensável nas atuais circunstâncias e, mesmo que elas mudassem, tornar-se-ia possível somente quando Israel cedesse a totalidade do deserto do Negev.³⁶

³¹ GRANDES CIVILIZAÇÕES DO PASSADO. **África**. O despertar de um continente. Barcelona: Folio, 2007, p. 117.

³² HOURANI, op. cit., 2006, p. 474.

³³ Os “Oficiais Livres” foi o movimento criado por Nasser e comprometido com o fim do domínio britânico no Egito. Em 1949, Nasser foi um dos quatro fundadores do Comitê do Movimento dos Oficiais Livres. Tornou-se presidente dos “Oficiais Livres” em 1950 e fez parte do círculo reduzido que tramou o golpe militar de 1952. Consolidando sua posição, Nasser se tornou Primeiro-Ministro em 1954 e presidente em 1956. Seu êxito levou alguns políticos árabes a formar grupos semelhantes para derrubar governos da época.

³⁴ OREN, op. cit., 2004, p. 29.

³⁵ A grafia do nome de Nasser aparece de diferentes maneiras em diferentes obras pesquisadas. Temos, por exemplo, Gamal Abdel Nasser, Gamal ‘Abd al-Nasser, ou ainda Jamal ‘Abd al-Nasir. Neste trabalho, optou-se pela primeira grafia, por ser a mais comumente encontrada na bibliografia e de mais fácil identificação ligando o nome à figura histórica.

³⁶ OREN, op. cit., 2004, p. 29.

Estava, assim, armado o palco de intermináveis conflitos, onde os assuntos políticos, econômicos e a rivalidade construída entre árabes e judeus se tornaram cada vez mais fontes terríveis de animosidade mútua. Agravante recente era o boicote econômico contra Israel, instituído formalmente pelos países da Liga Árabe logo após a criação do Estado judeu, ganhando intensidade com o passar dos anos.

Michael Oren diz que nada de notável ocorreu em outros lugares do mundo em 1954, mas para o Oriente Médio foi “um divisor de águas”. A Guerra Fria chegara à região, já que “a União Soviética, que apoiara Israel desde a sua criação, que o armara e organizara, passou sua lealdade ao outro lado”.³⁷

³⁷ OREN, op. cit., 2004, p. 29.

3. NASSER, O “LEILÃO” DE ASSUAN E A NACIONALIZAÇÃO DO CANAL DE SUEZ: O ESTOPIM PARA A CRISE DE 1956 E A ENTRADA EM CENA DA ONU

*“(...) nosso objetivo básico será
destruir Israel”.*

Gamal Abdel Nasser, 26/05/1967³⁸

Com a exacerbação nacionalista no Egito, liderada por Naguib e Nasser a partir de 1952, a ligação física entre o Egito e o Oriente clareava-se cada vez mais no pensamento do futuro líder árabe. Após o golpe dos “Oficiais Livres”, Naguib assumiu o governo como ditador, proclamando, posteriormente, a república, e tornando-se presidente, apoiado por Nasser. Logo, os dois entraram em conflito, devido às discordâncias quanto ao rumo a seguir na política interna, já que Nasser acreditava que o Egito tinha de realizar duas revoluções ao mesmo tempo: a revolução política fora parcialmente realizada, mas a revolução social ainda nem havia começado. Segundo suas próprias palavras,

todos os povos da terra passam por duas revoluções: uma revolução política, pela qual arrancam das mãos da tirania o direito de governar-se (...), e uma revolução social, envolvendo o conflito de classes, que termina quando é assegurada a justiça para os cidadãos da nação unida.³⁹

³⁸ PAZ, Ury. **Guerra Relâmpago**. A luta de Israel pela sobrevivência. São Paulo: V.G.T. Ltda, 1967, p. 1.

³⁹ DECHANCIE, John. **Nasser**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 46.

Figura 2: Membros do grupo dos “Oficiais Livres”.



Fonte: DECHANCIE, John. **Nasser**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 47.

Em 1954, já como líder único do mais populoso país árabe, ele naturalmente tornou-se uma figura poderosa, “a estrela do nacionalismo árabe”⁴⁰, segundo as palavras de John DeChancie, e autor de uma pequena biografia sua. Certa vez, Anwar Sadat, que viria a suceder Nasser após sua morte, em 1970, afirmou que, “ele [Nasser] era um jovem sério, que não compartilhava o interesse de seus companheiros por brincadeiras, nem deixava que ninguém fosse fútil com ele, pois achava que isso seria um insulto à sua dignidade”.⁴¹

O oficial que subira ao poder prometendo reformas internas, agora descobria o mundo exterior, declarando o Egito um país árabe, não alinhado na Guerra Fria, “e começava a falar em esferas concêntricas de interesse - os mundos árabe e islâmico, a África - no centro das quais estava o Egito e, no centro do Egito, Gamal Abdel Nasser”.⁴²

3.1 A QUESTÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA REPRESA DE ASSUAN CULMINA NA NACIONALIZAÇÃO DO CANAL DE SUEZ

A década de 1950 presenciou o momento em que o Egito de Nasser empenhou-se em acabar com as influências externas, cujo “símbolo da opressão

⁴⁰ DECHANCIE, op. cit., 1988, p. 71.

⁴¹ Idem, 1988, p. 22.

⁴² OREN, op. cit., 2004, p. 30.

estrangeira tem de desaparecer”⁴³, buscando expulsar os agentes do imperialismo, num momento que acabou por marcar o ultranacionalismo árabe. Os estrangeiros, ao primeiro contato com o líder egípcio, impressionavam-se com aquilo que se poderia chamar de uma dupla personalidade. Quando falava de assuntos gerais ou técnicos, revelava-se equilibrado e informado. Mas quando surgia qualquer questão que pudesse ter implicações, ainda que remotas, com a independência do Egito, Nasser transformava-se, irritava-se e dava a impressão de ser um fanático completamente intratável.

Nasser não era apenas um patriota egípcio. Era, igualmente, um patriota árabe, sonhando com a unificação daquele mundo fragmentado e caótico sob a liderança do Egito. E ninguém chegou mais perto desse ideal do que ele, embora nunca tivesse conseguido concretizá-lo solidamente. Mas contribuiu, como nenhum outro, para a conscientização pelos diferentes países árabes dos seus interesses comuns, embora as complexas dificuldades da união política e social não pudessem ser superadas. Aparentemente, Nasser tinha perfeita consciência e noção de suas limitações, e até onde pretendia chegar:

Eu conheço exatamente as fronteiras da nação árabe. (...). Essas fronteiras terminam onde minha propaganda já não encontra eco. Além desse ponto, começa alguma outra coisa, um mundo estranho, que não me interessa.⁴⁴

No assunto política exterior, Nasser procurou permanecer neutro, apesar do lento, mas constante, distanciamento de seu modo de pensar em relação ao Ocidente. A permanente fragilidade militar do Egito ficava exposta com as freqüentes incursões de comandos israelenses em seu território. Nasser precisava desesperadamente de armas para defender as posições militares de seu país contra Israel. Ele gostaria de negociar com o Ocidente, mas nem a Grã-Bretanha nem os Estados Unidos confirmavam as promessas de que lhe venderiam armas.

A neutralidade egípcia, aparentemente, não era suficiente. O então presidente americano, Dwight Eisenhower (1890-1969), queria aliados fortes no Oriente Médio, e exigia que o Egito entrasse para uma aliança de defesa semelhante à OTAN.⁴⁵ Nasser não queria nenhum laço íntimo com qualquer país que não pertencesse à

⁴³ KONZELMANN, Gerhard. **O Canal de Suez**. Na discussão de estrategistas, diplomatas e engenheiros. São Paulo: Melhoramentos, 1977, p. 34.

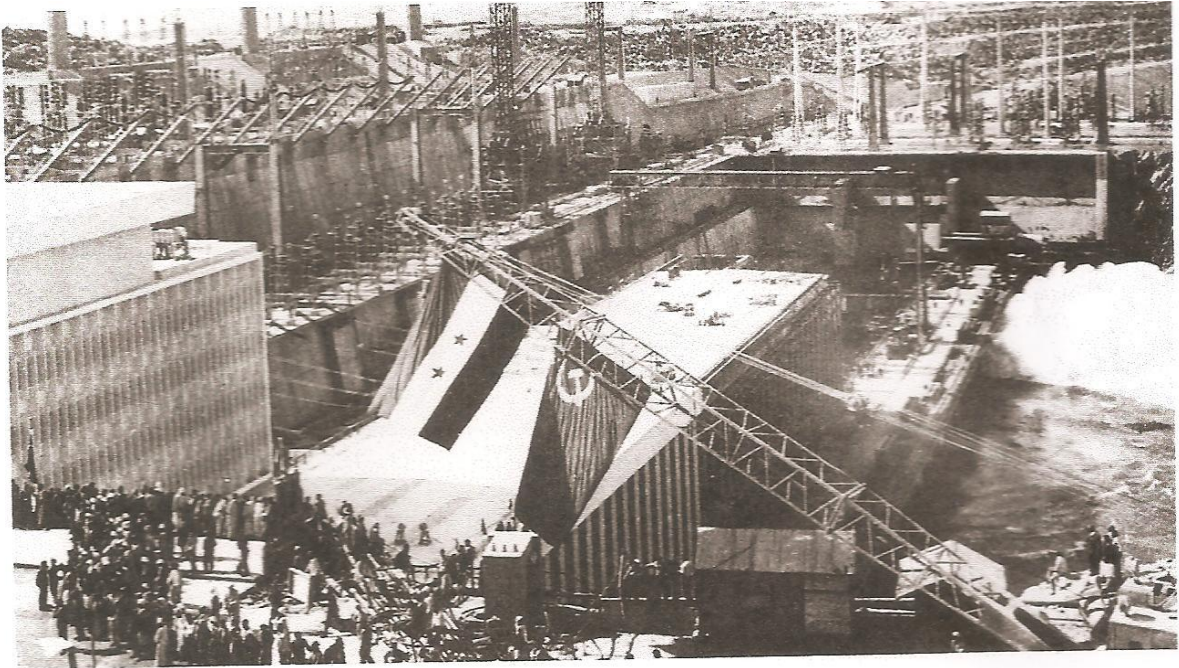
⁴⁴ DECHANCIE, op. cit., 1988, p. 73.

⁴⁵ Sigla para a Organização do Tratado do Atlântico Norte.

comunidade árabe. A política de neutralismo quase atraiu o Egito e seus aliados para uma inimizade com aqueles cujos interesses seriam afetados por ela. Decidiu, então, voltar-se para a União Soviética, a fim de conseguir o armamento que desejava.

Por outro lado, Nasser acreditava na honestidade das promessas dos países ocidentais de financiarem a construção da represa de Assuan, cuja realização fazia parte dos seus planos de reforma agrária para o Egito. A barragem de Assuan eliminaria as enchentes do rio, retendo num enorme lago a água que seria liberada conforme necessário, garantindo a irrigação para o ano todo. Nasser calculava que a construção levaria dez anos, a um custo de um bilhão de dólares (para a época). Para tanto, entrou em contato com o Banco Mundial, controlado pelos Estados Unidos. Este estaria disposto a emprestar 200 milhões de dólares para que o Egito iniciasse as obras, mas sob rigorosas condições. O Egito teria que praticar a responsabilidade fiscal e controlar a inflação, consultar os Estados Unidos e a Grã-Bretanha em relação a questões orçamentárias importantes, e se comprometer a não aceitar nenhuma outra ajuda estrangeira, principalmente da União Soviética. Inicialmente, Nasser rejeitou a oferta, mas por temer que os americanos a retirassem, engoliu o orgulho e abandonou suas objeções à proposta.

Figura 3: A represa de Assuan, terminada em 1970, com financiamento e auxílio técnico soviético.



Fonte: DECHANCIE, John. **Nasser**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 85.

Em 1956, entretanto, os Estados Unidos, que tinham dado esperanças de que iam fornecer ajuda financeira ao Egito para o projeto de construção da gigantesca represa de Assuan, no sul do país, de repente retiraram sua oferta de ajuda, justificando sua atitude em virtude da debilidade da economia egípcia e a “instabilidade” do regime. Ao ser comunicado da decisão norte-americana, Nasser teria então comentado com seus ministros que “não se tratava de uma retirada de ajuda, [...] mas de um ataque ao regime e uma exortação ao povo egípcio para que derrube o governo”.⁴⁶

Ainda em 1956, John Foster Dulles, o cabeça da diplomacia norte-americana, um anticomunista convicto, não tolerava as atitudes amistosas de Nasser em relação à União Soviética, principalmente pela assinatura, em 1955, de um acordo militar de fornecimento de todo tipo de armamento soviético, em troca de algodão egípcio. Além de que, “para o governo dos Estados Unidos na era da Guerra Fria, a recusa a juntar-se à aliança ocidental no Oriente Médio era, na verdade, juntar-se ao bloco oriental”.⁴⁷ Em certa ocasião, em visita ao Egito, o secretário de Estado Dulles encontrou-se com Nasser, referindo-lhe a necessidade de o Egito entrar para a Organização do Tratado do Oriente Médio (uma espécie de OTAN aos moldes do Oriente Médio), proposta por Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Turquia. Dulles estava convicto de que este pacto impediria a infiltração comunista na região, e insistiu que o ingresso do Egito na organização era fundamental. Conforme Magnoli, “o pano de fundo era a constituição de uma aliança estratégica dos EUA com Israel, em contraposição à aproximação do Egito com a URSS”.⁴⁸

Nasser perguntou a Foster Dulles por que o seu país deveria ingressar na organização e contra quem estaria defendendo-se, e o secretário de Estado respondeu: “Contra a União Soviética”. Nasser replicou: “Por quê? A União Soviética está a cinco mil milhas de distância, e nunca tivemos problemas com ela. Jamais nos atacou. Jamais ocupou o nosso território. Jamais montou uma base em nosso país, enquanto a Grã-Bretanha esteve aqui durante setenta anos”.⁴⁹

A situação tornara-se extremamente tensa. Nasser recebeu a atitude americana como insulto, e decidiu responder a isso com a nacionalização do canal de Suez. “A decisão foi tomada na manhã do dia 20 de julho de 1956, mas o

⁴⁶ BIBLIOTECA DE HISTÓRIA. Grandes personagens de todos os tempos. **Nasser**. Nº 31. São Paulo: Editora Três, 1974, p. 98.

⁴⁷ HOURANI, op. cit., 2006, p. 480.

⁴⁸ MAGNOLI, op. cit., 2006, p. 436.

⁴⁹ BIBLIOTECA DE HISTÓRIA. Grandes personagens de todos os tempos. **Nasser**. Nº 31. São Paulo: Editora Três, 1974, p. 88.

presidente preferiu não divulgá-la”.⁵⁰ Logo depois, no dia 26 de julho, num discurso em Alexandria, Nasser anunciou a nacionalização unilateral da Companhia do Canal de Suez e seu controle total pelo Egito, abalando todo o mundo ocidental.

Essa foi, provavelmente, a ação política mais destacada da carreira de estadista de Nasser. Com esse passo ousado e perigoso, ele pretendia fazer com que todas as rendas provenientes do uso do canal, servissem para financiar a tão sonhada represa. Em síntese, “Suez pagaria Assuan”.⁵¹

3.2 O CANAL DA DISCÓRDIA E A “GUERRA DE SUEZ” EM 1956

Nasser nacionalizou o canal como forma de protestar contra a espoliação estrangeira que se materializava, justamente, na exploração, por estrangeiros, daquela que é, ainda hoje, uma vital via de escoamento do petróleo do Oriente Médio para a Europa (dois terços passam pelo canal) e os Estados Unidos. Segundo Jean Lacouture, biógrafo de Nasser, “o canal - que nossos livros de História apresentam como uma considerável vantagem posta à disposição do Egito pelo espírito empreendedor e pelo gênio tecnológico europeu - era visto por quase todos os egípcios como uma hipoteca de sua independência”.⁵² Para o escritor egípcio Hussein Fauzi, “o canal nunca deixou de provocar sofrimento no povo que o escavou”⁵³, já que “mais de 120.000 egípcios perderam a vida nas escavações do canal”.⁵⁴

O canal de Suez foi uma obra ousada para sua época, idealizado e construído pelo engenheiro francês Ferdinand Lesseps, entre os anos de 1859 e 1869, ligando o Mar Vermelho ao Mar Mediterrâneo, e que “revolucionou o tráfego marítimo entre a Europa e a Ásia”.⁵⁵ Porém, antes mesmo de sua conclusão, a região já despertava o interesse das grandes potências do século XIX, pois “Inglaterra, França, Rússia, além de Áustria e outros, acabariam entrando em luta pelo domínio do canal”.⁵⁶

⁵⁰ Idem, 1988, p. 98.

⁵¹ FERRER, Francisca Carla; SILVEIRA MATOS, Júlia. A construção do Canal de Suez e a formação do conflito: a Força de Paz brasileira na Faixa de Gaza. **Biblos**. Rio Grande: FURG, Nº 19, pp. 43-53, 2006, p. 46.

⁵² Lacouture. *In*: DECHANCIE, op. cit., 1988, p. 59.

⁵³ Fauzi. Idem, 1988, p. 53.

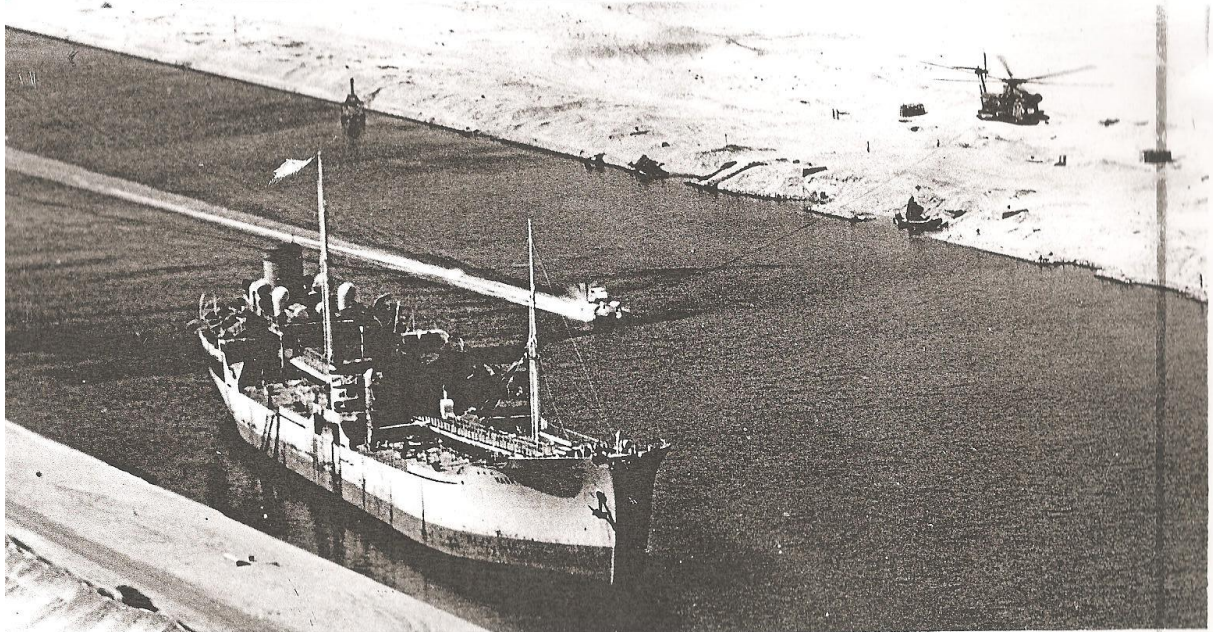
⁵⁴ KONZELMANN, op. cit., 1977, p. 36.

⁵⁵ FURTADO, Peter. **1001 dias que abalaram o mundo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2009, p. 786.

⁵⁶ KONZELMANN, op. cit., 1977, p. 12.

Sua construção era apoiada financeiramente por um consórcio internacional liderado pela França e pelo Império Otomano. Na ocasião, foi criada a Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez⁵⁷, legalizada em 19 de março de 1863. Inaugurado em 17 de novembro de 1869, e como parte dos acordos políticos firmados para a sua construção, o condomínio franco-britânico obteve a concessão do governo egípcio para sua exploração, por um período de 99 anos consecutivos, o qual duraria até 1968. “Deste modo, o governo do Egito receberia ‘apenas 15% do valor do pedágio’ e assegurava a total abertura à navegação de embarcações de todas as bandeiras, conforme o acordo internacional firmado em Constantinopla, que durou 87 anos”.⁵⁸ Ao tomar, no início do século XX, as dimensões apropriadas para a navegação (162,5 km de extensão, 190m de largura e 12m de profundidade), o canal assumiu a condição de ponto estratégico, econômico e militar para a região.

Figura 4: Fotografia da operação de limpeza de minas no Canal de Suez, com apoio de helicóptero.



Fonte: Arquivo fotográfico do jornal *Correio do Povo*. Data: agosto/1974.

Ao anunciar a nacionalização do canal, no discurso na Praça da Libertação, em Alexandria, em 26 de julho de 1956, diante de 50 mil pessoas, Nasser aplicava um duro golpe no imperialismo, que para ele era um símbolo da opressão estrangeira. Segundo ele, “negando-se a nos ajudar na construção da barragem de Assuan, os imperialistas querem castigar o Egito por não querer alinhar-se ao lado

⁵⁷ Para mais informações sobre a história do canal de Suez, consultar KONZELMANN, op. cit., 1977.

⁵⁸ ARRAES FILHO, op. cit., 2009, p. 44.

das superpotências militares”⁵⁹, e “se os imperialistas não gostassem”, concluiu, “eles que se sufocassem de ódio”.⁶⁰ Sua decisão de tomar o controle de um dos principais pontos de passagem do petróleo entre os países árabes e a Europa, e o fechamento do Golfo de Ácaba⁶¹ (chamado por muitos de “segundo pulmão” de Israel), impedindo a passagem de qualquer navio israelense, provocou um terremoto político de conseqüências imediatas.

Durante o discurso do presidente, Mohamed Yunis [engenheiro responsável pelo projeto do oleoduto Suez - Cairo e escolhido por Nasser para chefiar o projeto de nacionalização do canal], deverá ficar dentro de seu automóvel, em Ismaília, e prestar atenção para ouvir se Nasser menciona o nome de Ferdinand de Lesseps – este nome é a senha que desencadeará o ataque de surpresa às instalações de Port Said, Ismaília e Suez. Caso o nome de ‘Lesseps’ não seja mencionado no discurso, Yunis deverá abandonar Ismaília sem nada fazer.⁶²

O canal de Suez significava transportar não somente as riquezas entre o Ocidente e o Oriente através de um “atalho” de luxo, mas também, numa analogia, “canalizava” todo um conjunto de interesses árabes personificados no líder que enfrentava as grandes potências exploradoras do Ocidente.

Nasser não estava preparado para a dureza da reação francesa e britânica à tomada do canal. Anthony Eden (1897-1977), primeiro-ministro britânico, estava convencido de que, para os britânicos, chegara o momento do confronto. A nacionalização do canal atingia diretamente a França e a Grã-Bretanha, principais acionistas da Companhia do Canal. Paris e Londres começaram a discutir uma operação conjunta⁶³ contra Nasser, embora o governo britânico quisesse manter Israel fora da questão.

Conforme Albert Hourani, “o resultado foi um acordo secreto entre França, Grã-Bretanha e Israel para atacar o Egito e derrubar o governo de Nasser”.⁶⁴

⁵⁹ KONZELMANN, op. cit., 1977, p.36.

⁶⁰ FURTADO, op. cit., 2009, pp. 786 e 788.

⁶¹ No extremo sul do território de Israel, no deserto de Negev, está localizado o porto israelense de Eilat, onde as embarcações israelenses, via Golfo de Ácaba, cruzam o Estreito de Tiran e acessam, ao sul, o Mar Vermelho em direção ao Oceano Índico; ou manobrando na direção norte, acessam o Golfo de Suez, cruzando o canal e desembocando no Mar Mediterrâneo. Para mais informações, ver VAN CREVELD, Martin. **Moshe Dayan**. Uma biografia. São Paulo: Globo, 2006.

⁶² KONZELMANN, op. cit., 1977, p. 34-35.

⁶³ O nome-código da invasão chamou-se “Operação Mosqueteiro”, conforme relata OREN, op. cit., 2004, p. 33.

⁶⁴ HOURANI, op. cit., 2006, p 481.

Em outubro, [David] Ben-Gurion, [Moshe] Dayan⁶⁵ e [Shimon] Peres foram a Paris discutir com o primeiro-ministro francês, o socialista Guy Mollet, e com o secretário do Exterior britânico, Selwyn Lloyd. No encontro, os governos dos três países concordaram em realizar uma ação militar comum para retomar o controle do canal de Suez do Egito. De quebra, os israelenses conseguiram um acordo para a construção de um reator nuclear e o fornecimento de urânio enriquecido, conforme revelado em 1995 nas memórias de Shimon Peres.⁶⁶

Na capital francesa, portanto, foi fechado esse acordo, digamos, de uma “extraordinária simplicidade”, não fosse por sua baixeza diplomática e pelas trágicas e desastrosas conseqüências. Simples assim: Israel invadiria o Egito e, logo em seguida, Grã-Bretanha e França dariam um ultimato para que os dois lados (egípcios e israelenses) batessem em retirada e aceitassem a intervenção na Zona do Canal; quando Nasser recusasse - o que eles sabiam que aconteceria - , os dois aliados europeus atacariam. Parecia infalível, embora eticamente questionável.

Este ato parece, portanto, justificar ainda mais a teoria de Viviane Forrester⁶⁷ sobre a culpabilidade das potências ocidentais nas origens e no acirramento histórico do conflito. Se, de um lado, franceses e britânicos buscavam restabelecer uma situação que lhes era favorável há décadas, do ponto de vista econômico e estratégico; para os israelenses, a “mensagem pan-arábica” de Nasser despertou em Israel o temor de ser destruído nas mãos das nações árabes unidas.

“A Segunda Guerra Árabe-israelense, conhecida em Israel como a Campanha do Sinai, e entre os árabes como a Agressão Tripartite, começou na madrugada de 29 de outubro [de 1956]”⁶⁸, quando “os israelenses dão início às hostilidades (...) e 395 pára-quedistas saltam sobre o desfiladeiro de Mitla, no Sinai e desta forma garantem uma importante posição estratégica a 30 km do Canal de Suez”.⁶⁹ Em poucos dias, as tropas israelenses avançaram no Sinai, empurrando os egípcios para a margem esquerda do canal de Suez.

⁶⁵ Ver biografia de Moshe Dayan, escrita por Martin Van Creveld.

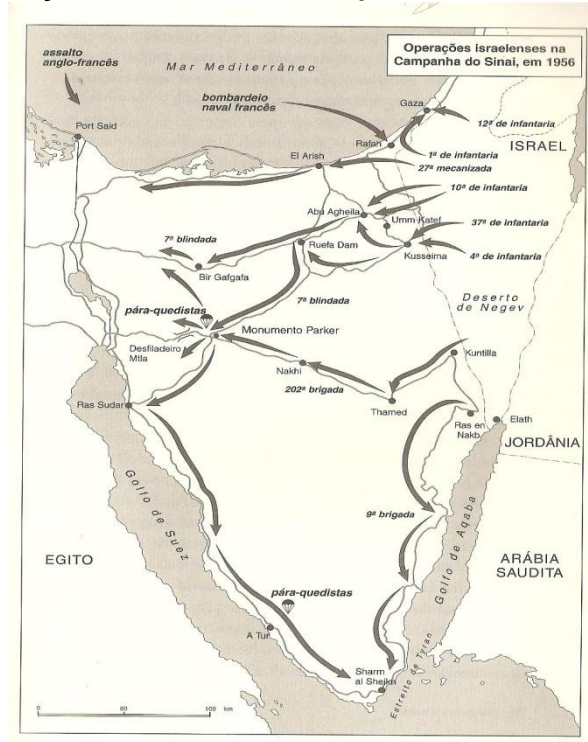
⁶⁶ MAGNOLI, op. cit., 2006, p. 437.

⁶⁷ Ver FORRESTER, Viviane. **O Crime Ocidental**. São Paulo: UNESP, 2006.

⁶⁸ OREN, op. cit., 2004, p. 32.

⁶⁹ KONZELMANN, op. cit., 1977, p. 41-42.

Figura 5: Operações israelenses na Campanha do Sinai, em 1956.



Fonte: VAN CREVELD, Martin. **Moshe Dayan**. Uma biografia. São Paulo: Globo, 2006, p. 95.

Coube aos israelenses a maior parte da operação terrestre e, como combinado, “Israel transformou-se no pretexto que França e Grã-Bretanha procuravam para colocar em ação os soldados, aviões e navios concentrados em Malta e Chipre”.⁷⁰ Em 31 de outubro, as aviações francesa e britânica começaram a bombardear o Egito em Port Said e no Cairo, deixando a maior parte do mundo chocado com o fato de grandes potências declararem guerra aberta contra o fraco Egito. Como represália, Nasser reagiu afundando cerca de quarenta embarcações e bloqueando o canal, que só reabriria em nove de abril de 1957.

De todo modo, embora as tropas francesas e britânicas tivessem conseguido o controle do canal de volta, o presidente americano Eisenhower condenou o uso da força, ameaçando cortar toda a ajuda oficial e privada a Israel, além de, eventualmente, apoiar sua expulsão da ONU. Washington via seus interesses na região dentro do prisma maior que era a Guerra Fria, e não podia permitir que seus aliados, em nome de interesses nacionais unilaterais, se arriscassem a um confronto com os soviéticos. Deve-se lembrar também que, após a invasão israelense, configurou-se uma delicada situação que envolvia os interesses de quatro grandes

⁷⁰ BIBLIOTECA DE HISTÓRIA. Grandes personagens de todos os tempos. **Nasser**. Nº 31. São Paulo: Editora Três, 1974, p. 104.

potências: Grã-Bretanha, França e, por extensão, dos Estados Unidos e União Soviética. De alguma forma, essas potências procuravam manter sua influência no Oriente Médio, fosse por interesses políticos, fossem econômicos e militares.⁷¹

Percebendo a complexidade e a gravidade da situação, a ONU, por meio de seu Secretário-Geral Dag Hammarskjold, concluiu que somente com o término da luta armada e a retirada das tropas estrangeiras do solo egípcio, poderia ser afastada a ameaça à paz mundial. Agindo em passo acelerado, a Assembléia-Geral propôs, em cinco de novembro de 1956, a criação de um comando das Nações Unidas para uma Força Internacional de Emergência (FENU). E no dia seguinte, resolveram-se os princípios norteadores a respeito da organização, do efetivo, da missão, do recrutamento e dos recursos financeiros da força multinacional, capaz de, sem fazer uso da violência, garantir o cessar-fogo e o respeito às resoluções da Assembléia-Geral.

Diante das pressões diplomáticas americana, soviética e da ONU para o fim da guerra, e diante da hostilidade mundial e do perigo de colapso financeiro, as três forças (Israel, França e Grã-Bretanha) retiraram-se.

Para os britânicos, a crise do Canal de Suez não significou apenas a perda de um importante ponto estratégico no Oriente Médio; representou uma humilhante derrota e o fim de sua hegemonia, em declínio desde a Segunda Guerra Mundial.⁷²

No dia 22 de dezembro de 1956, as tropas francesas e britânicas deixaram a zona do canal. “Os israelenses, ao contrário, no controle da totalidade do Sinai, de Gaza e dos Estreitos de Tiran, não tiveram tanta pressa em se retirar”⁷³, permanecendo no território invadido até fevereiro de 1957, quando, finalmente, a FENU iniciou sua atuação.

A síntese desse evento mostra que, apesar de totalmente derrotado no campo de batalha, ironicamente o Egito, especialmente a figura de Nasser, conseguiu uma vitória moral perante a opinião pública internacional e, de quebra, assumiu integralmente o controle do canal de Suez, “agora devolvido ao seu proprietário inalienável”.⁷⁴ Britânicos e franceses, militarmente vitoriosos, foram os

⁷¹ Sobre esse assunto ver SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

⁷² SANDBROOK, Dominic. O último suspiro do Império. **Revista BBC História**: Conflitos do Século XX. Ano 1, n. 2, pp. 29-33, p. 29.

⁷³ OREN, op. cit., 2004, p. 33.

⁷⁴ Idem, 2004, p. 34.

perdedores em termos econômicos e diplomáticos. Para o autor John DeChancie, “a derrota do Egito fora o triunfo de Nasser”⁷⁵, cujo prestígio cresceu enormemente, despontando como a grande liderança árabe capaz de enfrentar Israel. Essa liderança concretizou-se quando, em 21 de fevereiro de 1958, dois anos após a crise de Suez, a unidade árabe foi colocada em prática com o estabelecimento da República Árabe Unida (RAU) pela Síria e pelo Egito, tendo Nasser como seu presidente. Era o ápice do nacionalismo pan-árabe. Provavelmente, esse acontecimento deve também ser visto como o princípio do fim da união árabe. Fizeram-se grandes esforços para realizar a união, mas esta, tão logo alcançada, durou apenas três anos, até 1961, em parte porque os políticos sírios contestavam o que julgavam um predomínio egípcio e, em parte, porque não existia nenhum programa prático de ação para quando a união se consolidasse.

Eric Hobsbawm, em seu *Era dos Extremos*, define com propriedade o que foi aquele conflito:

Sem dúvida, em retrospecto, a tentativa da Grã-Bretanha e da França de reafirmar-se como potências imperiais globais na aventura de Suez em 1956 parece mais condenada ao insucesso do que evidentemente parecia aos governos de Londres e Paris, que planejaram junto com Israel uma operação militar para derrubar o governo revolucionário do coronel Nasser, no Egito. O episódio foi um fracasso catastrófico (exceto do ponto de vista de Israel), tanto mais ridículo pela combinação de indecisão, hesitação e inconvincente desfaçatez do primeiro-ministro britânico, Anthony Eden. A operação, mal lançada, foi cancelada por pressão dos EUA, empurrou o Egito para a URSS [que acabou financiando a represa de Assuan], e acabou para sempre com o chamado “Momento da Grã-Bretanha no Oriente Médio”, a época de inquestionada hegemonia britânica naquela região instaurada a partir de 1918.⁷⁶

Quando o livro de memórias de *Sir Anthony Eden* foi publicado, Nasser constatou que o primeiro-ministro britânico havia preparado o ataque ao Egito como parte de um plano para depô-lo. Passou a sentir um profundo desprezo por Eden, e quando a carreira política do mesmo chegou ao fim, Nasser teria comentado que “sobre ele recaiu a maldição dos faraós”.⁷⁷ Eden renunciou ao cargo em nove de janeiro de 1957, com a carreira aparentemente destruída pelo maior fiasco diplomático da história britânica. Sua humilhação pessoal era comparável à vergonha de seus

⁷⁵ DECHANCIE, op. cit., 1988, p. 69.

⁷⁶ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX. 1914-1991. 2.ed. 40.reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 218.

⁷⁷ BIBLIOTECA DE HISTÓRIA. Grandes personagens de todos os tempos. **Nasser**. Nº 31. São Paulo: Editora Três, 1974, p. 109.

generais e também à de seus colegas franceses e israelenses, que gradualmente retiraram suas tropas e deram espaço às forças de paz das Nações Unidas.

4. A CRIAÇÃO DA FENU PELAS NAÇÕES UNIDAS, A CONJUNTURA NACIONAL BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DO BATALHÃO SUEZ

“A maior prece do homem não pede vitória e sim paz”.

Dag Hammarskjold⁷⁸

A resolução que exigiu o término imediato da luta armada e a retirada das forças invasoras do Egito trazia já consigo a idéia da criação de uma força de paz, que ganhava mais corpo à medida que o espectro do crescimento do conflito que rondava o Oriente Médio poderia ameaçar também a paz mundial.⁷⁹ É importante referir, a título de ilustração, que, ainda em 1949, em decorrência dos milhares de refugiados vítimas do conflito entre israelenses e palestinos, após a criação do Estado de Israel, a ONU criou uma agência com o objetivo de ajudar os refugiados no tocante às questões habitacional, educacional, financeira e profissional: a *United Nations Relief and Works Agency for Palestinian Refugees in the Near East*, que se tornou conhecida pela sigla *UNWRA*.⁸⁰

Numa tradução livre para o português, pode ser caracterizada como uma agência das Nações Unidas de ajuda aos refugiados palestinos no Oriente Médio. Também anteriormente, em 1948, a ONU havia enviado ao Oriente Médio a *UNTSO* (*United Nations Truce Supervision Organization*), ou, em português, Organização das Nações Unidas para supervisão da trégua entre árabes e israelenses, sendo essa a primeira tentativa para remover os obstáculos à paz na região. Conforme

⁷⁸ Dag Hjalmar Agne Carl Hammarskjold (1905-1961) foi um diplomata, economista e escritor sueco. Após ocupar cargos políticos no governo da Suécia, foi Secretário-Geral da ONU entre os anos de 1953 e 1961, quando morreu numa queda de avião a caminho do Congo, para mediar uma crise naquele país africano. Seu maior desafio foi a criação da primeira Força de Emergência da ONU, em 1956, para mediar a situação no Oriente Médio, após a crise de Suez. Dentro e fora da ONU, é reconhecido como modelo às gerações futuras, cuja conduta regeu-se pelos princípios da imparcialidade e independência. Para mais informações biográficas, consultar MILLER, Richard. **Dag Hammarskjold e a diplomacia da crise**. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1962. Uma interessante análise biográfica do mesmo também pode ser encontrada no site oficial do Batalhão Suez, disponível em <<http://www.batalhaosuez.com.br>>, no link “ONU”.

⁷⁹ A Resolução 1.000 (ES-I), também chamada de “União pela Paz”, de 7 de novembro de 1956, exigia o cessar-fogo e a retirada das tropas britânicas e francesas do Egito. A FENU, instituída pela Assembléia Geral da ONU, também foi concebida segundo a Resolução “União pela Paz”, em conformidade com o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, de 1945, quando de sua criação.

⁸⁰ SOARES, op. cit., 1991, p. 51.

afirma Manuel Ricardo Arraes Filho, “a *UNTSO* é considerada nos meios diplomáticos como o protótipo do que viria a ser a *UNEF* [FENU]”.⁸¹

O significado do termo “missão de paz” parece ter evoluído com o passar do tempo, principalmente após o fim da Guerra Fria e em virtude do surgimento de novas situações, de naturezas diversas nos vários conflitos espalhados pelos quatro cantos do mundo. Atualmente, alguns conceitos de operações de paz se tornaram mais complexos, assim como as funções às quais tais operações se destinam, não apenas na manutenção da paz, mas também na imposição dela. No entanto, no momento histórico da criação da FENU (década de 1950), sendo ela pioneira nesse conceito, as operações de paz significavam ações militares com o objetivo de evitar que os conflitos tomassem grandes proporções, estabelecendo um cessar-fogo baseado

nos seguintes princípios: imparcialidade da força, anuência de ambas as partes envolvidas nos conflitos (com um convite explícito de países, onde a força de paz deveria estabelecer-se), segurança, negociação, previsibilidade, perseverança, controle, além do que o uso de armas somente será empregado em defesa própria.⁸²

A autora do livro *A Força de Emergência da ONU*, Gabriella Rosner, bem como outros autores em diferentes obras pesquisadas, faz sempre referência ao então secretário-geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjold, como o artífice da proposta de criação da FENU. Rosner caracteriza a criação da força como um “legado do secretário-geral, a determinação de sua situação jurídica, do caráter de suas operações e sua eficiência em ação conseguidas com tanta rapidez e com relativa perfeição”.⁸³ Já no livro *Seis Dias de Guerra*, Michael Oren também cita Hammarskjold, mas faz referência também ao Primeiro-Ministro do Canadá, Lester “Mike” Pearson, como “o único a desfrutar da confiança de todas as partes envolvidas - árabes, israelenses e europeus - e que trouxe a idéia de criar uma Força de Emergência das Nações Unidas, multinacional, para supervisionar a retirada anglo-francesa do Egito”.⁸⁴

⁸¹ ARRAES FILHO, op. cit., 2009, p. 51.

⁸² BUENO LOPES, Fabiano Luís. **Batalhão Suez**: História, memória e representação coletiva (1956-2006). Curitiba: Dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Paraná, 2006, 110f; e BUENO LOPES, Fabiano Luís. **Batalhão Suez**: História, memória e representação coletiva (1956-2006). Curitiba: Edição do Autor, 2008.

⁸³ ROSNER, Gabriella. **A Força de Emergência da ONU**. Rio de Janeiro: Record, 1966, p. 7.

⁸⁴ OREN, op. cit., 2004, p. 33.

O mais correto a se afirmar é que ambos propuseram em conjunto a criação da FENU, como atestam os autores Maurice Bertrand, em seu livro *A ONU*⁸⁵; e Sidney D. Bailey, em *A História das Nações Unidas*⁸⁶, bem como Michael Oren em sua obra sobre a Guerra dos Seis Dias, em 1967. “A autoridade geral para a FENU pode ser encontrada na Carta da ONU, particularmente nos dispositivos relativos às funções e poderes da Assembléia-Geral; aos deveres e direitos dos países-membros; e aos princípios gerais do direito internacional”.⁸⁷ Porém, sendo a FENU uma experiência ainda sem precedentes na conjuntura que se desenhava naquele momento, suas fontes de autoridade legal foram os numerosos entendimentos entre os países-membros e o Secretário Hammarskjold, e os vários acordos concluídos entre ele e o governo do Egito. De tal maneira que a urgência de uma solução para a crise se fazia imediata, e marcaria seu pioneirismo em ações dessa natureza.

A Carta das Nações Unidas, em seu artigo 24, quando da sua instituição em 1945, conferia ao seu Conselho de Segurança o poder e a responsabilidade de empreender ações coletivas, com o intuito de manter a paz e a segurança internacionais. Era (e ainda é) o Conselho de Segurança quem atribuiu o mandato e a descrição das tarefas a serem cumpridas pela Força de Paz instituída, embora o artigo 24 da Carta da ONU não lhe confira jurisdição exclusiva. Nesse ponto, o governo de Nasser, antes de aceitar a entrada da força em território egípcio, desejava maiores esclarecimentos e interpretação das resoluções definidas pela Assembléia-Geral, o que fez com que Hammarskjold fosse ao Cairo, entre 16 e 18 de novembro de 1956, para discutir pessoalmente com as autoridades egípcias, e fornecer-lhes “uma base mais sólida”⁸⁸, que dirimisse suas desconfianças em relação às proposições da ONU. Conforme relata Oren,

o ‘acordo de cavalheiros’ forjado por Dag Hammarskjold, em 1957, segundo o qual o Egito consultaria a Assembléia-Geral e o Conselho Consultivo da *UNEF* [FENU] antes de alterar o mandato da força, não era de nenhuma forma impositivo. O Egito podia, na verdade, dispensar a *UNEF* na hora que lhe conviesse.⁸⁹

Oren reforça ainda mais esta questão, ao afirmar que o Egito tinha o direito incontestável de expulsar a FENU, ainda que, ao fazê-lo, estivesse criando o risco

⁸⁵ BERTRAND, Maurice. **A ONU**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 49.

⁸⁶ BAILEY, Sidney D. **A História das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: Lidaador, 1965, p. 66.

⁸⁷ ROSNER, op. cit., p. 46.

⁸⁸ Idem, 1966, p. 58.

⁸⁹ OREN, op. cit., p. 96.

de desencadear uma guerra regional, senão global.⁹⁰ Segundo Bailey, o esforço das Nações Unidas para a preservação da paz implica três tipos diferentes de ações: medidas preventivas, soluções pacíficas ou medidas coercitivas.⁹¹ Ao criar a FENU, a Assembléia-Geral adotou uma linha de ação que era o meio termo entre as ações coercitivas e conciliatórias para restabelecer a paz. Baseado nessa primeira experiência de uma força de emergência encabeçada pela ONU, o secretário Hammarskjold formulou certos “princípios e regras fundamentais” que pudessem constituir “um quadro geral utilizável em futuras operações”.⁹² (Anexo A na pág. 83).

4.1 A FENU I: PRIMEIRA FORÇA DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS (1957-1967)

Quando a Assembléia-Geral das Nações Unidas - em sessão especial, entre os dias cinco e sete de novembro de 1956 - votou pela criação da FENU para solucionar a grave crise no Oriente Médio e deter a invasão do Egito e do canal de Suez por forças da Grã-Bretanha, da França e de Israel, essa ação foi rápida e ao mesmo tempo improvisada. A FENU foi planejada como uma “força de polícia temporária”⁹³, operando com o consentimento do Egito e com a cooperação dos países-membros da ONU, tendo recebido como missão principal supervisionar a retirada das tropas invasoras do Egito e promover o cumprimento das resoluções das Nações Unidas, dando um passo positivo, naquilo que Rosner chamou de “diplomacia preventiva”.⁹⁴

A FENU recebeu da Assembléia-Geral o duplo papel de, inicialmente, assegurar e supervisionar o cessar-fogo e a retirada ordenada das forças armadas estrangeiras de território egípcio e, posteriormente, manter condições pacíficas na área, policiando as áreas de fronteira com o propósito de impedir incursões de comandos, tanto egípcios quanto israelenses, ficando estacionada ao longo da chamada *Armistice Demarcation Line (ADL)*, ou, em português, Linha de Demarcação do Armistício (LDA), na área da Faixa de Gaza, em direção ao sul, ao longo da fronteira internacional. No relato de Fernando Corrêa de Barros, veterano integrante do 13º Contingente do Batalhão Suez (o segundo dos três contingentes gaúchos; os

⁹⁰ Idem, 2004, p. 100.

⁹¹ BAILEY, op. cit., 1965, p. 59.

⁹² BAILEY, op. cit., p. 66-67.

⁹³ ROSNER, op. cit., p. 15.

⁹⁴ Idem, 1966, p. 16.

outros dois foram o 5º e o 20º), “a *ADL*, numa extensão de 100 quilômetros [...] era uma vala cavada na areia e mantida aberta pelos soldados, a duras penas, pois a areia movia-se muito, enchendo-se rapidamente”⁹⁵, estabelecida desde 1948, por ocasião do fim dos conflitos deflagrados pela criação do Estado de Israel.

A missão de paz não seria, portanto, um exército de combate com objetivos militares. Não deveria forçar a retirada das tropas, mas sim, apenas assegurar o fim das hostilidades e o cumprimento das resoluções da ONU, sem mencionar nenhum agressor. Acertados os últimos detalhes, segundo Rosner,

nas primeiras horas da manhã de 15 de novembro [de 1956], oito dias depois da resolução da Assembléia endossando o relatório do Secretário-Geral, o primeiro grupo de soldados das Nações Unidas desembarcava no Egito. A FENU, representada por uma companhia, entrou em Porto Said em 21 de novembro e, pelos meados de dezembro, a Força das Nações Unidas se encontrava operando em toda a área do Canal de Suez.⁹⁶

Mas a retirada das tropas israelenses da Faixa de Gaza e do Golfo de Ácaba ocorreu gradativamente, fazendo-se necessário que a ONU solicitasse a Israel, em dois de fevereiro de 1957, que completasse a retirada de suas tropas, o que somente ocorreu efetivamente entre quatro e sete de março, quando foram sendo substituídas pelas tropas da FENU. O Secretário-Geral sugeriu aos países-membros que o Major-General E. L. M. Burns, canadense, fosse designado comandante-chefe da Força de Paz, já que o mesmo se encontrava no Oriente Médio como observador a serviço da ONU. Este foi rapidamente autorizado a recrutar oficiais escolhidos entre os países que não fossem membros permanentes do Conselho de Segurança. Afinal, uma das determinações de Hammarskjold era a de que a FENU deveria ser “constituída exclusivamente por forças de estados pequenos”⁹⁷, provavelmente para precaver-se dos diversos interesses diretos das grandes potências.

⁹⁵ BARROS, Fernando Antônio Corrêa de. **Batalhão Suez**. Na Fronteira das Ilusões. Porto Alegre: F.C.B. Consult, 1998, p. 38.

⁹⁶ ROSNER, op. cit., 1966, p. 45.

⁹⁷ BOYD, A. **Nações Unidas**: devoção, mito e verdade. Lisboa: Ulisseia, 1964, p. 38.

Figura 6: Soldados da FENU, com a bandeira da ONU, vigiam o Canal de Suez em 1967.



Fonte: Arquivo Fotográfico do jornal *Correio do Povo*.

A FENU mobilizou seus efetivos ao longo da fronteira Egito-Israel, exclusivamente do lado egípcio, pois Israel não permitiu a entrada da Força em seu território, limitando-os apenas às linhas fronteiriças. No entanto, ela não estava preparada para impedir violações de território, caso ocorressem numa dimensão maior que as comuns escaramuças de fronteira entre colonos judeus e guerrilheiros árabes palestinos do deserto - os *fedayins* -, devido ao reduzido efetivo numérico e de armamento. A participação, *in loco*, dos “boinas azuis” no dia-a-dia da Missão revelou que momentos de maior tensão determinavam a utilização de armas leves.⁹⁸

Cabe aqui fazer uma referência a Abba Eban⁹⁹, recapitulando o cenário que culminaria futuramente na Guerra dos Seis Dias, em 1967, cujas metáforas tornaram-se famosas em momentos políticos cruciais. Ao referir-se à FENU, por exemplo, Eban desdenhava de sua função, comparando-a com “um guarda-chuva que se joga fora logo que começa a chover”.¹⁰⁰ E quando da extinção da FENU, em 1967, indagou “para que serve uma brigada de incêndio que sai de cena quando aparecem os primeiros sinais de fumaça e fogo?”.¹⁰¹ Tais tiradas carregadas de ironia o tornaram um verdadeiro ícone dos judeus americanos, festejado pelos funcionários do governo e amplamente citado na imprensa.

⁹⁸ CORDEIRO, Fernando Vilhena. Porto Alegre, 2011. Entrevista concedida ao autor em 5 abr. 2011.

⁹⁹ Abba Eban (1915-2002), nascido Aubrey Salomon Meir, judeu, foi o primeiro embaixador de Israel na ONU e, posteriormente, em Washington. Também foi ministro da Educação, Cultura e do Exterior, liderando a batalha diplomática na ONU na Guerra dos Seis Dias. Para leitura de seu discurso na ONU após a deflagração da Guerra dos Seis Dias, em 1967, ver ALCARAZ GOMES, Flávio. **Morrer por Israel**. Porto Alegre: Globo, 1967, pp. 139-154.

¹⁰⁰ OREN, op. cit., 2004, p. 283.

¹⁰¹ Idem, 2004, p. 132.

Atitudes como essas, interpretadas anos depois dos fatos acontecidos, com o devido distanciamento histórico e inseridas num contexto maior, são exemplos de que para muitos, a FENU era, na verdade, um empecilho às pretensões futuras tanto para o Egito quanto para Israel. Em todas as referências feitas por Michael Oren no livro *Seis Dias de Guerra* sobre a relação de Nasser com a FENU, o autor deixa transparecer que, no melhor dos casos, havia uma posição dúbia, e até mesmo uma antipatia, do líder egípcio para com a Força de Paz. Embora houvesse alguma empatia, a aceitação de tal intervenção era restrita, como se estivesse “engolindo” uma imposição externa. Com isso, na interpretação de Oren, “[em] qualquer tentativa de tomar partes do sul de Israel, o Egito [leia-se aqui Nasser] seria com certeza frustrado pela *UNEF* [FENU]”.¹⁰²

Quanto a Israel, ao relembrar o cenário que precipitou a Guerra dos Seis Dias, cito novamente Abba Eban, afirmando ele, posteriormente, que “Israel saíra de uma situação de grave perigo para uma gloriosa e bem sucedida resistência”.¹⁰³ Nesse contexto, se deve considerar ainda que, embora sendo uma nação jovem e recém-reconhecida por grande parte da comunidade internacional, as relações entre Israel e ONU “nunca haviam sido as melhores”.¹⁰⁴ Subentende-se aqui, extraída da interpretação de Oren, a idéia de que a atuação da FENU era marcada por uma passionalidade em favor do Egito, colocando em dúvida o caráter e a postura da Missão de Paz, ao afirmar que a FENU era composta por “contingentes oriundos de países pouco simpáticos a Israel, [e assim] menos propensa a deter uma agressão egípcia do que a conter as respostas de Israel”.¹⁰⁵ Interpretação essa que, em minha modesta visão, é perfeitamente questionável. Contudo, somente uma pesquisa mais aprofundada acerca desse viés específico dos fatos poderia tornar mais clara uma suposta tendência, ou não, de uma posição pró-Egito por parte da ONU em detrimento dos interesses israelenses. Mas essa é uma questão que demandaria um estudo especificamente voltado a ela.

¹⁰² Ibidem, 2004, p. 95.

¹⁰³ Oren, op. cit., p. 283.

¹⁰⁴ Idem, 2004, p. 237.

¹⁰⁵ Ibidem, 2004, p. 101.

4.2 A COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, CONTROLE E FINANCIAMENTO DA FENU

As Nações Unidas reservaram-se a autoridade de decidir a composição dos elementos militares nacionais na FENU. Porém, reconheceram que o país que a receberia (no caso, o Egito), não poderia ser indiferente à sua composição. Conseqüentemente, a FENU não incluiu unidades de nenhum dos membros permanentes do Conselho de Segurança¹⁰⁶ nem elementos de quaisquer outros países que, em virtude de sua posição geográfica ou por outros motivos, poderiam ser considerados como tendo interesses especiais no conflito. Enquadravam-se nesses requisitos as tropas dos países do Oriente Médio, por motivos óbvios.

Durante o período de vigência da FENU, foi estabelecido um padrão para que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU criassem e apoiassem missões de manutenção de paz, constituídas por observadores e tropas armadas, com os Estados Unidos pagando trinta e um por cento (31%) da conta de manutenção da paz da ONU, mas sem participar diretamente com o envio de tropas.¹⁰⁷ No entanto, outras nações foram encorajadas no sentido de contribuir com tropas para diminuir a rivalidade entre as superpotências, reforçar a percepção de imparcialidade e, por conseqüência, a aceitação dos chamados “soldados da paz”.

Os componentes de uma Força de Paz das Nações Unidas são conhecidos como “boinas azuis” ou “capacetes azuis” (*blue berets*, em inglês). Tal denominação ocorre pelo fato de que os militares integrantes da força multinacional utilizam como “cobertura”¹⁰⁸ boinas e capacetes na cor azul, que é a cor oficial da bandeira das Nações Unidas e de suas insígnias.

¹⁰⁶ Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, a partir da criação da ONU, em 1945, são Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha, França e China.

¹⁰⁷ Informação disponível em <<http://www.batalhaosuez.com.br>>. Acessado em 10 out. 2012.

¹⁰⁸ Convenciona-se designar de “cobertura” aos chapéus, bonés, boinas e capacetes utilizados pelos militares.

Figura 7: Os primeiros soldados “boinas azuis” das Forças de Paz da ONU (FENU) chegam a Port Said, no Egito, a fim de restaurar a ordem na região, durante a Crise de Suez, em 1956.



Fonte: FURTADO, Peter. **1001 dias que abalaram o mundo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2009, p. 788.

É dessa forma que são reconhecidos os chamados “soldados da paz”, que, ao primeiro olhar, são automaticamente identificados como representantes legítimos das Nações Unidas, uma instituição internacionalmente reconhecida, em qualquer conflito, nos mais remotos locais do mundo. Sua composição envolve soldados e oficiais das Forças Armadas, mas também pessoal civil, que acompanha e observa os processos de paz pós-conflitos, auxiliando as partes envolvidas na situação a observarem os acordos e negociações firmados.

Como mencionado anteriormente, ao assinarem a Carta das Nações Unidas, todos os Estados-membros concordaram, implicitamente, em fornecer forças armadas para manter a paz e a segurança internacionais, sempre que solicitados. Da mesma forma, todos os Estados-membros ficaram legalmente obrigados a contribuir com uma parcela dos custos dessa manutenção da paz e da segurança internacionais. Arraes Filho caracteriza as atividades de manutenção da paz como

uma responsabilidade coletiva internacional; ou seja, as operações de paz são empreendidas em nome dos 191 Estados-Membros da ONU. Isto lhes confere legitimidade e universalidade únicas. No limite, as missões de manutenção da paz da ONU podem ser uma ferramenta importante à disposição da comunidade internacional, para ajudar a resolver conflitos e impedir guerras; um meio eficiente

aos esforços de pacificação e de consolidação da paz duradoura em regiões conflituosas.¹⁰⁹

Tudo isso se aplica à FENU. Nesse caso, sendo ela a vanguarda em missões dessa natureza e envergadura, tudo aquilo que estava sendo posto em prática se revelava de um pioneirismo avassalador. Representava, efetivamente, a intervenção de uma força armada num ambiente que não se sabia se seria ou não hostil a ela, na prática, em que pese todos os acordos diplomáticos e todas as explicações minuciosamente fornecidos pelo próprio Secretário-Geral ao governo do Egito e, principalmente, por se tratar, sim, de uma força armada, mas sem a intenção de conquistar. Como afirma Rosner, “a FENU é decididamente militar em sua organização, porém não utiliza métodos estritamente militares para conseguir seu objetivo”.¹¹⁰

Agregue-se a isso o agravante de todo um contexto regional, recheado de interesses econômicos, imersos paralelamente em disputas religiosas. Uma zona, por mim caracterizada, como uma espécie de “pântano político”, relativamente fácil de entrar, complicada para se manter nela e ainda mais complexa para deixá-la, visto que a FENU não obteve a cooperação de Israel para seu estabelecimento. Portanto, um “barril de pólvora”, que já dera mostras anteriores de seu poder destrutivo, não somente ao Oriente Médio, mas também ao mundo.

Com todas essas nuances, a Assembléia-Geral teve de tomar uma série de decisões importantes para realizar os entendimentos financeiros a fim de que a FENU se tornasse viável. O método de financiar essa operação sem precedentes, repartir as despesas entre os países-membros e os acordos com governos quanto às responsabilidades e oportunidades financeiras, eram perguntas complexas, que precisavam ser resolvidas de maneira urgente para a própria sobrevivência da missão internacional. O Secretário-Geral, em relatório de 21 de novembro de 1956, sobre os entendimentos administrativos e financeiros para a FENU, recomendou que suas finanças fossem tratadas numa “conta especial”, fora do orçamento normal da ONU, já que o Secretário encarava as despesas da Força como extraordinárias e separadas. Ainda segundo Rosner¹¹¹, o Tesouro-Geral das Nações Unidas comunicou, em três de dezembro de 1956, que o Secretário-Geral determinara que as despesas da FENU

¹⁰⁹ ARRAES FILHO, op. cit., 2009, p. 49.

¹¹⁰ ROSNER, op. cit., 1966, p. 73.

¹¹¹ O livro da autora Gabriella Rosner, por diversas vezes citada no presente trabalho, é uma rara e importante fonte por sua riqueza de informações e seus dados estatísticos a respeito da criação da FENU, sua base jurídica, suas funções, seus poderes, sua composição, sua organização e seu financiamento.

fossem repartidas, entre os países-membros, de acordo com a “proporcionalidade das contribuições adotadas para o orçamento regular de 1957”.¹¹²

Alguns representantes, principalmente Dinamarca e Brasil, concordavam com aquilo que fora estabelecido acima. Entretanto, também achavam que “a posição dos países que haviam contribuído com tropas para a Força de Emergência deveria ser levada em consideração e suas obrigações financeiras diminuídas proporcionalmente”.¹¹³ Com exceção de certos reembolsos, o soldo e o equipamento individual dos “boinas azuis” eram pagos e fornecidos por seus respectivos governos nacionais.¹¹⁴ Porém, a FENU era responsável pelo fornecimento de uma quantidade razoável de equipamento, transporte, combustível, dinheiro e produtos alimentícios.

Naquilo que diz respeito à formação da FENU, Rosner assinala que o Secretário-Geral, Hammarskjold, estava ansioso para criar a Força o mais rápido possível, propondo “que contingentes nacionais auto-suficientes buscados em países ou grupos de países que pudessem fornecer tais tropas sem demoras fossem utilizados para a Força”.¹¹⁵ Num primeiro momento, vinte e quatro países-membros se ofereceram para contribuir com forças militares para a FENU. Desse total, dez países foram aceitos para formar uma força militar, com cerca de seis mil homens: Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Noruega, Suécia e Iugoslávia. Entretanto, na maior parte do tempo, a FENU ficou composta, efetivamente, por tropas de sete países, pois, ainda no primeiro ano, as tropas colombianas, finlandesas e indonésias deixaram a Missão de Paz e retornaram aos seus países. A partir de um determinado momento, os contingentes de Dinamarca e Noruega estiveram unidos sob um mesmo comando.¹¹⁶

¹¹² ROSNER, op. cit., 1966, p. 152.

¹¹³ Idem, op. cit., 1966, p. 153.

¹¹⁴ Na entrevista concedida ao autor por Fernando Vilhena Cordeiro, veterano do 11º Contingente do Batalhão Suez entre 1962-63, já referida, o mesmo afirma que, como 1º Tenente, recebia cerca de US\$ 1.500 (um mil e quinhentos dólares). Conforme BARROS, op. cit., 1998, p. 77, o soldo era depositado mensalmente, em dólares, no *City Bank*, em Beirute, Líbano. Soldados recebiam US\$ 108, cabos US\$ 187, sargentos US\$ 400, e oficiais, conforme o posto, de US\$ 1.000 para cima.

¹¹⁵ ROSNER, op. cit., p. 112.

¹¹⁶ O Batalhão DANOR era a junção dos Contingentes de Dinamarca e Noruega, sob um mesmo comando operacional, e que vigorou durante todo o período em que ambos os países estiveram envolvidos como integrantes da FENU.

Quadro 1: Efetivos da FENU que chegaram na Faixa de Gaza em 1957.

Contingentes	Nº de componentes
Brasil	531 oficiais e praças
Canadá	950 oficiais e praças
Colômbia	520 oficiais e praças
Dinamarca	390 oficiais e praças
Finlândia	250 oficiais e praças
Índia	900 oficiais e praças
Indonésia	590 oficiais e praças
Iugoslávia	720 oficiais e praças
Noruega	470 oficiais e praças
Suécia	320 oficiais e praças
TOTAL	5.641 oficiais e praças

Fonte: ARRAES FILHO, op. cit., 2009, p. 53.

É preciso aqui frisar que, pesquisando os dados quantitativos referidos acima dos efetivos militares recrutados, pude verificar divergências entre alguns autores naquilo que se refere aos efetivos. Tanto Rosner quanto o *site* “Batalhão Suez” trazem a informação de uma força recrutada de aproximadamente seis mil homens, atingida no início de 1957. Já em Oren, é possível constatar a informação de que “as Forças de Emergência das Nações Unidas eram compostas por 4.500 homens”.¹¹⁷

Ao instalarem-se na Faixa de Gaza, local onde ficaria baseada, a FENU criou uma zona neutra, estabelecendo a Linha de Demarcação de Armistício, que partia de Gaza até a cidade de Rafah, e desta seguia em direção sul, até o Golfo de Ácaba. Essa linha nada mais era que a divisa física estabelecida pela ONU, e efetivada pela FENU, entre Egito e Israel.

4.3 O BATALHÃO SUEZ COMO PARTE DOS PROJETOS DE “PRESTÍGIO INTERNACIONAL” DO BRASIL NO GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHKE (1956-60)

Neste item do presente capítulo, busco traçar um panorama breve da vinculação entre a criação do Batalhão Suez brasileiro e as políticas de visibilidade internacional, adotadas a partir de 1956, com a eleição do novo presidente da República, Juscelino Kubitschek, bem como as medidas legais necessárias a fim de que o Batalhão Suez estivesse apto para cumprir suas atribuições em solo estrangeiro.

¹¹⁷ OREN, op. cit., p. 96.

Após a criação da FENU, o Brasil foi considerado um dos países aptos a participar da Missão de Paz na região do Canal de Suez, por satisfazer uma série de condições e ser aceito pelo Egito como país neutro. Ao aceitar a indicação e o convite formal da ONU, em oito de novembro de 1956, que o colocou entre os dez países convidados a participar com contingentes militares para a manutenção da paz, o governo brasileiro passou a tomar as providências cabíveis para tornar viável o envio de seus militares. Juscelino Kubitschek, então presidente da República, aceitou prontamente a indicação, tratando de convocar o Exército para integrar as tropas internacionais.

As fontes oficiais sempre consideraram que o motivo pelo qual o Brasil tenha sido escolhido para compor a FENU estava relacionado “a um histórico de sucessos da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, pois tal envolvimento fez com que o país conquistasse certo prestígio internacional”.¹¹⁸ Outra motivação seria a questão das relações diplomáticas, onde o Brasil mantinha um mesmo padrão de votos na ONU, sempre buscando manter e ampliar as boas relações, tanto com o mundo árabe quanto com Israel, naquilo que se referia às questões do Oriente Médio.

Torna-se de suma importância compreender a conjuntura internacional histórica na qual Juscelino se elegeu e tomou posse em 31 de janeiro de 1956. Na década de 50, formou-se um complicado quadro no campo das relações internacionais, com o acirramento da guerra ideológica e o aumento do poder bélico, sobretudo nuclear, em ambas as potências mundiais bipolares.¹¹⁹

A temida conjectura não era necessariamente fruto da paranóia das Forças Armadas: com o fim da Segunda Guerra Mundial e a vigência da Guerra Fria, o cenário internacional se dividia em dois blocos político-militares, liderados pelas superpotências emergentes – os EUA e a URSS. Todos os países, portanto, se alinhavam necessariamente à direita ou à esquerda. Não havia uma terceira via.¹²⁰

Portanto, podemos entender que o convite e a aceitação para a FENU estiveram relacionados diretamente aos projetos das relações internacionais do presidente brasileiro. O Brasil tinha fortes interesses estratégicos na Missão. As intenções de JK, com relação à política externa, tornaram-se claras: a participação

¹¹⁸ BUENO LOPES, op. cit., 2008, p. 31.

¹¹⁹ A respeito da “Guerra Fria” ver VIZENTINI, Paulo G. F. **Da Guerra Fria à crise**. 4. edição atualizada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006; e HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX. 1914-1991. 2. edição. 40. reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

¹²⁰ COHEN, Marleine. **JK**. Biblioteca Época. Personagens que marcaram época. São Paulo: Globo, 2006, p. 75.

na tropa de paz era uma oportunidade de projetar o Brasil no cenário internacional, e uma ambição perseguida com afincamento pelo governo da época.

A ideologia do nacionalismo desenvolvimentista dos “cinquenta anos em cinco” do presidente *bossa nova*, como ficou conhecido Juscelino, era impulsionar o desenvolvimento brasileiro através de seu Plano de Metas¹²¹, pela ação do Estado combinado com a iniciativa privada nacional e com a atração em larga escala de capitais estrangeiros, onde “a mesma mística do desenvolvimento econômico e social, que impregnava o Programa de Metas, seria também a tônica da diplomacia do governo JK”.¹²²

Em síntese, mostrar-se ao mundo pela via diplomática da pacificação, integrando a FENU, como quem diz: “estamos aqui!”, fazia parte dos planos brasileiros de visibilidade nas áreas política, econômica, administrativa e militar. Estava aberto o caminho para que o Batalhão Suez “fincasse pé” no deserto pelos próximos dez anos.

¹²¹ O Plano de Metas ou Programa de Metas, implementado durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), foi um ambicioso projeto de transformar o Brasil numa nação industrializada, no mais breve tempo possível. Abrangia 31 metas que visavam ao crescimento nos setores de energia, transportes, agricultura, educação, indústrias de base e a meta-síntese: a construção de Brasília, a nova capital federal, num prazo de três anos e dez meses. Sobre o assunto ver mais em ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006; e SCHILLING, Voltaire. **Os anos JK, otimismo e esperança**. Cadernos de História do Memorial do RS, n. 12, s/data.

¹²² PINHEIRO, Luiz Adolfo. **JK, Jânio e Jango: três jotas que abalaram o Brasil**. Brasília: Letrativa, 2001, p. 67.

5. O BATALHÃO SUEZ EM OPERAÇÃO: NUANCES DE UMA LONGA JORNADA NO DESERTO ESCALDANTE, E O DRAMA DE UMA MEMÓRIA ESQUECIDA

“Eu devo a minha estabilidade econômica a Suez”.

Fernando Vilhena Cordeiro¹²³

A frase acima, que serve de epígrafe a esse quinto e último capítulo do presente trabalho, sintetiza o que representou, particularmente, a Missão de Paz da FENU no Oriente Médio para o hoje coronel da reserva Fernando Vilhena Cordeiro, um amigo que, há quase um ano e meio, gentilmente concedeu-me uma entrevista acerca de suas impressões como ex-integrante do 11º Contingente do Batalhão Suez. Jovem, militar em início de carreira, casado, pai de dois filhos, o que motivou Fernando a aventurar-se pelas areias fustigantes do deserto foi, simplesmente, segundo suas próprias palavras, a possibilidade de ganhar, em poucos meses, uma quantia em dinheiro que, no Brasil, levaria muitos anos para acumular. Era a possibilidade de conquistar a estabilidade financeira que garantiria o sustento da família (ver Anexos B, C e D nas páginas 84, 85 e 86, respectivamente).

Hoje, aposentado, na sala de paredes forradas com diplomas, medalhas e condecorações de seu confortável apartamento, lembra que aqueles foram dias difíceis, ao deixar no Brasil a esposa e os filhos, na perspectiva de enfrentar um desafio tão distante, na busca dos preciosos dólares que valiam ouro. No entanto, a situação de Fernando, como 1º tenente, era até confortável, se comparada à grande maioria dos militares que integraram o Batalhão Suez, em seus vinte contingentes, durante os dez anos em que a FENU se fez presente no Oriente Médio, entre 1957 e 1967. Em virtude de seu posto de tenente, desfrutava de algumas benesses e regalias que não estavam ao alcance, por exemplo, dos soldados, cabos e sargentos.

O grosso das tropas era composto de soldados rasos, recebendo um soldo ínfimo, e que eram devolvidos à vida civil após o retorno e a desmobilização dos contingentes nos quais serviram, sem nenhum acompanhamento psicológico ou reconhecimento, e até mesmo auxílio financeiro. Conforme relata José Ignácio Vieira, muitos dos integrantes do 20º Contingente (o último dos três gaúchos), após

¹²³ Veterano do 11º Contingente do Batalhão Suez entre 1962-63. Entrevista concedida ao autor em 5 abr. 2011.

a chegada em Porto Alegre, a bordo do NTTr (Navio de Transporte de Tropas) “Soares Dutra”¹²⁴, “foram mandados desembarcar do navio, colocados a marchar pelas ruas do centro da cidade e depois mandados para casa, muitos sem nunca mais receber um tostão de soldo”.¹²⁵ O 20º Contingente, em 1967, marcou o fim melancólico da FENU para o Brasil. Sua estada, prevista para durar um ano, encerrou-se de forma prematura, pouco mais de quatro meses após a partida do cais do porto de Porto Alegre.

Após o retorno, uma vez que o contingente empregava militares de começo de carreira, recém-recrutados e reservistas, os soldados e cabos foram desligados do Exército, e apenas os militares com carreira profissional prosseguiram na instituição. Situações opostas, como as descritas acima, tornaram-se lugar comum, à medida que o tempo passou e a vida destes homens retornou à sua rotina normal. Mas esse viés de uma história pouco conhecida e lembrada, e de uma memória esquecida do Batalhão Suez, será retomado oportunamente, ao final do presente capítulo, ao tratarmos do tema da preservação da memória, através da Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez - RS (ABIBS-RS), por exemplo.

5.1 A MOBILIZAÇÃO, O PLANEJAMENTO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO BATALHÃO

Após ser formalmente convidado a participar da Força de Emergência, em oito de novembro de 1956, o Brasil apresentou ao Congresso Nacional uma “exposição de motivos”, que informava da Resolução da Assembléia-Geral da ONU, criando a FENU. Os trâmites legais se faziam necessários, vencendo rapidamente a burocracia, mas tudo dentro daquilo que a legislação previa, para que o recrutamento e a mobilização do efetivo ocorressem dentro dos prazos estipulados pela ONU.

O próximo passo ocorreu em dezessete de novembro de 1956, quando foi sancionada a Lei nº 2.953, que fixava a “remessa de Força Armada, terrestre, naval

¹²⁴ O navio de transportes da Marinha do Brasil “Soares Dutra”, a exemplo do “Ary Parreiras”, do “Barroso Pereira” e do “Custódio de Mello”, foram as embarcações utilizadas para o envio e retorno de diversos contingentes do Batalhão Suez brasileiro à região onde operava a FENU. Cabe ressaltar que a partir do 17º Contingente, as tropas passaram a ser transportadas ao Oriente Médio e de volta ao Brasil por aviões. O 20º Contingente foi enviado via aérea, mas a excepcionalidade de seu retorno, por via marítima, foi em virtude da evacuação emergencial ocasionada pela eclosão da Guerra dos Seis Dias (05/06/1967), quando Israel atacou o Egito de surpresa. A evacuação do 20º da zona de conflito ficou a cargo do “Soares Dutra”.

¹²⁵ Informação prestada por José Ignácio Vieira, soldado do 20º Contingente, ao autor, em 22 out. 2012.

ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil”¹²⁶, e que somente seria efetivada nos termos da Constituição e após a autorização do Congresso Nacional. Em cumprimento à lei, pelo Decreto Legislativo nº 61, de 22 de novembro do mesmo ano (ver Anexo E na página 87), o Presidente da República autorizava o envio de “um contingente de valor de batalhão para integrar a I *Unef* [FENU]”.¹²⁷ Ao mesmo tempo, tais atos corroboravam o pensamento do presidente Kubitschek de que

ao não compartilharmos, senão simbolicamente, da direção de uma política, o não sermos muitas vezes ouvidos nem consultados – mas ao mesmo tempo estarmos sujeitos aos riscos dela decorrentes – tudo isso já não é conveniente ao Brasil.¹²⁸

Ou seja, enviar uma unidade militar e contribuir com a ONU em seus esforços pela manutenção da paz representava agora, para o Brasil, uma questão de honra, e vinha ao encontro dos interesses nacionais. Enquanto os trâmites burocráticos constitucionais eram providenciados, o ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, incumbido da tarefa pelo presidente Juscelino, determinou que o comandante da 1ª Divisão de Infantaria ativasse o III Batalhão do 2º Regimento de Infantaria (o 2º R.I., à época, possuía somente dois batalhões), sediado na cidade do Rio de Janeiro, e o apresentasse para o embarque rumo a Suez, sob o comando do Coronel Iracílio Ivo de Figueiredo Pessoa.

Após ser constituída, a unidade recebeu autonomia administrativa, sob a Portaria nº 197 do Exército Brasileiro (EB), em vinte de novembro de 1956, e tornada efetiva em quinze de dezembro do mesmo ano. Passava a existir, de fato, o III/2º R.I. (Terceiro Batalhão do Segundo Regimento de Infantaria). Cabe frisar que, inicialmente, a unidade brasileira foi denominada “Batalhão Expedicionário”, em alusão à participação brasileira na Campanha da FEB na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.

Foi somente após a chegada ao Egito¹²⁹ que a unidade recebeu a alcunha de “Batalhão Suez”, dada pela imprensa, e pelo qual os integrantes da missão tornaram-se conhecidos e se identificam, eles próprios, até os dias de hoje. O apelido facilitava a identificação do contingente brasileiro, vinculava-o à

¹²⁶ BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior. **História do Exército Brasileiro**: perfil militar de um povo. Vol. 3. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972, p. 870.

¹²⁷ BUENO LOPES, op. cit., 2008, p. 32.

¹²⁸ SCHILLING, op. cit., sem data, p. 11.

¹²⁹ Após a travessia do Oceano Atlântico e o ingresso no Mar Mediterrâneo, os Navios de Transporte de Tropas brasileiros ancoravam no porto da cidade egípcia de Port Said, e seguiam de trem até a cidade de Rafah, na Faixa de Gaza, onde ficava o “Campo Brasil”, nome da base brasileira na FENU.

internacionalmente conhecida região da zona do Canal de Suez, e também foi incorporado por vários elementos presentes na memória histórica de sua atuação.

Figura 8: Entrada da sede do “Campo Brasil”, onde ficava aquartelado o Batalhão Suez, nas proximidades de Rafah, na Faixa de Gaza.



Fonte: Arquivo Fotográfico do *Correio do Povo*, jun. 1967.

O veterano de Suez, Stans Zouain, diz que a palavra Suez, que complementa o nome do Batalhão brasileiro, era uma espécie de “nome fantasia, e nada tem a ver com o Canal de Suez, que distava do nosso Batalhão uns 200 a 300 quilômetros”.¹³⁰ O Batalhão Suez não diferia em nada de um batalhão convencional. Desmembrando sua estrutura organizacional, era constituído por um Comandante e seu Estado-Maior; três Companhias de Fuzileiros (7^a, 8^a e 9^a Cias de Fzl); uma Companhia de Comando e Serviços (Cmdo Sv); um Pelotão de Polícia Especializada (PE); e um depósito misto, absorvido depois, no Egito, pela Companhia de Comando e Serviços. Do ponto de vista de sua constituição numérica, uma Companhia, geralmente, possuía cerca de 150 homens, comandada por um capitão, tendo um 1^o tenente como subcomandante, três 2^o tenentes como comandantes de pelotão, um 1^o sargento no serviço burocrático, dez 3^o sargentos auxiliares comandando os grupos de combate (GC), um cabo para cada GC, e dez soldados para cada GC.

Conforme informa Bueno Lopes, “houve um treinamento do pessoal em um programa de nivelamento de instrução, no aquartelamento do 2^o R. I. e no Campo de

¹³⁰ Ver ARRAES FILHO, op. cit., 2009, p. 60.

Instrução de Gericinó”¹³¹, no Rio de Janeiro. Aqueles contingentes organizados a partir de reservistas e voluntários, passavam por um período curto de preparação, que visava a readaptá-los à vida militar, quando eram ministradas sessões de instrução para atualizá-los e enquadrá-los, durante a permanência no cumprimento da missão. A preparação à instrução consistia em patrulhas, tiro e ordem unida. Entretanto, não havia preparação psicológica para os soldados, nem antes nem depois da missão.

Com isso, o Batalhão recebeu dotação completa de material. O investimento brasileiro foi grande, pois o Batalhão Suez foi suprido com material completo de campanha, incluindo equipamentos motorizados e viaturas fabricadas no Brasil, como os caminhões produzidos pela Fábrica Nacional de Motores - FNM (conhecidos por aqui, ao menos no interior gaúcho, como os velhos “fenemê”). Entretanto, afirma ainda Bueno Lopes que,

paradoxalmente, enviar as tropas para a força de paz da ONU representou um gasto para o país e as dificuldades financeiras refletiram na manutenção do Brasil na força internacional. Isso ficou evidenciado pelo fato de que em menos de dois anos, após o envio das tropas brasileiras, em 1958, ter havido, por parte do ministro da Guerra brasileiro, a intenção de fazer regressar o contingente, alegando os elevados custos de sua manutenção. Tal atitude não foi efetivada graças às solicitações diretas ao governo brasileiro do secretário-geral da ONU, na época Dag Hammarskjöld. A ameaça de retirada das tropas parece um tanto controversa e especulativa, pois consta que ocorreu uma espécie de tentativa de barganha para a manutenção da força, ou seja, em troca da decisão de não retirar suas tropas, o Brasil poderia ver atendidas e suavizadas as condições dos empréstimos que o governo havia contraído no *Eximbank*. A tentativa não chegou a concretizar-se, mas, a partir de finais de 1959, a ONU comunicou que estava disposta a arcar com os custos da manutenção do Batalhão Suez, caso permanecesse no Egito.¹³²

Durante os dez anos de duração da FENU, entre 1957 e 1967, o Brasil contribuiu com vinte contingentes¹³³, totalizando um efetivo acumulado de cerca de 6.200 homens enviados ao Oriente Médio (ver Anexo F com os efetivos de cada contingente na página 88). O primeiro contingente enviado partiu do Rio de Janeiro em onze de fevereiro de 1957, a bordo do Navio de Transporte de Tropas (NTTrT) “Barroso Pereira”, da Marinha do Brasil, e era formado por soldados já incorporados e que prestavam serviço

¹³¹ BUENO LOPES, op. cit., 2008, p. 32.

¹³² Idem, 2008, p. 45.

¹³³ É possível verificar a nominata completa, do 5º, 13º e do 20º Contingentes, em: ANDRADE, Roberto Brenol. **Batalhão Suez... fora de forma, marche!** Porto Alegre: Corag, 1985; e de todos os 20 Contingentes nos arquivos documentais da Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez do RS (ABIBS-RS); além do site “Batalhão Suez”, disponível em <<http://batalhaosuez.com.br>>.

normalmente. No entanto, passados os seis primeiros meses, foi feito um rodízio, e adotou-se um sistema de convocações de reservistas por um ano.

Nesse ponto, é interessante o relato de Amâncio Aranha Pinto Dias, ao afirmar que essa questão do recrutamento era controversa, pois, no início, abriu-se o voluntariado para preencher as vagas para compor o contingente. Mas como o número de voluntários foi muito pequeno, o Exército passou a convocar os reservistas para compor o efetivo solicitado.¹³⁴ Completa esse dado Alfredo Marcelino dos Santos Filho, atestando que, ao menos entre os três contingentes gaúchos (5º, 13º e 20º), os militares convocados eram oriundos, exclusivamente, da 1ª Companhia de Guardas e da Polícia do Exército, ambas unidades sediadas em Porto Alegre.¹³⁵

À medida que, com o passar dos anos, outras convocações foram se fazendo necessárias, além do Rio de Janeiro, outras cidades, sedes de comandos militares, foram fontes de recrutamento, como São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba e Recife. Dessa maneira, o Batalhão Suez acabou tomando uma constituição nacional e descentralizada, embora o Rio de Janeiro fosse sede do Batalhão, e de lá é que partiam, em viagem marítima ou aérea, todos os contingentes.

Contudo, antes do envio do 1º Contingente¹³⁶ (ver tabela anexa com os efetivos totais de cada um dos 20 contingentes na página 88), que só seria criado em quinze de dezembro de 1956, no quartel do 2º Regimento de Infantaria (R.I.), na Vila Militar, no Rio de Janeiro, ser enviado por completo, um grupo avançado, chamado “Destacamento Precursor”, foi deslocado por via aérea (fotografia abaixo), formado por cerca de cinquenta militares sapadores¹³⁷, composto por “cinco oficiais e quarenta e cinco praças: um major, um capitão, três tenentes, nove sargentos, sete cabos e vinte e nove soldados”¹³⁸, cuja missão era fazer o reconhecimento do local e aguardar o restante do 1º Contingente, que chegaria por via marítima, a bordo do Navio de Transporte de Tropas “Custódio de Mello”, em quatro de fevereiro de 1957.¹³⁹

¹³⁴ Informação prestada por Amâncio Aranha Pinto Dias, soldado do 5º Contingente, ao autor, em 22 out. 2012.

¹³⁵ Informação prestada por Alfredo Marcelino dos Santos Filho, soldado do 5º Contingente, ao autor, em 22 out. 2012.

¹³⁶ O efetivo total do 1º Contingente, entre oficiais e praças, foi de 526 homens.

¹³⁷ Sapadores são os militares especializados em desarmamento de minas terrestres. Geralmente são unidades avançadas, que ficam na vanguarda das unidades blindadas e da Infantaria.

¹³⁸ ARRAES FILHO, op. cit., 2009, p. 62.

¹³⁹ Não há uma data precisa sobre a chegada, ao Egito, do 1º Contingente, pois também há o registro do dia dois de fevereiro de 1957.

Figura 9: Embarque do “Destacamento Precursor” em aeronave *Douglas*, dos EUA, em 9 jan. 1957.



Fonte: Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br/itinerarioDoBtlSuez.html>>. Acesso em 30 mai. 2011.

Todos os contingentes desembarcavam no porto egípcio de Port Said, de onde partiam por via ferroviária até Rafah, na Faixa de Gaza, local onde ficava instalado o posto de comando brasileiro, batizado de “Campo Brasil”, nome oficial do Batalhão Suez, fazendo parte do conjunto dos batalhões da FENU, e próximo à Linha de Demarcação do Armistício (LDA), ou, em inglês, *Armistice Demarcation Line (ADL)*. Relata Fernando Corrêa de Barros que

Rafah Camp era o lugar de onde todo o apoio logístico aos batalhões era fornecido. Ali estavam o hospital, os estoques de materiais, armamentos e munições, alimentos, água potável, os transportes, as comunicações, a engenharia e a polícia. Tudo dirigido por canadenses e escandinavos.¹⁴⁰

O jornalista Roberto Brenol Andrade, que serviu no 13º Contingente (gaúcho) como cabo, e que, ao mesmo tempo, foi correspondente do jornal *Correio do Povo* e da *Rádio Guaíba*, escreve que

a rigor, quem mandava mesmo na força eram eles, os canadenses. Tinham a língua, o conhecimento, a organização e a cultura muito acima dos demais, pelo menos neste aspecto militar. Seus praças, inclusive cabos e soldados, eram profissionais. Só aí levavam vantagem extraordinária sobre as demais unidades militares.¹⁴¹

O Brasil exerceu o Comando Operacional da FENU em duas oportunidades. A primeira delas entre janeiro e agosto de 1964, sob o comando do General Carlos

¹⁴⁰ BARROS, op. cit., 1998, p. 106.

¹⁴¹ ANDRADE, op. cit., 1985, p. 50.

Flores de Paiva Chaves; e a segunda, de janeiro de 1965 até janeiro de 1966, com o General Sizen Sarmento. Além disso, o Brasil também enviou oficiais graduados para trabalhar junto ao Estado-Maior da Força de Emergência.

5.2 REQUISITOS, ORIENTAÇÕES E CURIOSIDADES SOBRE O BATALHÃO SUEZ

A convocação dos voluntários para participar da Missão de Paz era regida por portarias do Exército, que priorizavam, num primeiro momento, soldados de primeira categoria, ou seja, que já tivessem servido. Ter boa qualificação e conduta moral eram alguns dos requisitos seguidos inicialmente, mas o escasso número de voluntários fez com que o Exército passasse a convocar reservistas, preferencialmente das classes de 1942 e 1943. Ser alfabetizado, solteiro e não ter filhos, também eram requisitos, embora isso possa ser questionado, já que Fernando Cordeiro, por exemplo, quando partiu com o 11º Contingente, era casado e tinha dois filhos.

Outras exigências eram ter idade máxima de vinte e quatro anos, ter tido boa conduta no período em que esteve servindo, ser submetido à seleção segundo as normas vigentes, e classificados no grupo “A” na inspeção de saúde, com especial atenção ao estado físico de cada elemento, como altura mínima de 1,65m, peso compatível, submetido a vários exames médicos e aplicação de várias vacinas para imunizações diversas.

O voluntário, após preencher esses requisitos básicos, passava por uma seleção ainda mais severa, pois deveria atender, segundo portaria do Exército, às exigências de ser “atleta”, falar corretamente inglês ou outra língua estrangeira, e ter bom nível cultural. Após a convocação e seleção dos militares que seriam enviados ao Oriente Médio, passava-se ao adestramento e treinamento militar por um período de trinta dias, para instrução dos soldados, com material completo de campanha a ser usado no desempenho da Missão, como parte da FENU.

Contudo, pode-se, aqui, questionar se todo esse rígido padrão de exigências foi efetivamente seguido à risca e realmente cumprido, na prática, ao pé da letra. Roberto Brenol Andrade, novamente, atesta que “a maioria dos soldados recrutados [exceto, muito provavelmente, canadenses e nórdicos] não tinha condições de conhecimento de língua inglesa, de geografia, de política ou seja lá o que for, para

sequer compreender o que estava ali fazendo”.¹⁴² Podemos dizer que a maioria dos militares que fizeram parte do Batalhão Suez não estava capacitada para o tipo de missão a que foi designada. Também havia elevado número de analfabetos e semianalfabetos. Há relatos de falta de preparo físico, psicológico e baixo nível de instrução militar. Também era fato o desconhecimento da área de operações e das áreas potencialmente conflituosas.

Quanto ao tempo de serviço de cada contingente, em princípio, seria de um ano, cujos membros eram revezados e renovados duas vezes por ano, de tal forma que, a cada seis meses, o pessoal da ativa era substituído em quantidade equivalente à metade do efetivo. Esse sistema de rotação permitia a permanência do pessoal na área por um período de um ano, numa espécie de reserva, e, em tese, evitando a quebra do padrão de eficiência da tropa. Por esse motivo é que, em dez anos, existiram vinte contingentes, exatamente o dobro.

Enquanto os soldados suecos, dinamarqueses, noruegueses, iugoslavos e canadenses tinham sua tarefa limitada ao prazo de seis meses na FENU, os brasileiros, segundo J. J. Dourado, “quando metade dos homens suporta durante seis meses seguidos os encargos do frio e do calor, os que já atingiram doze meses, voltam ao Brasil. Isto no mesmo dia em que a outra porção ou contingente chega”.¹⁴³ E ironiza, ao afirmar que

são considerados ‘antigos’, nesse dia e nessa manhã, os que passaram dos seis meses. Os que chegam e vão para o deserto, ‘chacais’ e ‘recrutas’. Para estes então começa uma série de maus pedaços. ‘Chacal dorme no chão!’ ‘Recruta é imagem do cão...’.¹⁴⁴

A título de curiosidade, é importante referir que a ONU, através da FENU, outorgava aos seus soldados, depois de cumprida uma importante parte da missão, uma medalha. Fernando Corrêa de Barros, do 13º Contingente, lembra que “a medalha que recebemos era dourada e trazia, em uma face, o brasão da ONU com as iniciais [em inglês] *UNEF* e, no verso, a inscrição *In the Service of Peace*, ou, A Serviço da Paz”.¹⁴⁵ Outra informação curiosa, também lembrada por Corrêa de Barros, é que o Exército Brasileiro mantinha um programa de comunicação, por rádio, dos familiares com os militares da missão de paz. No entanto, os parentes

¹⁴² ANDRADE, op. cit., 1985, p. 51.

¹⁴³ DOURADO, J. J. **Oriente Médio**. Batalhão Suez. Petrópolis: Vozes, 1963, p. 136.

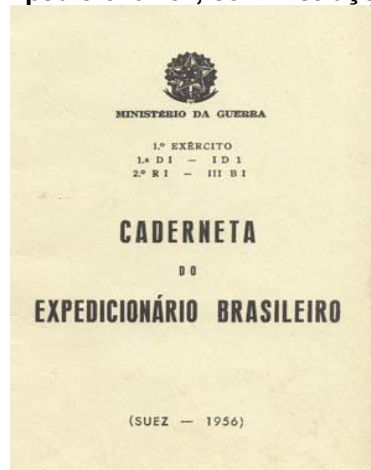
¹⁴⁴ Idem, op. cit., 1963, p. 137.

¹⁴⁵ BARROS, op. cit., 1998, p. 76.

tinham que estar no Rio de Janeiro, o que dificultava os contatos, dado que os contingentes cujos integrantes eram de outros Estados, ficavam impossibilitados de fazer uso desse recurso, como foi o caso dos gaúchos.¹⁴⁶

A figura abaixo é uma reprodução da capa da “Caderneta do Expedicionário - Suez - 1956”, uma espécie de cartilha, elaborada para ser utilizada pelos soldados, mas que foi utilizada somente no 1º e 2º Contingentes, e depois deixada de lado, não sendo mais fornecida aos demais. Em síntese, esse “manual educativo” possuía dezessete páginas, com instruções sobre a maneira com que os militares deviam se portar, tratar os estrangeiros, corresponder-se com os familiares, além de informações históricas, mapas e dados culturais e territoriais a respeito de Egito, de Israel e do Canal de Suez.

Figura 10: Capa do “Manual do Expedicionário”, com instruções e informações aos soldados.



Fonte: Disponível em <<http://batalhaosuez.com.br>>. Acesso em 17 jun. 2011.

5.3 SOMBRA E ÁGUA FRESCA: O DIA-A-DIA DA MISSÃO E OS MOMENTOS DE LAZER

O batalhão brasileiro ficou incumbido de vigiar um setor da Linha de Demarcação do Armistício (LDA) que se estendia por cinquenta quilômetros.¹⁴⁷ Esta linha, batizada com tal nome imponente, nada mais era que um fosso cavado na areia, com cerca de um metro de largura por oitenta centímetros de profundidade, que, segundo Amâncio Aranha Pinto Dias, as constantes tempestades de areia faziam com que os soldados, num ponto ou outro dela, estivessem sempre cavando

¹⁴⁶ Para mais informações a respeito, ver BARROS, op. cit., 1998, p. 66-7.

¹⁴⁷ Existem informações desconstruídas sobre a frente de vigilância que cabia ao contingente brasileiro patrulhar, pois, em algumas fontes, também existem referências a uma linha de 32 km, ao invés dos 50 km.

para mantê-la visível, e tomando todo cuidado para não romper os fios telefônicos que corriam no fundo do fosso, em toda sua extensão.¹⁴⁸ Ele afirma também que, uma das poses fotográficas mais comuns de serem tiradas pelos homens, era a que mostrava o soldado, em pé sobre a linha, com um pé de cada lado do fosso, sinalizando Israel de um lado e Egito do outro, como mostra a fotografia a seguir.

Figura 11: Soldado brasileiro do Batalhão Suez sobre a Linha de Demarcação do Armistício (LDA).



Fonte: Disponível em <www.batalhaosuez.com.br>. Acesso em 29 out. 2012.

Era ao longo da linha, em intervalos de três quilômetros, que ficavam instalados os Postos de Observação (PO's), guarnecidos, geralmente, por dois soldados. José Ignácio Vieira, do 20º Contingente, também relata que, dentro do seu setor territorial demarcado, o batalhão brasileiro devia zelar pela guarda, patrulha, observação e vigilância da linha demarcatória. Segundo ele, as patrulhas noturnas eram feitas a pé por um pequeno grupo de soldados, que se revezavam a certa distância de marcha, e as patrulhas diurnas eram motorizadas.

De acordo com as narrativas coletadas, cada pelotão fornecia duas patrulhas, uma das 18 às 24 horas, e outra, de meia-noite até seis da manhã. O serviço da patrulha era pesado, com um itinerário distante, em formação, por quase seis horas ininterruptas. O soldado “patrulheiro”, como eram chamados aqueles que tinham essa tarefa, realizava esse trabalho, em média, três vezes por semana.

No início da missão, a vida no deserto era monótona, pois os soldados passavam de dois a cinco meses, basicamente, patrulhando a imensidão do deserto. Isso provocava um estado de angústia que chegava a perturbar alguns deles, determinando seu retorno prematuro ao Brasil.

¹⁴⁸ Informação prestada por Amâncio Aranha Pinto Dias, 5º Contingente, ao autor, em 22 out. 2012.

As ordens da FENU são severas contra toda espécie de confraternização na linha divisória. O governo egípcio, como é natural, detesta qualquer falta nesse sentido. Nossos rapazes sabem disso, porém, a monotonia do deserto os obriga, às vezes, a se deixarem levar pelas circunstâncias do momento.¹⁴⁹

Corrêa de Barros lembra que “em tudo estava sempre presente a areia. A comida, a cama, as roupas, o corpo, os cabelos, os olhos, tudo enfim”.¹⁵⁰ O uniforme usado na missão¹⁵¹ era diferente daquele adotado no Brasil, adequado ao clima desértico. As condições adversas do ambiente operacional impunham um desgaste muito rápido e acentuado ao material oriundo do Brasil. Posteriormente, esse problema foi solucionado com o emprego de material estrangeiro, sendo “substituídos pelos que eram utilizados pela tropa indiana. Muito folgados e fechados nos tornozelos, pareciam-se muito com as bombachas gaúchas”.¹⁵²

O Exército, entretanto, procurou desenvolver algumas ações, com a intenção de elevar o ânimo dos militares e dar-lhes maior determinação no cumprimento da missão recebida, com jogos, competições de tiro, e premiando-os com os chamados *leaves*, como se fossem pequenas férias. “Vez por outra, a *UNEF*, ou a mãe da *UNEF*, como a chamam os soldados, dá-lhes uns dias de merecido repouso. Brumana é como um pedaço do céu caído entre as montanhas”.¹⁵³ Brumana, também mencionada por Fernando Cordeiro¹⁵⁴, se localiza nas montanhas do Líbano, uma espécie de colônia de férias, para onde iam os oficiais dos contingentes dos países que compunham a FENU.

A cada três meses, o militar tinha direito a uma semana de dispensa-férias, chamada *leave tour*, que poderia ser passada no próprio Oriente Médio, na Europa ou no Brasil. Para isso, a ONU mantinha Centros de Licença no Cairo, em Alexandria e em Beirute, onde os militares podiam usufruir de hospedagem em hotéis, de refeições grátis e de assistência médica. Tais medidas visavam eliminar a rotina diária e revigorar o soldado para o cumprimento de suas tarefas.

O Serviço Social da ONU programava visitas ao Cairo, a Alexandria, a Luxor, a Beirute, a Jerusalém, ao Monte Sinai e a outros locais turísticos. Nesse contexto,

¹⁴⁹ DOURADO, op. cit., 1963, p. 25.

¹⁵⁰ BARROS, op. cit., 1998, p. 58.

¹⁵¹ No Exército, o uniforme de trabalho é conhecido como “sétimo”.

¹⁵² BARROS, op. cit., 1998, p. 46.

¹⁵³ Idem, 1998, p. 143.

¹⁵⁴ CORDEIRO, Fernando Vilhena. Entrevista concedida ao autor em 5 abr. 2011.

J. J. Dourado cita o pensamento de um soldado que afirmou que “o melhor dinheiro que se leva de Suez é um passeio à Terra Santa”.¹⁵⁵ Outros lugares podiam ser visitados, mas neles, as despesas eram por conta do interessado. O Exército também prestava assistência religiosa à tropa, através de um capelão militar, mantendo, assim, costumes e tradições culturais do brasileiro em solo estrangeiro.

5.4 OS GAÚCHOS DO 5º, DO 13º E DO 20º CONTINGENTES DO BATALHÃO SUEZ EM AÇÃO

O Rio Grande do Sul, especificamente Porto Alegre, enviou militares que formaram três contingentes completos do Batalhão Suez. Ao todo, cerca de 1.200 militares, entre oficiais, reservistas e voluntários participaram, oriundos, majoritariamente, da 1ª Companhia de Guardas e da Polícia do Exército. É importante enfatizar que, embora tais contingentes fossem requisitados exclusivamente no RS, sua constituição se dava por militares de diversas partes do Brasil, que aqui estavam servindo em tais unidades.

À medida do possível, em vista da escassez de informações que disponho, segue uma breve e concisa descrição, com dados que considero relevantes, acerca dos três efetivos mobilizados em Porto Alegre, referidos no cabeçalho deste subcapítulo.

O **5º Contingente** foi formado, integralmente, em Porto Alegre, e composto por cerca de 356 militares. Após sua mobilização, foi enviado ao Rio de Janeiro para um período de treinamento e preparação, como era a norma vigente. Sua partida se deu em doze de agosto de 1958, a bordo do Navio de Transporte de Tropas “Ary Parreiras”, com destino a Port Said, no Egito, onde chegaram em oito de setembro de 1958. Conforme a narrativa de Amâncio Aranha Pinto Dias, veterano do 5º, “viajava por 35 dias, passando por três continentes até chegar a Rafah, na Faixa de Gaza. Uma aventura que duraria 16 meses”.¹⁵⁶ Depois, de trem, os homens viajaram pelo deserto, cruzaram o Canal de Suez, rumo ao destino final, Rafah.

Aí, na sede do Batalhão Brasileiro, foram recebidos com um certo ar de superioridade pelos integrantes do 4º Contingente, que seriam os seus “antigos”, e com extremo alívio pelos integrantes do 3º

¹⁵⁵ DOURADO, op. cit., 1963, p. 156.

¹⁵⁶ Reportagem ao jornal *Zero Hora*. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/08>>. Acessado em 12 set. 2012.

Contingente, que, partiriam no mesmo trem para Port Said, onde embarcariam de volta ao Brasil.¹⁵⁷

Escreve J. J. Dourado uma história interessante, que ficou conhecida entre os brasileiros que por lá passaram, sobre os “gaúchos caridosos”. Escreveu em seu livro que “os rapazes do Rio Grande consideravam quebra de cortesia andar um homem a cavalo, enquanto a mulher tinha os pés gretados de andar a pé”.¹⁵⁸ Sabe-se que, na cultura árabe, a relação da mulher na sociedade se dá de maneira subserviente, submissa. Tal história também é relatada no livro de Fernando Corrêa de Barros, e o desfecho de tal passagem é por ele contado:

estes gaúchos, certa feita, patrulhavam no deserto, onde encontraram um casal de viajantes com um dromedário. O homem vinha montado e a mulher puxava o animal pelo cabresto, viajando a pé. Os sulistas discordaram daquilo e, entre alegres e ameaçadores, obrigaram a que trocassem as posições. A “prenda” iria montada, enquanto o “peão” puxaria o cabresto. Dali por diante, depois que contaram a seus companheiros o ocorrido, todos os gaúchos, sempre que encontravam aquela situação, exigiam a inversão. Desde lá, a palavra gaúcho incorporou-se ao vernáculo palestino da região, como sinônimo de valente e arruaceiro.¹⁵⁹

Após cumprir o seu período na FENU, em três de novembro de 1959, o 5º Contingente recebeu as menções honrosas do Alto Comando da FENU, que eram de praxe ao final da estada de cada grupamento. Partiu no mesmo dia de volta a Port Said, onde embarcou, no dia seguinte, no navio “Soares Dutra” com destino ao Brasil. Do mesmo modo que ocorreu na partida, a volta foi composta de muitas escalas em diversos portos europeus, antes da chegada à Baía de Guanabara, exatamente trinta dias depois, colocando ponto final na tarefa desempenhada pelo “5º gaúcho”.

O **13º Contingente** também se originou das unidades militares da capital gaúcha, mais especificamente do 18º Regimento de Infantaria (18 R.I.), à época, sediado onde se encontra, hoje, o estacionamento da PUCRS, na esquina das avenidas Ipiranga e Cristiano Fischer. Sua partida se deu, com cerca de 369 integrantes, em quatro de julho de 1963, a bordo do “Ary Parreiras”, que o conduziu ao treinamento e à preparação na sede do Batalhão Suez, no Rio de Janeiro, e, posteriormente, ao Egito.

¹⁵⁷ JORNAL SOLDADOS DA PAZ. Órgão oficial de divulgação da Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez. Porto Alegre: Ano I, dez. 2003, p. 7.

¹⁵⁸ DOURADO, op. cit., 1963, p. 57

¹⁵⁹ BARROS, op. cit., 1998, p. 99-100.

Interessante, naquilo que se refere ao 13º, é o fato de ser ele um dos mais referidos nos livros escritos por veteranos e/ou jornalistas, como é o caso dos já citados Roberto Brenol Andrade¹⁶⁰ e Fernando Corrêa de Barros.¹⁶¹ Este último relata a partida do 13º Contingente, no cais do porto, “a multidão no cais a acenar-nos, as bandeiras brasileiras hasteadas no edifício GBOEX, os fogos de artifício, tudo nos comovia profundamente”.¹⁶²

Recentemente, ao cruzar os dados obtidos durante a pesquisa, qual foi minha surpresa, lendo o livro de Corrêa de Barros, ao encontrar, coincidentemente, uma referência a Fernando Cordeiro, entrevistado por mim em abril de 2011. Nesse trecho, Corrêa de Barros, chegando com o 13º, relata o encontro ocorrido com Fernando Cordeiro, que estava saindo com o 11º, no QG (quartel-general), em Rafah:

o tenente Fernando Vilhena Cordeiro, do contingente que se retirava para o Brasil, reconheceu-me e aproximou-se de mim. Ele havia sido meu comandante em 1961 no segundo pelotão da 1ª Companhia de Guardas de Porto Alegre, quartel onde eu prestara o serviço militar obrigatório. Chegando à minha frente, pôs as duas mãos na cabeça e bradou: “- Meu Deus! O que é que tu vieste fazer aqui?”. O seu gesto, espontâneo, deu-me a clara idéia de que a estada dele não havia sido nada boa. Cordeiro voltou para o seu lugar junto ao 11º Contingente dizendo-me antes: “- Está bem. Aguenta firme que passa rápido!”.¹⁶³

Uma particularidade desse contingente foi o fato de possuir um correspondente com cobertura integral de notícias, diretamente de Suez. Glênio Peres, pelo *Diário de Notícias*, já havia, anteriormente, ficado um mês como correspondente, junto ao 5º Contingente. Desta vez, com o 13º, ao contrário do jornalista tradicional, o correspondente era também um militar integrante da FENU. Esse foi o caso do já citado Roberto Brenol Andrade, que também detinha o posto de Cabo, e que narrava notícias e enviava matérias para a *Rádio Guaíba* e para o jornal *Correio do Povo*.¹⁶⁴ O jornalista e Cabo 8072, Brenol, reportava da missão aquilo que ele próprio executava, como militar no desempenho de suas funções, nas patrulhas ao longo da Linha (LDA), nos postos de observação, nos passeios, os problemas, as alegrias e as tristezas vividas na imensidão do deserto, em meio às cotidianas rixas entre os árabes palestinos e os judeus israelenses.

¹⁶⁰ ANDRADE, op. cit., 1985.

¹⁶¹ BARROS, op. cit., 1998.

¹⁶² Idem, 1998, p. 23.

¹⁶³ Ibidem, 1998, p. 39.

¹⁶⁴ Ver ANDRADE, op. cit., 1985, p. 183-186.

Uma curiosidade desse contingente, trágica, mas não deixando de ser curiosa, foi a morte do soldado Antônio Salvador da Silva, ao despencar da maior das três pirâmides (Quéops), em dia de passeio, como relatado por Roberto Brenol Andrade:

O Antonio estava apenas com o guia, lá no topo da mais alta das pirâmides. Ia iniciar a descida quando perdeu o equilíbrio. Embora as pirâmides aparentem ser lisas externamente, elas estão com as pedras que as formam à mostra, constituindo-se em degraus gigantescos desde o topo até a base. E o Antonio veio caindo até embaixo, tendo morte instantânea [...]. De qualquer maneira, o caso foi qualificado como “acidente” pela investigação da Polícia Militar da Força de Emergência das Nações Unidas. E encerrado [...]. Sua família recebeu (ou devia ter recebido) o seguro de 25 mil dólares que a todos nós cobria estando na missão. Pagos pela ONU.¹⁶⁵

Foi durante a participação do 13º Contingente que, no Brasil, irrompeu o Golpe Civil-Militar, em 31 de março de 1964, o que fez suscitar entre seus integrantes a dúvida sobre alterações ou não no período em que lá permaneceriam, já que a situação no Brasil não era das mais tranqüilas com tal acontecimento. No entanto, cumpriu-se o planejado para o 13º, cujos membros retornaram ao Brasil e, “finalmente, na manhã do dia 19 de outubro de 1964, já no Guaíba, contornando a Volta do Gasômetro, o ‘Barroso Pereira’ acostou no porto final, o cais central de Porto Alegre”.¹⁶⁶

No tocante ao derradeiro **20º Contingente**, coube a ele a tarefa, inesperada, diga-se de passagem, de encerrar a participação das forças brasileiras a serviço da FENU. Enquanto dos contingentes anteriores, muito por falta de informações mais concretas, restaram muitas histórias “romanceadas” da missão, o 20º foi, sem sombra de dúvida, aquele que gerou mais repercussão nos meios de comunicação e na própria história do Batalhão Suez como um todo. A inesperada “guerra relâmpago”, desencadeada pelas forças de Israel, comandadas pelo General Moshe Dayan, ao amanhecer do dia cinco de junho de 1967¹⁶⁷, ao mesmo tempo em que abreviou a estada do 20º, ironicamente, também fez com que fosse esse contingente uma espécie daquilo que eu caracterizaria como o “contingente símbolo”, sinônimo de tudo aquilo que foi e representou a participação brasileira na FENU. Em qualquer conversa, relato ou narrativa sobre o assunto, falar em Batalhão Suez imediatamente remete ao 20º; e ao mencionar o 20º, faz-se a conexão imediata com a Guerra dos Seis Dias.

¹⁶⁵ Idem, 1985, p. 135-6.

¹⁶⁶ BARROS, op. cit., 1998, p. 252.

¹⁶⁷ Sobre a Guerra dos Seis Dias, ver detalhadamente OREN, op. cit., 2004.

Sua história curta, prevista para durar mais ou menos um ano, igual a dos seus dezenove antecessores, iniciou com a partida do Rio de Janeiro, em seis de março de 1967, dos cerca de 427 integrantes. Ainda em 1966, previa-se que um novo conflito eclodiria no Oriente Médio, devido aos incidentes fronteiriços cada vez mais freqüentes. Em abril de 1967, bombardeiros israelenses abateram seis caças sírios *MiG 21*, dentro do espaço aéreo sírio. Pouco depois, o Egito colocou suas tropas em estado de alerta. Foi em meio a essa realidade, uma verdadeira bomba relógio prestes a explodir, que chegou, provavelmente alheio a tudo isso, o 20º.

A FENU gozava da hospitalidade do Egito, até que, em 17 de maio de 1967, Nasser solicitou ao Secretário-geral da ONU, o birmanês Sithu U'Thant, sua retirada, prometendo que garantiria suas tropas, ainda como “hóspedes”, até 21 de junho. Em 19 de maio, U'Thant, um tanto desconcertado e perdido na situação, atendeu ao pedido egípcio, depois de uma controvertida reunião na sede da ONU, em Nova York, determinando que a FENU fosse evacuada, não apenas do território egípcio, mas também de toda a Península do Sinai, o que equivalia, na prática, à ordem de sua extinção como Força de Paz Internacional. Michael Oren destaca a posição de U'Thant de que “o Egito cometera um erro ao tratar a *UNEF* como uma questão militar e não diplomática”¹⁶⁸, e vai além, ao afirmar que “em suas conversações com os líderes árabes e israelenses, U'Thant fora franco: a opção era exclusivamente de Nasser”.¹⁶⁹

O jornalista Flávio Alcaraz Gomes, correspondente do jornal *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde*, escreve que “a situação em Gaza é tensa e explosiva”, e que

os brasileiros, como os demais guardiões da paz, recolheram seu material e se concentraram no Campo de Rafah. Imediatamente os egípcios ocuparam suas posições. Contam os brasileiros que as forças de Nasser, principalmente seus oficiais, avançaram com desenvoltura e arrogância. Seus tenentezinhos pareciam pequenas réplicas da S.S. e somente graças à diplomacia da oficialidade brasileira, não foram registrados incidentes de importância.¹⁷⁰

Posteriormente, ainda em 1967, o então Ministro do Exterior israelense, Abba Eban, declarou que

a Força de Emergência das Nações Unidas prestou serviços honrosos. Nada ficou tão mal como a forma de sua retirada. Toda a gratidão e apreço são devidos aos indivíduos que se mantiveram em ação. Se, no

¹⁶⁸ OREN, op. cit., 2004, p. 99.

¹⁶⁹ Idem, 2004, p. 96.

¹⁷⁰ ALCARAZ GOMES, op. cit., 1967, p. 13.

decurso dos recentes combates, algum de seus membros foi morto ou ferido, quero, então, expressar o meu mais sincero pesar.¹⁷¹

Com o pedido de retirada das Forças da FENU, diversos países começaram sua evacuação. O Brasil, no entanto, aguardou o meio de transporte marítimo para sua saída, ao invés de uma retirada aérea, como fizeram os outros seis países que ainda mantinham militares no Egito. Contudo, era tarde. Ao clarear o dia cinco de junho de 1967, Israel atacou o Egito com todo seu poder de fogo. O Campo Rafah, onde estavam os brasileiros, se localizava exatamente na fronteira entre os dois países beligerantes. De um lado, os israelenses prontos para atacar e varrer o território árabe; e de outro, os egípcios que os aguardavam. E no meio do fogo cruzado, o 20º Contingente brasileiro.

Na opinião de Norberto Soares Paiva, a permanência prolongada do Batalhão Suez na área do conflito foi conduzida com extrema irresponsabilidade por seus comandantes.¹⁷² As informações sobre uma guerra iminente, ao que parece, não chegaram aos ouvidos dos oficiais brasileiros, ou foram mal avaliadas. O suposto desconhecimento ou erro de avaliação a respeito de uma guerra em potencial naquele momento, pelos membros do comando militar, não diminui ou justifica a irresponsabilidade dos oficiais brasileiros naquela situação, que colocou em risco a sobrevivência de todo o Contingente. Os brasileiros se viram cercados por fogo cruzado, e, “em meio ao areal, a 7ª Companhia Brasileira da *UNEF* ficou presa sob a mira das metralhadoras de Israel, durante 36 horas”.¹⁷³ Os brasileiros também contaram com a sorte, diferentemente dos indianos que, como relata José Ignácio Vieira, tiveram dezenas de mortes, vítimas dos ataques israelenses, que os confundiram com os árabes.¹⁷⁴

A retirada completa somente foi possibilitada uma semana depois, em 13 de junho de 1967. No porto israelense de Ashdod, o navio “Soares Dutra” aguardava os integrantes exaustos do 20º. No retorno ao Brasil, paradas nos portos de Bari, na Itália; Las Palmas, na Espanha; Marselha, na França; depois, Recife, Rio de Janeiro e, por fim, Porto Alegre, onde o contingente aportou em 1º de agosto de 1967. Após desfile pelas ruas centrais da capital, onde os soldados foram recebidos como

¹⁷¹ Idem, 1967, p. 145

¹⁷² Informação prestada por Norberto Soares Paiva, 20º Contingente, ao autor, em 22 out. 2012.

¹⁷³ ALCARAZ GOMES, op. cit., 1967, p. 159.

¹⁷⁴ Informação prestada por José Ignácio Vieira, 20º Contingente, ao autor, em 22 out. 2012.

verdadeiros heróis num regresso de guerra, o 20º e último Contingente do Batalhão Suez foi desmobilizado.

Dentre todos os contingentes brasileiros do Batalhão Suez que prestaram serviço na FENU, poucas baixas foram verificadas ao longo dos dez anos da missão (ver Anexo G com a relação dos brasileiros mortos na página 89). Em sua maioria, eram ferimentos leves, oriundos das ações do dia-a-dia das tropas em serviço. Certamente, a mais famosa baixa de toda a Missão do Batalhão Suez foi do Cabo Adalberto Ilha de Macedo, do 20º, morto num fogo cruzado entre israelenses e egípcios, no dia seis de junho, em meio à Guerra dos Seis Dias. A notícia de sua morte, em meio às notícias da guerra, foi capa do jornal *Correio do Povo* do dia seguinte, causando grande repercussão e comoção geral entre a população.¹⁷⁵ Essa foi considerada, pode-se assim dizer, a única “baixa oficial” do Batalhão Suez, fazendo uma alusão representativa e simbólica do soldado que morre pela pátria, no cumprimento do dever, envolto numa aura de heroísmo. Certamente um exagero, não desmerecendo aqui a importância e o significado da perda de uma vida.

Figura 12: Cabo Adalberto Ilha de Macedo, 20º Contingente, morto na Missão.



Fonte: Arquivo fotográfico do jornal *Correio do Povo*, 6 jun. 1967.

5.5 OS GUARDIÕES DE UMA MEMÓRIA ESQUECIDA

Embora marcadas pela objetividade e pela frieza dos números, as escassas fontes oficiais de consulta acerca do Batalhão Suez, quando confrontadas com os livros de memórias, as entrevistas e as narrativas de veteranos, mesmo que de maneira informal, são instrumentos reveladores das histórias dos soldados brasileiros que atuaram na FENU.

¹⁷⁵ Jornal *Correio do Povo*. Ano 72. Nº 203, 6 jun. 1967.

Somente no final da década de 70, é que surgiram as primeiras tentativas dos remanescentes do Batalhão Suez de organizarem-se em associações que mantivessem vivas na sociedade suas lembranças, com objetivos distintos, como reivindicar direitos e benefícios aos veteranos, o desejo de confraternização, e a manutenção de uma memória coletiva.

Em Porto Alegre, a seccional gaúcha da Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez do Rio Grande do Sul (ABIBS-RS), criada em 11 de maio de 1984, tendo como patrono o Coronel Omar Lima Dias, luta para seguir com seu trabalho de aglutinar os veteranos dos contingentes. Conforme relata o atual presidente da Associação, Norberto Soares Paiva, a mesma é mantida a duras penas, já que não possui nenhum auxílio oficial. Existem dificuldades até mesmo para manter em dia o aluguel da sala em que está instalada, no centro de Porto Alegre. Quanto aos associados, não chega a trinta o número daqueles que mantém em dia sua contribuição, um valor simbólico e irrisório de R\$ 10,00 (dez reais). A outorga de medalhas do Batalhão Suez a militares e civis, ao custo de um determinado valor, é o que ajuda na manutenção das despesas mensais. Eventualmente, a Associação organiza encontros de confraternização entre os veteranos de Suez, como almoços ou jantares, geralmente, no chamado “Clube” Geraldo Santana¹⁷⁶, em Porto Alegre, mas a participação nem sempre é maciça.¹⁷⁷

É, também, desconhecido de muitos o fato de que, em 29 de setembro de 1988, foi outorgado a todas as Forças de Paz das Nações Unidas, de todas as épocas, o Prêmio Nobel da Paz, entregue ao então Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, em Oslo, na Noruega, em 10 de dezembro de 1988.¹⁷⁸

Na cidade de Porto Alegre, em 10 de novembro de 2008, a Lei Municipal 10.576, instituiu o *Monumento Batalhão Suez*, na Praça Batalhão Suez, no bairro Praia de Belas, em homenagem aos integrantes dos três Contingentes gaúchos (ver Anexo H na página 90). Em formato de pirâmide, uma das faces contará a história da Missão, enquanto cada uma das outras três faces possui o Brasão de Armas do

¹⁷⁶ Na verdade, o nome correto é *Grêmio Sargento Expedicionário Geraldo Santana*. Fundado em 12 de fevereiro de 1947, e rebatizado em 12 de janeiro de 1948, em homenagem ao radiotelegrafista do Quadro de Radiotelegrafistas do Exército (QRE), sargento Geraldo Sant’Ana, morto em março de 1945, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Mais informações em: <<http://www.geraldosantana.com.br>>.

¹⁷⁷ Informação prestada por Norberto Soares Paiva, soldado do 20º Contingente, ao autor, em 22 out. 2012.

¹⁷⁸ Ver em Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz da ONU. Disponível em <<http://www.abfiponu.org.br>>. Acesso em 10 jun. 2011.

Exército e, dentro do desenho de um triângulo, a relação dos nomes dos componentes de cada contingente, encimados por um globo em aço inoxidável e um capacete azul da ONU. O valor da obra já possui projeto aprovado na prefeitura de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), cujo recurso deve ser angariado pela Associação, por meio de parcerias.

Para Alfredo Marcelino dos Santos Filho¹⁷⁹, o monumento não vai apenas perpetuar o nome do Batalhão Suez, mas a importância da primeira experiência histórica das Forças Armadas brasileiras em missões de paz da ONU, que abriram a possibilidade a outras participações, como a atual, no Haiti¹⁸⁰, liderada pelo Brasil.

¹⁷⁹ Informação prestada por Alfredo Marcelino dos Santos Filho, soldado do 5º Contingente, ao autor, em 22 out. 2012.

¹⁸⁰ Desde 2004 até os dias atuais, no Haiti, o Brasil lidera a Missão de Paz da ONU, denominada *MINUSTAH*, em francês, *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*, em português, Missão das Nações Unidas pela Estabilização do Haiti.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A FENU, por ser a primeira experiência internacional em missões de manutenção de paz, foi uma vivência marcante para o Exército Brasileiro, seja pelo contato com militares estrangeiros, seja pela versatilidade do soldado brasileiro, no seu conjunto ou operando com militares de outras nações. Além da necessidade de investir no preparo profissional dos seus integrantes, da modernização do armamento e do equipamento, e de habilitar os indivíduos numa língua estrangeira.

Passado mais de meio século, a crise de Suez está praticamente esquecida, em meio a tantos outros conflitos que a sucederam. Quanto à existência e atuação da ONU, e, especificamente, sobre a atuação da FENU, fala-se menos ainda. Ela é uma quase desconhecida. Analisada a fundo, no contexto de sua época, há a certeza da participação da FENU como uma “aventura”, tanto para as vidas de seus integrantes, quanto para a manutenção da paz mundial, naquele momento. O Brasil, ao se envolver na FENU com o envio de efetivos militares solicitados pela ONU, acabou criando uma “casta” de homens que entraram para a história militar brasileira pelo pioneirismo humanitário de sua missão.

A missão é descrita nas narrativas como uma experiência importante, longa e rica, do ponto de vista cultural. No entanto, pode-se constatar que, mesmo entre os militares, ela é desprezada, minimizada e até desconhecida, dentro da própria corporação militar. A intenção dos veteranos, nas Associações de Integrantes do Batalhão Suez, é preservar a memória do grupo social ao qual pertencem, sendo que as dificuldades com que lidam no dia-a-dia são múltiplas. A manutenção das celebrações, os encontros, a divulgação da participação na Missão de Paz e a valorização de seus papéis na história militar do país, são formas de manter viva a lembrança do passado.

As chamadas fontes oficiais são outro fator que contribui para a formação de um discurso sobre o Batalhão Suez, nas quais os interesses institucionais, por parte do Exército, são apenas de usar a imagem do Batalhão Suez como propaganda, na tentativa de associar a atuação brasileira na FENU com o heroísmo do Exército Brasileiro. Essa tentativa de se apossar dos feitos do Batalhão Suez e vinculá-lo ao Exército ainda hoje é tida com reservas, e até mesmo com duras críticas pelos veteranos da Associação. A reclamação mais comum é de que o Exército se

apossou da imagem nobre e gloriosa da missão do Batalhão Suez junto à FENU, em desfiles e comemorações, embora a contrapartida inexista. São muitas as reclamações de abandono aos veteranos, cujas formas de comemoração possuem, muitas vezes, um caráter reivindicatório. Soma-se a isso a falta de assistência após os retornos dos contingentes, já que não existem notícias de indenizações, de tratamentos médicos ou de outras formas de amparo.

Esses paradoxos evidenciam um reconhecimento formal apenas discursivo do Batalhão Suez e suas Associações de veteranos, por parte do Exército. Por outro lado, embora se estabeleça um convívio que expressa uma espécie de pertencimento à instituição maior que é o Exército, os veteranos exprimem sua queixa, sua indignação e suas reivindicações, sentindo-se traídos e desamparados pela pátria e pelo Exército ao qual, no passado, se dedicaram inteiramente.

A organização e a estrutura de uma força militar internacional sempre interessou a estudiosos e observadores dos assuntos diplomáticos, muitos chegando a propor, inclusive, a existência de um exército multinacional permanente. A FENU, como primeira e pioneira Força de Paz Internacional criada pelas Nações Unidas, em 1956, representou um passo gigantesco e sem precedentes para sua época, à medida que o mundo recém saía do trauma litigioso da Segunda Guerra Mundial, onde a tônica havia sido a fragmentação internacional, e não sua coesão, que só se tornou possível a partir da criação da ONU, e que, por conseqüência, possibilitou a criação da FENU, embora a Guerra Fria já mostrasse suas garras ao mundo.

Uma das conclusões a que se pode chegar, ao pesquisar esse assunto, é que o Brasil, certamente, foi um dos escolhidos para fazer parte do processo em Suez por ser um país avesso aos conflitos, dentro dos princípios do pacifismo internacional, da neutralidade, mas também pelo interesse do governo na época em querer mostrar-se mais ao mundo e fazer parte do jogo diplomático internacional. A própria diplomacia brasileira, que, segundo Fernando Cordeiro, “sempre deu um *show*”¹⁸¹, acabou por angariar também sua experiência.

A bem da verdade, a missão em Suez, não desmerecendo seu legado histórico, foi de um importante significado simbólico. Muitos dos brasileiros que para lá se dirigiram sequer sabiam que de fato iriam realizar. Estavam mais interessados no bom dinheiro que ganhariam durante um ano inteiro, recebido em dólares, do que qualquer outro motivo de caráter mais “humanitário”. Em poucas palavras,

¹⁸¹ CORDEIRO, Fernando Vilhena. Porto Alegre, 2011. Entrevista concedida ao autor em 5 abr. 2011.

representou pouco mais que um passeio de luxo. Essa afirmação tende a soar, num primeiro momento, à ironia, mas sem ser desrespeitoso. Ironia no sentido de que, sem desvalorizar o mérito da missão, os militares da FENU lá estiveram quase que a passeio. É claro, com todas as agruras desérticas e a rotina militar, mas também com muitas facilidades, passeios, folgas, viagens e uma série de vantagens que, para a realidade da época, eram privilégios desfrutados por poucos.

É claro, não se pode negar que a experiência adquirida pelo Batalhão Suez, no cumprimento de suas atribuições, serviu para abrir os horizontes do Exército Brasileiro em alguns aspectos, como a convivência com forças militares das mais diversas partes do mundo, e algum tipo de aprendizado de disciplina e comportamento militar que incutisse um perfil mais belicista aos militares brasileiros, acostumados ao “quintal” latino-americano. Mas que também evidenciou seu despreparo, em momentos cruciais, como os fatos verificados no momento da eclosão da Guerra dos Seis Dias, quando as tropas brasileiras ficaram à mercê de um desastre vergonhoso, não fosse o bom-senso das forças de Israel. E isso no momento menos honroso de um embate militar, que é a retirada do campo de batalha, embora a FENU não estivesse lá para lutar e, sim, garantir a convivência pacífica.

No entanto, se esse era o propósito da missão, ela falhou clamorosamente. A partir do momento em que o então líder egípcio, Nasser, solicitou sua retirada, de nada valeram os dez anos de estada no deserto, e o tão decantado sacrifício pelo bem da humanidade. O Secretário-Geral da ONU, U'Thant, intimidado, simplesmente acatou, dando também a Israel o pretexto esperado para atacar. A partir daí, foi como se os dez anos de uma tênue trégua, mais imaginária do que real, nunca tivessem existido. Ficaram apenas na memória daqueles que lá estiveram, superdimensionando suas atribuições como se fossem feitos heróicos.

Outro ponto que fica perceptível ao se analisar o depoimento de Fernando Cordeiro, por exemplo, diz respeito ao orgulho e à dedicação à carreira militar. A preocupação com o bom desempenho das funções é uma constante na narrativa, e faz alusão à clássica disciplina que é bem própria dos militares. Ele se apresenta como um homem de idéias fortes, personalidade, atitude, iniciativa e rigidez na profissão com os outros e consigo mesmo. Cita também a sorte e uma boa dose de espiritualidade como fatores que, de alguma forma, o auxiliaram ao longo de seus quase oitenta anos de vida.

Mais de cinqüenta anos depois do início da missão do Batalhão Suez, ele não apenas gosta de falar sobre sua participação e experiência, como ainda demonstra grande vivacidade e um discurso eloqüente sobre o tema. É possível verificar tais adjetivos, aliados à desenvoltura no trato com as palavras. Uma característica de quem, como ele próprio confirma, sempre foi um militar “mais da burocracia do que operacional”, já que suas atribuições, como Secretário do Batalhão, sempre foram mais de intendência do que de campo.

São essas experiências pessoais, vividas no meio do deserto e nas cidades do Oriente Médio, que ajudam a dar vida a este trabalho, colocando o indivíduo como sujeito da História que carrega suas lembranças. Conforme escreve Sônia Freitas¹⁸², entrevistar as pessoas certas, sob a orientação de especialistas e com temas pré-determinados, pode revelar um universo desconhecido e fascinante que sempre esteve à nossa volta.

Ao receber em sua casa uma pessoa estranha ao ambiente doméstico, um depoente demonstra também coragem. Coragem para enfrentar, às vezes, um tema que há muito tempo já está perdido em suas lembranças. Ou um assunto que, talvez, tenha se negado a recordar e esmiuçar novamente, de forma deliberada, por lhe trazer más recordações. Ou ainda, ao contrário das possibilidades anteriores, voltar a um mundo e a um tempo de memórias nostálgicas e boas, que nunca teve oportunidade de externar e dividir com outros interlocutores. Memórias, recordações e passagens que sempre estiveram muito vivas na lembrança, apenas à espera da oportunidade de vir à tona, contadas com prazer e orgulho. Em outras palavras, esperar por alguém que possa ouvi-las e retransmiti-las para a posteridade, ou, simplesmente, dividir histórias.

¹⁸² FREITAS, Sônia M. de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 80-2.

REFERÊNCIAS

- ABFIPONU. **Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz da ONU**. Disponível em: <<http://www.abfiponu.org.br/forcasdepaz.html>>.
- ABIBS-RS. **Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez do Rio Grande do Sul**. Fundada em 11 mai. 1984.
- ABRIL COLEÇÕES (org.). **Aeronaves de caça e treinamento pós-1945**. Coleção Armas de Guerra, v. 4. São Paulo: Abril, 2010.
- ALCARAZ GOMES, Flávio. **Morrer por Israel**. Porto Alegre: Globo, 1967.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- ANDRADE, Roberto Brenol. **Batalhão Suez... fora de forma, marche!** Porto Alegre: Corag, 1985.
- ARANHA PINTO DIAS, Amâncio. Informação prestada ao autor em 22 out. 2012.
- ARRAES FILHO, Manuel Ricardo. **História, memória e deserto: os soldados brasileiros no Batalhão Suez (1957-1967)**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense, 2009, 293f.
- AXCELROUD, Isaac. **O Oriente Médio**. São Paulo/Campinas: Atual/Unicamp, 1985.
- BAILEY, Sidney. **A História das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.
- BARROS, Fernando Antônio Corrêa de. **Batalhão Suez**. Na fronteira das ilusões. Porto Alegre: F.C.B. Consult, 1998.
- BATALHÃO SUEZ**. Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br>>.
- BERTRAND, Maurice. **A ONU**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- BIBLIOTECA DE HISTÓRIA. **Nasser**. Grandes personagens de todos os tempos. Nº 31. São Paulo: Editora Três, 1974.
- BOYD, A. **Nações Unidas: devoção, mito e verdade**. Lisboa: Ulisseia, 1964.
- BRASIL. Ministério do Exército, Estado-Maior. **História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo**. Vol. 3. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972.
- BUENO LOPES, Fabiano Luís. **Batalhão Suez: História, memória e representação coletiva (1956-2006)**. Curitiba: Dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Paraná, 2006, 110f.

BUENO LOPES, Fabiano Luís. **Batalhão Suez: História, memória e representação coletiva (1956-2006)**. Curitiba: Edição do Autor, 2008.

COHEN, Marleine. **JK**. Biblioteca Época. Personagens que marcaram época. São Paulo: Globo, 2006.

CORDEIRO, Fernando Vilhena. Porto Alegre, 2011. Entrevista concedida ao autor em 5 abr. 2011.

CORREIO DO POVO. Ano 72. Nº 203, 6 jun. 1967.

DECHANCIE, John. **Nasser**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DOURADO, J. J. **Oriente Médio. Batalhão Suez**. Petrópolis: Vozes, 1963.

FERRER, Francisca Carla; SILVEIRA MATOS, Julia. A construção do Canal de Suez e a formação do conflito: a Força de Paz brasileira na Faixa de Gaza. **Biblos**. Nº 19. Rio Grande: FURG, pp. 43-53, 2006.

FORRESTER, Viviane. **O Crime Ocidental**. São Paulo: UNESP, 2006.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas, 2006.

FURTADO, Peter. **1001 dias que abalaram o mundo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

GRANDES CIVILIZAÇÕES DO PASSADO. **África**. O despertar de um continente. Barcelona: Folio, 2007.

_____. **Israel**. Barcelona: Folio, 2006.

_____. **Povo Judeu**. Barcelona: Folio, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. 13.ed. revisada. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Era dos Extremos**. O breve século XX. 1914-1991. 2.ed., 40.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JUSBRASIL **LEGISLAÇÃO**. Disponível em:
<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>>.

KONZELMANN, Gerhard. **O Canal de Suez**. Na discussão de estrategistas, diplomatas e engenheiros. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

- LARTEGUY, Jean. **As muralhas de Israel**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1968.
- MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARDOR, Munya. **Haganah**. O Exército Secreto de Israel. Lisboa: Portugalia, 1957.
- MILLER, Richard. **Dag Hammarskjold e a diplomacia da crise**. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1962.
- NOLIN, Thierry. **A Haganah**. O Exército Secreto de Israel. Paris: Ulisseia, 1973.
- OREN, Michael B. **Seis Dias de Guerra**. Junho de 1967 e a Formação do Moderno Oriente Médio. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**. Disponível em: <<http://www.uno.org>>.
- OZ, Amós. **Contra o Fanatismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- PAZ, Ury. **Guerra Relâmpago**. A luta de Israel pela sobrevivência. São Paulo: V.G.T. Ltda., 1967.
- PINHEIRO, Luiz Adolfo. **JK, Jânio e Jango: três jotas que abalaram o Brasil**. Brasília: Letrativa, 2001.
- ROSNER, Gabriella. **A Força de Emergência da ONU**. Rio de Janeiro: Record, 1966.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SANDBROOK, Dominic. O último suspiro do Império. **Revista BBC História: Conflitos do Século XX**. Ano 1, Nº 2, pp. 29-33.
- SANTOS FILHO, Alfredo Marcelino dos. Informação prestada ao autor em 22 out. 2012.
- SCALERCIO, Márcio. **Oriente Médio**. Uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- SCHILLING, Voltaire. **Os anos JK**. Otimismo e esperança. Cadernos de História do Memorial do Rio Grande do Sul. Nº 12. Porto Alegre: s/d.
- SMITH, Dan. **O Atlas do Oriente Médio**. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- SOARES, Jurandir. **Israel x Palestina: as raízes do ódio**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

SOARES PAIVA, Norberto. Informação prestada ao autor em 22 out. 2012.

SOLDADOS DA PAZ. Órgão oficial de divulgação da Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez. Porto Alegre: Ano 1, dez. 2003.

VAN CREVELD, Martin. **Moshe Dayan.** Uma Biografia. São Paulo: Globo, 2006.

VIEIRA, José Ignácio. Informação prestada ao autor em 22 out. 2012.

VIZENTINI, Paulo G. F. **Da Guerra Fria à crise.** 4.ed. atualizada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ZERO **HORA.** Disponível em:
<<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/08>>.

ANEXOS

ANEXO A

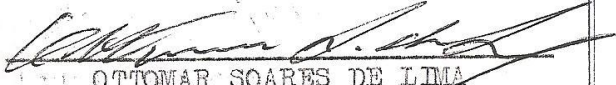
“Princípios e regras fundamentais” para as futuras Missões de Paz, formuladas pelo então Secretário-Geral da ONU, Dag Hammarskjold:

- 1. As Nações Unidas não podem estacionar unidades militares no território de um país membro, sem prévio consentimento de seu governo;*
- 2. É atribuição exclusiva das Nações Unidas decidir a composição de toda e qualquer força, levando plenamente em conta as concepções do país onde será instalada;*
- 3. As forças das Nações Unidas não devem ser compostas por unidades de nenhum dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, nem de qualquer outro país do qual se possa pensar que tem qualquer interesse especial na situação;*
- 4. As forças das Nações Unidas devem ter plena liberdade de movimentos e todas as facilidades necessárias para o desempenho de suas missões;*
- 5. O pessoal componente das forças das Nações Unidas deve ser leal aos objetivos da organização, e as forças devem ser diretamente responsáveis perante um dos principais órgãos das Nações Unidas;*
- 6. O pessoal das Nações Unidas não pode ser parte conflitante em nenhuma dissensão interna, e as forças das Nações Unidas não devem ser usadas para impor qualquer solução política específica ou no sentido de influenciar o equilíbrio político;*
- 7. Sendo as forças das Nações Unidas instrumentos de mediação e conciliação, não podem estas empreender atividades de combate, embora tenham sempre o direito de responder pela força a ataques armados;*
- 8. O custo das operações deve ser pago pelos membros da ONU, de acordo com a escala de contribuição orçamentária habitualmente seguida.*

Fonte: BAILEY, Sidney. **A História das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: Lidador, 1965, p. 66-7.

ANEXO B

Cópia do documento oficial de convocação, disponibilizado por Fernando Vilhena Cordeiro, para o seu engajamento ao 11º Contingente do Batalhão Suez, em 1º de agosto de 1962:

MODELO A	MG - I Ex - 1ª DI - ID/1	N.º 1
ZONA	2º REGIMENTO DE INFANTARIA	CATEGORIA
ALTERAÇÕES	Guarnição do Estado da Guanabara 2º SEMESTRE DE 1962	(Período de 1º a 31 Jul 1962)
PRIMEIRO TENENTE DA ARMA DE INFANTARIA FERNANDO VILHENA CORDEIRO - 1G-810.581	1ª PARTE:- No semestre anterior houve alterações.-	
	ENTRADA :- Em 29/V/62, vindo da 1ª Cia Gda.-	
	EXERCÍCIO DE FUNÇÕES:- De 1º/VII a 31/VII, adido ao RI e EM.-	
	SAÍDA :- Em 31/VII/62, para o 3º/2º R I.-	
2ª PARTE:- T C (Arregimentado) Oa 1m 1d (Não Arregimentado) Oa Om Od T N C Oa Om Od		
3ª PARTE:- = ALTERAÇÕES DIVERSAS =		
ELOGIO - Aprovação:- Em 30/VII, foi público ter sido aprovado o elogio abaixo, formulado pelo Maj AMAURY DA COSTA E ROCHA, Cmt do 11º Contg do 3º/2º RI, em Parte nº 11-Sec-Suez, de 25 do corrente, ao Oficial que segue, nos seguintes termos:- 1º Ten FERNANDO VILHENA CORDEIRO - Em consequência da visita feita ao 2º R I pelos Excelentíssimos Senhores Generais Comandante do I Exército e Comandante da 1ª Divisão de Infantaria e conceitos expedidos por suas Excelências e pelo Senhor Coronel Comandante do Regimento, com referência ao nosso Contingente, é com prazer que cumpro um dever de justiça de elogiar meus comandados. Se fizemos jus a tão dignificantes conceitos, foi pelo trabalho e patriotismo dos nossos homens. Sinto-me imensamente honrado em comandar este Contingente do Batalhão Suez que no Oriente Médio, representará condignamente o Exército Brasileiro e a nossa Pátria. (INDIVIDUAL).-		
DESLIGAMENTO DE OFICIAL:- Em 31/VII, foi público ter sido desligado do número de adidos ao RI e EM, a fim de seguir destino para o Oriente Médio, o qual se comprometeu por escrito, a integrar o 11º Contingente do 3º/2º RI (Btl Suez), aceitando servir fora do Brasil, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.-		
Quartel na Vila Militar, GB, 1º de Agosto de 1962.		
 OTTOMAR SOARES DE LIMA Coronel Comandante		

Acórdo Portaria de 18-4-934 — BE 34/1941

EGCF Mod 28/57

ANEXO C

Cópia de relatório do Exército, disponibilizado por Fernando Vilhena Cordeiro, constando o itinerário de volta do 11º Contingente, iniciado em 8 de agosto de 1963:

199 RI

*Fernando Vilhena
Cordeiro*

MODÉLO A FORÇA DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS Nº _____

ZONA BATALHÃO BRASILEIRO - III/2º RI CATEGORIA _____

ALTERAÇÕES ACANTONAMENTO EM RAFAH 2º SEMESTRE DE 1963

PRIMEIRO TENENTE DA ARMA DE INFANTARIA = 34-259.807 - FERNANDO VILHENA DE CORDEIRO	1ª PARTE: - No semestre anterior houve alterações. ENTRADA: - Em 25 Ago 62, procedente do 2º RI. EM FUNÇÕES: - De 1º Jul a 19 Jul 63, Sec do Btl; de 20 Jul a 23 Jul 63, a serviço do Btl na cidade do Cairo; de 24 Jul a 7 Ago 63, Sec do Btl; de 8 Ago a 17 Set 63, S/2, S/3 e Sec do 11º Contingente em viagem de regresso ao Brasil. SAÍDA: - Em 17 Set 63, por ter sido desligado do estado efetivo do Batalhão.
	2ª PARTE: - T C (Arregimentado)..... 00a 02m 17d (N/arregimentado)..... 00a 00m 00d T N C 00a 00m 00d SERVIÇO NACIONAL RELEVANTE 00a 07m 09d
	3ª PARTE: - ASSUNTOS DIVERSOS VIAGEM DE REGRESSO DO 11º CONTINGENTE E CHEGADA NA// GB: - A 1º Nov 63, foi público em Adt ao BI nº 214, o seguinte: - Saída de Rafah em composição ferroviária especial às 1800hs do dia 8 Ago 63, com destino à Port Said. - Chegada em Port Said às 0130hs do dia 9 Ago 63, e embarque a seguir no NTrT "Ary Parreiras". - Saída de Port Said às 1400hs do dia 9 Ago 63, com destino à cidade de Beirute - Líbano. - Chegada em Beirute às 0800hs do dia 10 Ago 63. - Saída de Beirute às 1120hs do dia 15 Ago 63, com destino à cidade de Gênova - Itália. - Chegada em Gênova às 0800hs do dia 20 Ago 63. - Saída de Gênova às 1700hs do dia 23 Ago 63, com destino à cidade de Marselha - França. - Chegada em Marselha às 0900hs do dia 24 Ago 63. - Saída de Marselha às 1020hs do dia 27 Ago 63, com destino à cidade de Málaga - Espanha. - Chegada em Málaga às 0830hs do dia 29 Ago 63. - Saída de Málaga às 1200hs do dia 1º Set 63, com destino à cidade de Las Palmas. - Chegada em Las Palmas às 1550hs do dia 3 Set 63. - Saída de Las Palmas às 1530hs do dia 4 Set 63, com destino à cidade de Recife - Pernambuco. - Chegada em Recife às 0830hs do dia 12 Set 63. - Saída de Recife às 2100hs do dia 13 Set 63, com destino à cidade do Rio de Janeiro - Guanabara.

Acórdão Portaria de 18-4-934 - BE 34/1941

EGCF Mod 28/57

Fonte: Acervo pessoal de Fernando Vilhena Cordeiro, 1º tenente do 11º Contingente (1962-63).

ANEXO D

Cópia de relatório do Exército, de 8 de novembro de 1963, disponibilizado por Fernando Vilhena Cordeiro, constando o desligamento do mesmo do 11º Contingente, e o término do "Serviço Nacional Relevante", a partir de 12 de setembro de 1963:

Modelo A	FORÇA DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS	N.º
EXERCITO	BATALHÃO BRASILEIRO - III/2º RI	CATEGORIA
ALTERAÇÕES	ACANTONAMENTO EM RAFAH	2º Semestre de 19 63

<p>PRIMEIRO TENENTE DA ARMA DE INFANTARIA = - 36-259.807 - FERNANDO VILHENA DE CORDEIRO -</p>	<p>DUAL) - (Bol Esp nº 11, de 4 Set 63; "Na chegada do Navio ao Recife, o 11º Contingente do Batalhão Suez, formou e foi passado em revista pelo Exmo Sr Gen Ex JUSTINO ALVES BASTOS, 77 Cmt do IV Exército. Na oportunidade, êste Comando recebeu da aquela autoridade as mais entusiásticas palavras com referência à apresentação da nossa tropa. Em consequência, é com justo orgulho e com muita satisfação que louvo o Ten CORDEIRO 7 pelo entusiasmo com que formou e pela boa apresentação durante a revista passada pelo Exmo Sr Gen Cmt do IV Exército" 7 (INDIVIDUAL) - (Bol Esp nº 16, de 14 Set 63).</p> <p>ADIÇÃO - DESLIGAMENTO:- A 1º Nov 63, foi público que a partir do dia 7 Set 63 passou a situação de adido ao 2º RI, como se efetivo fosse. Em consequência, foi desligado nesta data do estado efetivo do Batalhão. FIM DA MISSÃO EM "SUEZ".</p> <p>SERVIÇO NACIONAL RELEVANTE - DECLARAÇÃO: A 1º Nov 63, foi público ter sido declarado ter terminado o SERVIÇO NACIONAL RELEVANTE que estava prestando, a 12 Set 63, cuja duração foi de 1 (um) ano, 1 (um) mês e 9 (nove) dias, de acordo com o Dec nº 43.800, de 23 Jan 57.</p> <p>Acantonamento em Rafah-Egito, 8 de novembro de 1963.</p> <p style="text-align: center;"><i>Thiago Torres</i> THIAGO TORRES Ten Cel Cmt III/2º RI</p>
---	--

ANEXO E

Decreto de criação do Batalhão Suez, de 22 de novembro de 1956:

CRIAÇÃO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do Art. 86, item III, da Constituição Federal, combinado com a Lei nº 2.953, do dia 17 de novembro de 1956, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 61, DE 1956.

Autoriza o Presidente da República a contribuir com um contingente militar para formação ou integração da Força Internacional de Emergência, e dá outras providências.

Art. 1º- *É o Presidente da República autorizado a tomar as medidas necessárias para que o Brasil contribua com um contingente militar do valor de um Batalhão independente, para a formação ou integração da Força Internacional de Emergência, instituída em consequência da Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 7 de novembro de 1956, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacional na região compreendida entre o Canal de Suez e a Linha de Armistício entre Israel e Egito, fixada na mesma Resolução.*

Art. 2º- *O Contingente brasileiro que integrar a Força Internacional de Emergência, em operação no Egito, não participará de qualquer ação que signifique a homologação de conquista territorial obtida com uso da força e permanecerá no Oriente Médio o tempo que for julgado necessário ao cumprimento de sua missão.*

Art. 3º- *O Brasil não formará ou integrará a Força Internacional de Emergência se da mesma participarem tropas de qualquer das nações envolvidas nas operações militares do Egito.*

Art. 4º- O Governo Brasileiro não determinará medidas de restrição à liberdade de opinião, relacionadas com informações e comentários de imprensa e rádio, em torno do contingente militar que se incorporar à Força Internacional de Emergência.

Art. 5º- É também autorizado o Presidente da República a permitir o trânsito pelo território nacional, de contingentes militares integrantes da Força Internacional de Emergência, que se destinem à região a que se refere o Artigo 1º, em cumprimento de deliberação da Organização das Nações Unidas, ou que dali regressem, depois de executá-la.

Art.6º- Esse Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de novembro de 1956.

Assinado: APOLÔNIO SALLES

Vice-presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Fonte: Disponível em <<http://www.batalhaosuez.com.br/LeiCriacaoBtlSuez.htm>>. Acesso em 7 nov. 2012.

ANEXO F

Tabela estatística com os efetivos totais de cada um dos 20 contingentes brasileiros do Batalhão Suez, ao longo dos dez anos de existência da FENU:

Contingente	Cabos	Soldados	Oficiais Subtenentes Sargentos	Efetivo Total
1º	97	283	146	526
2º	35	224	65	324
3º	42	278	60	380
4º	44	177	60	281
5º	28	264	64	356
6º	51	146	58	255
7º	23	270	64	357
8º	47	22	45	114
9º	26	304	68	398
10º	50	154	59	263
11º	25	275	72	372
12º	50	153	55	258
13º	25	272	72	369
14º	51	161	55	267
15º	16	199	59	274
16º	34	137	53	224
17º	11	139	50	200
18º	72	257	89	418
19º	31	73	37	141
20º	50	267	110	427
Total	808	4.055	1.341	6.204

Fonte: Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br/batsuez4.htm>>. Acesso em 7 nov. 2012.

ANEXO G

Relação dos integrantes do Batalhão Suez mortos em serviço, ao longo da Missão de Paz da ONU:

Contingente	Posto/Nome	Causa da morte
1º	Soldado Nilton Alves Pereira	Afogamento acidental na área da missão em 02/06/1957
2º	Soldado Miguel Braz da Silva	Incêndio acidental na cozinha de campanha em 01/04/1958
3º	Soldado Raimundo Moreira de Freitas	Atingido acidentalmente na sala de tiro em 24/05/1958
3º	Soldado Benedito Ribamar Ferreira Viana	Atingido por disparo acidental de um guarda em 16/07/1958
10º	Soldado Arno Schamp	Atingido acidentalmente por tiro em 09/12/1962
13º (RS)	Soldado Antonio Salvador da Silva	Acidente sofrido em visita às pirâmides (queda) em 07/04/1964
20º (RS)	Cabo Carlos Adalberto Ilha de Macedo	Atingido por tiro no acampamento Rafah por ocasião da deflagração da Guerra dos Seis Dias

Fonte: Disponível em: <<http://www.batalhaosuez.com.br/batsuez4.htm>>. Acesso em 5 nov. 2012.

ANEXO H

Lei Municipal de Porto Alegre criando o *Monumento Batalhão Suez*:

Lei 10576/08 | Lei nº 10576 de 10 de novembro de 2008 de Porto Alegre

INSTITUI O MONUMENTO BATALHÃO SUEZ, EM HOMENAGEM AOS INTEGRANTES DO 5º, DO 13º E DO 20º CONTINGENTES DO BATALHÃO SUEZ. O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- *Fica instituído o Monumento Batalhão Suez em homenagem aos integrantes do 5º, do 13º e do 20º Contingentes do Batalhão Suez, formados por soldados gaúchos.*

§ 1º O Monumento Batalhão Suez terá a forma de pirâmide, será construído em concreto, fixado ao solo com o mesmo material, conforme croqui em anexo, e instalado na parte central da Praça Batalhão Suez, no Bairro Praia de Belas.

§ 2º Uma das faces do Monumento Batalhão Suez conterá uma foto do Canal de Suez e uma imagem simbolizando o soldado brasileiro, e cada uma das demais faces conterá o Brasão de Armas do Exército Brasileiro e, dentro do desenho de um triângulo, a relação de nomes dos soldados de um dos três Contingentes relacionados no "caput" deste artigo.

Art.2º- *Os recursos para a construção e para a manutenção do Monumento de que trata esta Lei serão angariados pela Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão Suez do Estado do Rio Grande do Sul, por meio de parcerias.*

Art. 3º- *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 10 de novembro de 2008.

ELISEU SANTOS

Prefeito, em exercício

MIGUEL WEDY

Secretário Municipal do Meio Ambiente

CLÓVIS MAGALHÃES

Secretário Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico

PIRÂMIDE DE QUATRO LADOS:

FRENTE: Foto do Canal de Suez e imagem simbolizando o soldado brasileiro.

LATERAIS: Brasão de Armas do Exército Brasileiro e, em cada face, um triângulo com a relação dos nomes dos componentes de um dos três Contingentes.

Fonte: Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/500283/lei-10576-08-portoalegre-rs>>. Acesso em 5 jun. 2011.

ANEXO I

Decreto que considera o Batalhão Suez “Serviço Nacional Relevante”, de 23 de maio de 1958:

DECRETO Nº 43.800 de 23 de Maio de 1958 – Considera SERVIÇO NACIONAL RELEVANTE a missão atribuída ao Batalhão Suez no exterior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 87, Inciso I da Constituição, decreta:

Art. 1º - *A missão atribuída ao Batalhão Suez como representante do Brasil na integração da Força Internacional de Emergência, instituída em consequência da Resolução da Assembléia das Nações Unidas, de 7 de novembro de 1956, é considerada como SERVIÇO NACIONAL RELEVANTE, tendo em vista a sua destacada significação na preservação da paz e a segurança internacional.*

Art. 2º - *As vantagens pessoais decorrentes do presente Decreto são referidas ao período compreendido entre as datas da partida e do regresso ao território nacional.*

Art. 3º - *O presente Decreto entra em vigor a partir de 11 de janeiro de 1957, revogadas as disposições em contrário.*

Rio de Janeiro, DF, 23 de Maio de 1958 – 137º da Independência e 70º da República.

Juscelino Kubitschek de Oliveira
Presidente da República

Henrique Teixeira Lott
Ministro da Guerra.

ANEXO J

Hino do Batalhão Suez:

Letra: Cabo Eduardo Pikunas

Música: Cabo Eduardo Pikunas e Soldado Romeu C. Moreira (ambos do 7º Contingente, 8ª Companhia)

I

Batalhão Suez

Gloriosa Unidade de Paz

Fiel representante perante o mundo

Do Brasil e de seu povo audaz

Sentinela, sempre alerta

Deste longínquo deserto oriental

És a Unidade, que ao Brasil garante

Poderoso auxílio, pela Paz Mundial.

Estrilho

Salve, Salve Batalhão Suez

Defensor da Paz, da Humanidade

Ficarás, na história do Brasil

Para toda eternidade

II

No combate da guerra sangrenta

Ou mensageiro da Paz sobre a terra

O nosso verde oliva sempre impera!

Sua bandeira, hasteada ao deserto

Simboliza, Bravura e Tradição

Batalhão Suez

És o orgulho da nossa Nação

Estrilho

Salve, Salve Batalhão Suez

Defensor da Paz, da Humanidade

Ficarás, na história do Brasil

Para toda eternidade.

Fonte: BUENO LOPES, **Batalhão Suez**: História, memória e representação coletiva (1956-2006).
Curitiba: Ed. do Autor, 2008, p. 170-1.